



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO

ANA TEREZA SANTOS PAIVA

**A FRAGILIZAÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL EM
DECORRÊNCIA DO TRABALHO NO CAMPO: UM ESTUDO ACERCA DO
PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ (MST) NO MUNICÍPIO DE DIAS
D'ÁVILA (BA)**

Salvador (BA)

2024

ANA TEREZA SANTOS PAIVA

**A FRAGILIZAÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL EM
DECORRÊNCIA DO TRABALHO NO CAMPO: UM ESTUDO ACERCA DO
PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ (MST) NO MUNICÍPIO DE DIAS
D'ÁVILA (BA)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para o título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador (BA)

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P149 Paiva, Ana Tereza Santos
A fragilização da saúde do trabalhador rural em decorrência do trabalho no campo: um estudo acerca do pré-assentamento Recanto da Paz (MST) no município de Dias D'ávilla (BA) / Ana Tereza Santos Paiva. – Salvador, 2024.
102 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2024.

1. Trabalhadores rurais. 2. Trabalhadores – Saúde. 3. Assentamentos humanos.
I. Silva, Moisés Lino e. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia.
II. III. Título.

CDD: 333.31



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS
MESTRADO ACADEMICO



TERMO DE APROVAÇÃO

“A Fragilização da Saúde do Trabalhador Rural em Decorência do Trabalho no Campo: Um estudo acerca do Pré-assentamento Recanto da Paz (MST) no município de Dias D’Ávila (BA)”

Ana Tereza Santos Paiva

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Adriana Freire Pereira Férriz (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Caldas de Mendonça Sêmedo
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Celi Nelza Zulke Taffarel
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 3 de maio de 2024.

Dou fé.

Dr.^a Adriana Freire Pereira Férriz

À minha avó materna, Tereza Santos (in memoriam), trabalhadora rural no Caminho 14 na região do Tomba, Feira de Santana (BA). Minha grande inspiração para esta escrita.

À minha mamãe, Antônia de Jesus Santos. A fascinante mulher que me ensinou amorosamente o caminho da verdade, dos estudos, da compaixão e, sobretudo, da compreensão. Mãe, a sua luz e bonança refletem em cada passo que dou.

À Luiza Santos Leão, a filha que não gerei, mas que amei e cuidei (ainda cuido) desde a saída da maternidade. Lu, é por você e para você que tento ser um pouco melhor a cada dia, tentando ser um espelho para ti.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a minha gratidão são direcionadas a Deus e a minha mãezinha Nossa Senhora, certamente, sem as suas respectivas proteções, direcionamento e acalanto não teria chegado até aqui.

À minha mãe que me apoiou desde o início para seguir o caminho dos estudos e que renunciou a diversas questões pessoais e financeiras para que eu pudesse ser pesquisadora em tempo integral, mamãe, tudo que eu faço é em prol da nossa estabilidade, bem-estar e felicidade, sei que o futuro nos reserva grandes momentos com conquistas, realizações e prosperidade. Obrigada pela pessoa que é.

Agradeço também à minha família que muito embora tenha enfrentado alguns anos com muitas adversidades, tem se mantido de pé com muita garra e coragem, incentivado como pode um ao outro nessa grande batalha que é a vida de pessoas negras em um país que não abraça todos igualmente. Eu agradeço vocês por estarem comigo nesta luta, especialmente, porque em 2020, antes mesmo da pandemia e da quarentena uma pessoa especial me disse que jamais deveria esquecer aquelas pessoas que me ama, especialmente, as que me amaram primeiro e eu jamais pude esquecer essas palavras, me tocaram profundamente e elas ainda estão vivas no meu coração mesmo após 03 anos, então, por isso, reconheço e dedico os meus agradecimentos a vocês que me amaram e cuidaram primeiro, em todos os aspectos.

Aos amigos que conquistei ao longo da graduação e que se mantiveram presentes nesses dois anos de Mestrado, meu muito obrigada por partilhar as dores e as delícias de uma formação tão importante, em uma universidade pública que nos últimos anos sofreram com ataques antidemocráticos, mas ainda assim, resistimos e jamais resistiria sem as gargalhadas com vocês.

Aos meus amigos queridos que ganhei em período de ensino médio e que estão ao meu lado até o presente momento, saibam que me sinto honrada com uma amizade longa, cuidadosa, amorosa e dedicada, me sinto privilegiada com tanto suporte, incentivo e amor. Minha gratidão eterna a vocês.

O que não podemos imaginar não pode vir a ser.
(Bell hooks, 1952- 2021)

PAIVA, Ana Tereza Santos. **A Fragilização da Saúde do Trabalhador Rural em Decorrente do Trabalho no Campo: Um estudo acerca do Pré-assentamento Recanto da Paz (MST) no município de Dias D'Ávila (BA).** 103 Fls. 2024. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como o trabalho no campo afeta a saúde física e social dos trabalhadores rurais no pré-assentamento Recanto da Paz, do Movimento Sem Terra (MST), na cidade de Dias D'Ávila (BA). Os objetivos específicos: conhecer o exercício laboral dos trabalhadores rurais do pré-assentamento Recanto da Paz no município de Dias D'Ávila (BA); compreender a forma de organização do trabalho no campo do pré-assentamento Recanto da Paz no município de Dias D'Ávila (BA); identificar a percepção dos trabalhadores rurais sobre o adoecimento vinculado ao trabalho no campo. A temática será discutida através da perspectiva teórica marxista, com base nas contribuições de Karl Marx com relação à acumulação primitiva, haverá também como parte da metodologia a observação da pesquisadora ao seu objeto de estudo, além de levantamento de dados que será realizado por meio de uma entrevista semiestruturada com uma amostra composta por nove trabalhadoras (es) rurais do pré-assentamento, com idade entre 30 e 40 anos. Para além do que já foi citado, traz contribuições para o campo do Serviço Social com relação a situação de vulnerabilidade em que os trabalhadores possam estar, os enfrentamentos da Questão Social no campo e os rebatimentos que permanecem até os dias atuais, principalmente, no que se refere ao combate a injustiça social e submissão de condições precárias de vida e trabalhista.

Palavras-chaves: Trabalho rural; Trabalhador rural; Saúde do trabalhador.

PAIVA, Ana Tereza Santos. L'affaiblissement de la santé du travailleur rural à la suite du travail sur le terrain: une étude sur le pré-établissement Recanto da Paz (MST) dans la municipalité de Dias D'Ávila (BA). 2024. Thèse pour l'obtention d'un diplôme de maîtrise – Programme d'études supérieures en travail social, Université fédéral de Bahia, Salvador, 2024.

RÉSUMÉ

Le présent travail a pour objectif général d'analyser comment le travail sur le terrain affecte la santé physique et sociale des travailleurs ruraux de la pré-colonie de Recanto da Paz, du Movimento Sem Terra (MST), dans la ville de Dias D'Ávila (BA). Les objectifs spécifiques : comprendre le travail des travailleurs ruraux dans la pré-colonie de Recanto da Paz, dans la municipalité de Dias D'Ávila (BA) ; comprendre comment le travail est organisé dans le champ de pré-installation de Recanto da Paz, dans la municipalité de Dias D'Ávila (BA) ; identifier la perception des travailleurs ruraux sur les maladies liées au travail des champs. Le thème sera abordé à travers une perspective théorique marxiste, basée sur les contributions de Karl Marx en relation avec l'accumulation primitive, dans le cadre de la méthodologie il y aura également l'observation par la chercheuse de son objet d'étude, en plus de la collecte de données qui permettront être réalisée à travers un entretien semi-structuré avec un échantillon composé de neuf travailleurs ruraux pré-installation, âgés de 30 à 40 ans. En plus de ce qui a déjà été mentionné, il apporte des contributions au domaine du Service Social en relation avec la situation de vulnérabilité dans laquelle peuvent se trouver les travailleurs, la confrontation des problèmes sociaux sur le terrain et les conséquences qui subsistent à ce jour, principalement en relation à fait référence à la lutte contre l'injustice sociale et la soumission à des conditions de vie et de travail précaires.

Mots-clés : Travail rural; Travailleur rural; La santé du travailleur.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCS	Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBHSF	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CFM	Cadastro Nacional de Médicos do Conselho Federal de Medicina
CIATS	Centros de Informação e Assistência Toxicológica
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CONITEC	Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra Plano Nacional de Reforma Agrária
CRIE	Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DPM	Distúrbios Psiquiátricos Menores
DSFIS	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
DTA	Doenças transmitidas por alimentos
EC	Emenda Constitucional
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMUSP	Faculdade de Medicina da USP
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LER	Lesões por Esforço Repetitivo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MRT	Movimento Revolucionário de Trabalhadores
MPS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPPA	Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias

NTEP	Nexo-Técnico Epidemiológico Previdenciário
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PAIS	Programa de Ações Integradas de Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANSAT	Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PMM	Programa Mais Médicos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Programa Nacional de Imunização
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNSIPCF	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e Águas
PNST	Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
PPA	Plano Plurianual
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINITOX	Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SUPRA	Superintendência da Política Agrária SUS – Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Porcentagem geral das doenças que mais acometem os trabalhadores rurais do Recanto da Paz	92
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O CAPITALISMO E OS SEUS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS	20
2.1 O TRABALHO ATRAVÉS DA PERSPECTIVA MARXISTA: BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.....	25
2.2 A ADEÇÃO DO NEOLIBERALISMO EM UM ESTADO CAPITALISTA E OS SEUS IMPACTOS NO CAMPO	29
3 A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA.....	41
3.1 A PRIMEIRA LEGISLAÇÃO DE TERRA DO BRASIL.....	41
3.2 RENDA DA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	49
3.3 BREVE RELATO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL E NA BAHIA.....	54
4 A SAÚDE DO TRABALHADOR.....	58
4.1 A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL.....	58
4.2 O TRABALHO NO CAMPO COMO FATOR DE RISCO A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL: ANÁLISE SOBRE O ADOECIMENTO.....	61
4.2.1 O Acesso da população rural ao Sistema Único de Saúde.....	66
5 O PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ EM DIAS D'ÁVILA (BA).....	76
5.1 O EXERCÍCIO LABORAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA (BA).....	81
5.2 COMPREENDENDO A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO DO PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA (BA).....	85
5.3 A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SOBRE O ADOECIMENTO VINCULADO AO TRABALHO NO CAMPO.....	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO.....	102
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	104

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido mundialmente pelo sistema público de saúde que atende os cidadãos brasileiros de forma gratuita, mas apesar disso, a execução na prática desse sistema, tem gerado discussões, especialmente, no que envolve a relação trabalho e saúde/doença. A partir da Constituição Federal de 1988, como consta no artigo 200 diz que “ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...]. II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador” (Brasil, 1988, p. 121).

Sabe-se historicamente que a saúde no Brasil se constituiu de maneira precária e permanece desse modo, não há política efetiva de prevenção e muito menos de proteção que abarque a todos os brasileiros, o que transforma os serviços de saúde em uma fonte de lucro para os grandes empresários e gestores de planos de saúde.

De acordo com a rede “PricewaterhouseCoopers”, conhecida como PwC - Brasil Ltda, em “o mercado de serviços de saúde no Brasil”, afirma que “[...] [o] mercado privado de assistência à saúde, operadoras e seguradoras terminaram o ano de 2012 com aproximadamente 48 milhões de beneficiários somente de planos médicos. Em 2009, havia 41 milhões, o que significa que, em três anos, houve um aumento de 17%” (PwC, 2014, p. 4).

O Sistema Único de Saúde, SUS, trata de um conjunto de ações e serviços de atenção à saúde prestada por órgãos públicos e complementares pela iniciativa privada conveniada e contratada. Durante os seus quase 30 anos de efetivação, o SUS tem se mostrado cada vez mais revolucionário, chegando a ser reconhecido internacionalmente por conta do Programa Nacional de Imunização (PNI) que é responsável por 98% do mercado de vacinas do país, que proporciona e garante a toda população o acesso gratuito as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde.

Ainda assim, há um distanciamento entre o SUS na realidade cotidiana para o SUS constitucional, já que a proposta de um sistema público universal ainda não se concretizou de fato e por conta disso ainda há distinção entre a proposta do movimento sanitário e o da prática social do sistema público de saúde vigente. A referida não efetivação trata-se basicamente da dificuldade da concretização em si do SUS, desde o inaccessível em Unidades Básicas de Saúde (UBSs), considerada a porta de entrada no SUS, ou a realização de procedimentos cirúrgicos e até mesmo a retirada de medicamentos.

O SUS é constitucionalmente instituído como descentralizado entre, a União, o Estado e o Município, porém, conforme divulgado pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), o qual afirma que o Estado da Bahia investe na saúde apenas o exigido por lei, o que contribui para uma maior ocorrência de situações como as divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2007 em que “As famílias brasileiras financiam a maior parte das despesas de saúde no país, sendo 128 bilhões de reais (57,4%) diretamente dos bolsos dos cidadãos” (IBGE, 2007, p. 12).

Por meio da Lei Orgânica de Saúde (Lei nº. 8.080/1990) ocorreu a definição do papel a ser exercido pelo Ministério da Saúde no Art. 16:

I - formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição; II - participar na formulação e na implementação das políticas: [...] a) de controle das agressões ao meio ambiente; b) de saneamento básico; e c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho; III - definir e coordenar os sistemas: a) de redes integradas de assistência de alta complexidade; b) de rede de laboratórios de saúde pública; c) de vigilância epidemiológica; e d) vigilância sanitária (Brasil, 1990, p. 8).

Considerando essa legislação, foi instituído através da Portaria de nº 1.823/2012, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNST). Essa legislação visa proteger o acesso à saúde a todos os trabalhadores como previsto no Art. 3º da PNST,

Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política (Brasil, 2012, p. 1).

Para o Sistema Único de Saúde colocar em prática a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora é necessário articular mudanças nos processos de trabalho em saúde, principalmente, no que tange a organização da rede de atenção e na atuação de equipes multiprofissionais para aplicar a política, desde a atenção primária, passando pela vigilância em saúde e encaminhando-se à assistência e reabilitação para contribuir nas ações coletivas, visando cuidar da promoção, vigilância e prevenção dos ambientes, dos processos e das atividades de trabalho, inclusive, sobre os determinantes da saúde dos trabalhadores.

Com a publicação da Constituição Federal de 1988 foi instituída a Seguridade Social como o principal padrão de proteção social no país, e, neste caso, a saúde que é tida como um

direito de todos, passou a ter políticas discutidas e definidas como um fundamental cumprimento da Constituição.

Sendo assim, é possível perceber que a saúde no Brasil avançou consideravelmente, inclusive, gerando debates políticos, mas que foram inseridos recentemente na história do país, principalmente, no setor da saúde em que a sua reorganização se mostra com a implementação, financiamento e organização do Sistema Único de Saúde, além das suas possibilidades e limites de efetivação que só podem ocorrer com base nos princípios e diretrizes constitucionais, mas ainda está distante do ideal, pois nota-se que ainda falta no país infraestrutura que sustente e atenda a demanda que possui. Por exemplo, alguns trabalhadores rurais enfrentam diariamente a exposição a produtos químicos, porém, enfrentam dificuldades para serem atendidos não só pela falta de vagas, mas também por falta de profissionais que entendam as especificidades da vida de um trabalhador do campo.

Sabe-se que a saúde do trabalhador é um campo abrangente da saúde coletiva e precisa de atenção por apreender práticas interdisciplinares, mas também por se tratar de um processo em que a relação saúde-doença possui ligação direta com o trabalho, tendo os principais fatores causadores de doenças os riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos presentes no ambiente de trabalho, além de riscos sociais e mentais.

Uma vez que a saúde e a doença estão envolvidas pelas condições em que os indivíduos estão inseridos, se faz necessário compreender como o ambiente de trabalho pode influenciar ou proporcionar condições que ponha a saúde em risco, sendo assim, nota-se quanto necessário é captar como a saúde pode ser trabalhada positivamente, especialmente, em conjunto com outros setores do poder público, com os próprios trabalhadores de uma maneira mais organizada por conhecerem de fato a sua própria rotina e os possíveis riscos ou não e claro, com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao tomar conhecimento desses dados prontamente me questionei como o trabalho no campo pode afetar a saúde física e social dos trabalhadores rurais, portanto, tornou-se o meu objetivo geral: Analisar como o trabalho no campo afeta a saúde física e social dos trabalhadores rurais no pré-assentamento Recanto da Paz, do Movimento Sem Terra (MST), na cidade de Dias D'Ávila (BA). Enquanto os objetivos específicos são: conhecer o exercício laboral dos trabalhadores rurais do pré-assentamento Recanto da Paz no município de Dias D'Ávila (BA); compreender a forma de organização do trabalho no campo do pré-assentamento Recanto da Paz no município de Dias D'Ávila (BA); identificar a percepção dos trabalhadores rurais sobre o adoecimento vinculado ao trabalho no campo.

A escolha pelo tema também se deu pelas relações familiares, pois a minha avó materna, Tereza Santos (*In Memoriam*) foi uma trabalhadora rural na cidade de Feira de Santana – BA e faleceu muito jovem, sem qualquer tipo de assistência médica por não possuir acesso a serviços básicos de saúde.

Posteriormente o fascínio pela temática do trabalho no campo intensificou-se durante a graduação após uma docente ter exibido em sala de aula o documentário “Terra para Rose” (1987), ainda no primeiro semestre. Tal interesse despertou a vontade de ler sobre os trabalhadores rurais e conseqüentemente passei também a acompanhar atividades externas como a, Feira Agroecológica de Reforma Agrária que ocorre na Praça das Artes na Universidade Federal da Bahia no *campus* de Ondina, e até mesmo participei da Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) Ação Interdisciplinar em Áreas de Reforma Agrária (EDC456) com a docente Celi Taffarel, a qual tem vasto conhecimento com relação à reforma agrária e atua efetivamente nos movimentos sociais.

Portanto, com o objetivo de compreender as circunstâncias em que esses cidadãos se encontram devido ao trabalho exaustivo e possíveis exposições a fatores de risco e que podem afetar a sua saúde, decidi estudar um pouco mais sobre o âmbito rural e transformei a temática em meu objeto de pesquisa no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, tendo como título: “Da cancela da fazenda para os hospitais: O trabalho no campo e as implicações na saúde dos trabalhadores rurais”.

Já na fase de mestrado, tais inquietudes têm sido esclarecidas através da literatura com grandes contribuições de artigos científicos, tais como: “Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: potencialidades e desafios da articulação entre universidade, SUS e movimentos sociais” de 2014 das autoras Andrezza Pontes, Graziella Veríssimo e Raquel Maria. Os destaques abordados por Suzane Tosta, Jânio Robero e Sócrates (2019) sobre a Renda da Terra, assim como Lucas Lima (2009) também diante da mesma temática, além de discussões que permeiam no âmbito da saúde, como o artigo publicado por Jéssica Moreira (2015) intitulado de “A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil”.

Com relação à metodologia escolhida, inicialmente, foi utilizada a observação da pesquisadora ao seu objeto de estudo, realizada de forma quinzenal. Esse tipo de observação ocorre de modo espontâneo, coletando informações que são perceptíveis apenas na observação da rotina. Sendo está “uma das vantagens da utilização dessa técnica [pela] possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar as

experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem a realidade e as suas ações” (Lüdke; André, 1986, p. 73).

Outro suporte adotado foi a pesquisa exploratória, utilizando-se do levantamento bibliográfico, desenvolvida com a finalidade de aproximar a pesquisadora ao conteúdo a ser estudado. Para a materialização deste projeto utilizou-se também um levantamento de dados, que de acordo com Gil (2002), se caracteriza pela interrogação direta das pessoas acerca do problema. Esse levantamento foi realizado por meio de uma entrevista semiestruturada com uma amostra composta por nove trabalhadoras (es) rurais do pré-assentamento, com idade entre 30 e 40 anos.

Para Gil (1999, p. 120) a entrevista se trata de um método espontâneo, onde “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Sendo assim, durante a entrevista, as perguntas desenvolvidas previamente devem ser realizadas, como também ao longo do processo é permitido obter novas informações, já que a entrevista semiestruturada é similar a uma conversa.

Considerando o contexto pandêmico da COVID-19 e, portanto, prezando a saúde e o bem-estar físico tanto dos trabalhadores rurais do pré-assentamento, quanto da pesquisadora, acreditei que o ideal, naquele momento, seria o de definir uma técnica em que houvesse um número (considerável) de entrevistados que estivessem disponíveis, sendo assim, a amostragem escolhida trata-se da amostra por conveniência. Para Ochoa (2015, p. 1):

[...] Os indivíduos empregados nessa pesquisa são selecionados porque eles estão prontamente disponíveis, não porque eles foram selecionados por meio de um critério estatístico. Geralmente essa conveniência representa uma maior facilidade operacional e baixo custo de amostragem.

Por conseguinte, a entrevista possibilitou que a/o entrevistada/o tivesse a liberdade em expressar-se durante o diálogo, o roteiro continha perguntas pré-definidas, as quais foram adaptáveis ao longo da conversação, essa técnica, permitiu a geração de dados e informações qualitativas. Durante a realização das entrevistas, havia o intuito de utilizar um gravador para posteriormente auxiliar na compreensão das informações prestadas, respeitando as recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a qual dispõe na Resolução nº. 196 de 1996, em Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: “a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente

incapazes (autonomia)”, mas os trabalhadores não se sentiram confortáveis, portanto, não foi utilizado.

Por fim, os dados obtidos na pesquisa foram analisados através do método de análise descritiva, pois esse método é baseado em fatos, objetivando estudar as características de um grupo desde a sua distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade ou até estado de saúde física e mental, o que contribui para a compreensão sobre as causas e os impactos do objeto de estudo. Antônio Carlos Gil (2010, p. 28) destaca que esse tipo de análise objetiva:

[...] A descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Por conseguinte, os dados obtidos através das entrevistas foram transcritos e analisados com base nos objetivos do projeto.

A presente pesquisa está dividida em cinco capítulos, o primeiro capítulo tem um formato mais introdutório, apresentando de forma sucinta a pesquisa, quais os seus objetivos e os conteúdos debatidos ao longo desta. Já o segundo tem como função inicializar as discussões sobre a questão do trabalho pela perspectiva Marxista, abordando o Capitalismo na Europa e os seus elementos fundamentais, especialmente, o processo de acumulação primitiva, tendo como base a obra “O Capital: Crítica da economia política” de Karl Marx, além disso, trago também sobre a adesão do Neoliberalismo e dos seus reflexos para a população do campo.

O terceiro capítulo tem a função de revelar a luta pela terra e a estruturação da agricultura por parte dos trabalhadores rurais no Brasil frente às ações do Estado, aborda também a renda da terra, bem como aborda o surgimento e estabelecimento do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil e na Bahia. Com relação ao quarto capítulo, este é dedicado de forma integral a saúde do trabalhador rural e as suas especificidades, perpassando pela política nacional de saúde, as políticas públicas voltadas para essa população, as formas de acesso aos serviços de saúde.

Por fim, o quinto e último capítulo aborda o tema central desta pesquisa e, por isso, discute os três objetivos específicos, sendo eles: o exercício laboral dos trabalhadores rurais do pré-assentamento Recanto da Paz no município de Dias D’Ávila (BA); compreender a forma de organização do trabalho no campo do pré-assentamento Recanto da Paz no município de Dias D’Ávila (BA); identificar a percepção dos trabalhadores rurais sobre o adoecimento vinculado ao trabalho no campo. Ademais, é neste capítulo em que ocorre a apresentação da

análise das entrevistas realizadas e as observações captadas em visitas com foco na pesquisa temática que é a fragilização da saúde do trabalhador rural em decorrência do trabalho no campo: um estudo acerca do pré-assentamento Recanto da Paz (MST) no município de Dias D'Ávila (BA).

2 O CAPITALISMO E OS SEUS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

Para discutirmos sobre o atual sistema econômico que rege mundialmente o âmbito financeiro, se faz necessário compreender como se deu sua ascensão e estabelecimento, já que atualmente é considerado o modelo ideal a ser seguido. De antemão cabe ressaltar que ocorreram algumas modificações estruturais na sociedade que garantisse que a terra se tornasse o principal meio de obtenção de propriedade privada e conseqüentemente os seus respectivos bens, instrumentos e a força de trabalho empregada nesses espaços.

Anteriormente ao Capitalismo¹, o sistema econômico que prevalecia na sociedade (teve a sua permanência na Idade Média e substituiu o Império Romano), era o Feudalismo, essa organização política, econômica, cultural e social estruturava-se no domínio da terra, além disso, toda a sociedade feudal era composta por camadas sociais, entre nobres, cleros e servos e por conta dessa composição não havia viabilidade de mudanças ou ascensão de posição, pois a estrutura foi construída de modo que cada um permanecesse em uma única posição.

Dentro desse sistema, os nobres detinham o poder sobre as propriedades de terra, sendo assim, eram os verdadeiros responsáveis pela legislação, organização administrativa, justiça e concessão de privilégios, evidenciando que se tratava de um sistema monopolista. Já o clero era composto por papa, padres, cardeais, bispos e os arcebispos, ganhou destaque por conta da igreja católica (essa se tornou a instituição mais poderosa no sistema feudal, pois detinha extensas propriedades). Com relação aos servos, é possível perceber as suas respectivas funções através da titulação que recebiam.

O feudalismo era fundamentado na servidão, pois os trabalhadores estavam subordinados aos proprietários da terra e tinham que trabalhar para garantir o seu sustento, sem contar com as altas taxas de impostos e de serviços fazendo com que o servo gastasse os poucos recursos que adquiria. Para Marx (1998) durante o período compreendido como Baixa Idade

¹Sistema econômico que tem como base para o seu desenvolvimento constante capitalismo a utilização da propriedade privada e a acumulação de capital.

Média² foi o momento em que se criaram as bases para a construção do capitalismo isso porque “[...] com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que “por toda parte enchiam inutilmente os solares” (Marx, 1998, p. 831).

Nota-se que a expansão populacional é uma das motivações cruciais para as modificações do sistema feudal, pois com a ampliação no quantitativo de habitantes em toda a Europa, houve aumento também no desenvolvimento comercial que passou a ser concretizado pelo trabalho livre e assalariado e, por isso, ampliou-se as fontes de renda, resultando no surgimento de novas camadas sociais como é o caso da burguesia.

Com o fim do período feudal, a sociedade é encaminhada para um novo sistema, o qual diverge do feudalismo em alguns aspectos, a exemplo disso, temos a produção no campo que, durante o sistema feudal, os camponeses detentores de terras tinham direitos sobre tudo o que produziam, outra exemplificação que diferencia o feudalismo do capitalismo é com relação à posse, pois o servo, por exemplo, possuía a propriedade de onde residia, mas também tinha a possibilidade de ser sócio em terras comuns. É importante ressaltar que a transição para o sistema capitalista não ocorreu em modo simultâneo e nem mesmo com rapidez em toda a Europa, todo o processo contou com variáveis que envolvem tempo histórico, moldes de mão de obra utilizada, as relações sociais e de produções desenvolvidas.

O capitalismo é um sistema econômico pautado na acumulação de riquezas por meio da propriedade privada nos meios de produção (terras, máquinas, indústrias de modo geral), pois tem o objetivo de garantir o lucro por meio da exploração do trabalho, para isso comumente os donos dos meios de produção reduzem ao máximo os custos das suas atividades e em contrapartida elevam os preços dos produtos e/ou serviços prestados.

Neste sistema há duas classes sociais que protagonizam a estruturação e funcionamento do capitalismo que são as classes: burguesa (os capitalistas) e proletária (os trabalhadores), a classe burguesa é detentora do meio de produção e, portanto, é garantidora do lucro e isso ocorre porque a classe burguesa explora a mão-de-obra da classe trabalhadora, já que o proletário trabalha para o seu empregador em troca de salário para manutenção de sua sobrevivência.

Dentro do sistema capitalista, a mercadoria (os produtos) é comercializada com interferências do Estado, as grandes empresas vendem por meio da lei de oferta e demanda, ou

²A professora de História (PUC-RJ), Juliana Bezerra, o classifica como “o segundo período da Idade Média, compreendido entre os séculos XI e XV, que correspondeu à desagregação do sistema feudal e a consequente transição para o sistema capitalista.” (BEZERRA, 2017, p.1).

seja, a venda ocorre de acordo com a quantidade de produtos que são produzidos e estocados, então surge a procura dos consumidores pelos serviços e bens de consumo.

Para Marx, a construção da riqueza das sociedades capitalistas tem como base fundamental a “imensa acumulação de mercadorias”, pois é a mercadoria o principal aspecto da riqueza, isso porque a mercadoria é feita justamente para suprir as necessidades humanas independente da natureza que possuir, podendo ser corpóreas ou incorpóreas, contanto que detenham utilidade aos humanos para sua utilização, como também para a sua troca. Ou seja, a mercadoria é todo e qualquer produto/material que é distribuído e embutido de valor de uso e valor de troca. Conforme Marx (2013, p. 53):

[...] não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. Cada coisa útil, como ferro, papel etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade.

O valor de uso de uma mercadoria pode ser identificado por meio da sua utilidade e é definida através das propriedades materiais dessa mercadoria, já com relação ao valor de uso o mesmo pode ser determinado pelo seu próprio valor, se tratando do valor de uso a mercadoria não precisa necessariamente da quantidade de trabalho para produzir qualidades úteis, pois a mercadoria por si só já possui valor e esse valor é concretizado a partir da utilização da mercadoria ou do seu consumo, de acordo com Karl (2013, p. 53) “a própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um valor de uso, um bem”.

O que difere o valor de uso e o valor de troca da mercadoria é a qualidade diversificada que a mercadoria pode apresentar em cada situação, por exemplo, quando refere-se ao valor de uso a mercadoria primordialmente deve exibir a sua qualidade e o que diversifica essa mercadoria, além de que possui exclusivamente o domínio de ser o produto do trabalho, já quando se trata do valor de troca, é necessário apresentar-se de forma diferenciada em termos quantitativos e sendo assim, não detém qualquer tipo de valor de uso em sua mercadoria.

A partir do final do século XIV, período em que Marx (1998, p. 830) afirma que “[...] a servidão tinha praticamente desaparecido da Inglaterra³”, os trabalhadores enfrentam a expropriação demarcada pela intensa violência, transformando-se da “noite para o dia” de camponeses para trabalhadores assalariados, mas permanentemente servos dos que detém a posse das terras que anteriormente eram suas. Ainda de acordo com Marx (1998, p. 848),

³ O processo descrito por Marx no capítulo XXIV da obra “O Capital: Crítica da economia política” é totalmente voltado para o que ocorreu na Inglaterra.

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação.

Perante esse cenário, muitos dos antigos camponeses se transformaram em mendigos, desempregados (por conta do excesso de mão de obra no mercado), e até mesmo ladrões, desde então, a única posse que lhes restaram foi a da força de trabalho.

Todo esse processo que desenvolve o sistema capitalista é intitulado por Marx (1998, p. 828) como “a chamada acumulação primitiva”, a qual é definida pelo autor como “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (Marx 1998, p. 828).

Ou seja, o desenvolvimento da acumulação primitiva que se deu a partir do século XV, ocorreu através da elevada centralização de recursos financeiros nas mãos de uma pequena parte da população (a burguesia), junto com o desapossamento de terras dos camponeses que posteriormente tornaram-se uma massa de cidadãos sem recursos e bens materiais e assim foram obrigados a vender a sua força de trabalho (caracterizando-se como proletário) aos burgueses. Ainda com relação ao processo de expropriação dos camponeses, Marx destaca a violência aplicada contra os camponeses, o qual ele chama de “Legislação sanguinária contra os expropriados, a partir do século XV” (Marx, 1998, p. 848).

Essa legislação foi desenvolvida no final do século XV, durante a construção da acumulação primitiva, o processo conhecido por transformar a vida de milhares de camponeses, já que muitos deles não se tornaram trabalhadores assalariados devido às circunstâncias, mas ainda assim, eram vistos pela classe que estava em ascensão (a burguesa) como algo proposital vindo dos antigos camponeses., acreditava-se que tornar-se trabalhador assalariado fosse uma questão de escolha. Por conta desse contexto, segundo Marx (1998, p. 848), durante o reinado de Henrique VII, foi desenvolvida a Lei nº 153 que dispõe:

Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar tem direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitado até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida, prestarão juramento de voltar a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos, para se porem a trabalhar (Marx, 1998, p. 848).

No reinado de Eduardo VI a severidade contra os desempregados foi ampliada e emergiu a naturalidade ao caracterizá-los como inimigos da sociedade. Conforme explicado por Marx (1998, p. 848-849)

Uma lei do primeiro ano do seu governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusar a trabalhar, será condenado como escravo da pessoa que o tenha denunciado como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebidas fracas e restos de carne, conforme achar conveniente. Tem o direito de forçá-lo a executar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja, flagelando-o e pondo-o a ferros. [...] Se o escravo tentar qualquer coisa contra seu senhor será também enforcado (Marx, 1998, p. 848-849).

Entretanto, com o passar do tempo, excessivas queixas foram realizadas, afinal, perderam as suas posses, então os camponeses passaram a viver sobre uma forte marginalização, presenciaram a destruição de grandes lavouras em pastos improdutivos, além de ter que lidar com os senhores feudais que agora passaram a serem os donos das terras sobre uma nova roupagem, a do burguês.

No intuito de amenizar as insatisfações, Henrique VII, instaurou legislações que visavam à conservação da residência de camponeses, mesmo que com algumas limitações, a qual é abordada por Marx (1998, p. 833) que traz um breve trecho do que foi desenvolvido durante essa atualização.

Muitos arrendamentos e grandes pastagens, especialmente de ovelhas, estão concentrados em poucas mãos; por isso, muito aumentou a renda da terra, decaindo a lavoura; casas e igrejas foram demolidas, e um número imenso de pessoas ficaram impedidas de prover seu próprio sustento e o de suas famílias (Marx, 1998, p. 833).

Verifica-se que todo o progresso da expropriação camponesa foi legitimado por meio do apoio popular, através das legislaturas, de práticas violentas e desumanas contra as minorias, pondo em risco a vida de milhares de cidadãos que perderam uma estrutura de vida, composta por costumes, trabalho livre, liberdade e ascensão financeira. Tudo o que foi construído pelos pequenos camponeses foram tomados e incorporados a um novo sistema como se fosse uma grande inovação, entretanto, o que de fato ocorreu foram mortes, roubos de identidades e consecutivas penalizações.

Desde os primórdios da humanidade sabe-se que a vida humana foi demarcada por conflitos, desigualdades, linchamento físico, social e psicológico, no período de adesão do capitalismo não foi diferente, independente das queixas por parte da população camponesa, da crescente onda de violência, do empobrecimento de uma parte da população sem qualquer tipo de ressarcimento, o fluxo da ascensão capitalista permaneceu em pleno funcionamento.

Não houve reduções no desenvolvimento agrícola, o monopólio garantiu cada vez mais a luxúria para alguns cidadãos em detrimento da miséria de trabalhadores assalariados que precisaram se adequar a uma realidade em que até os meios de subsistência se tornaram mercadoria econômica⁴, além de os tornarem totalmente dependentes dos novos modos de produção e as suas técnicas inovadoras.

O sistema capitalista desde a sua inicialização foi proposto e pensado para realizar a manutenção das desigualdades entre as classes que compõe a sociedade, imperando o seu modo de agir nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

2.1 O TRABALHO ATRAVÉS DA PERSPECTIVA MARXISTA: BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Karl Marx em sua obra intitulada de “O Capital: Crítica da economia política” dedica-se a escrever sobre a construção, funcionamento e consolidação do Capitalismo, sistema econômico fundamentado na propriedade privada em busca de fins lucrativos. O autor compreende o surgimento desse sistema a partir de uma gama de fatores que são destacados no capítulo 24 do Livro 1, nomeado de “A chamada acumulação primitiva”, o qual já foi citado no item anterior.

A partir dos elementos centrais discutidos em “A gênese e os elementos fundamentais do capitalismo na Europa” pode-se compreender que o advento do capitalismo se deu por meio de um processo de violência brutal contra a população camponesa, já que para a obtenção de mão de obra disponível, meios de produção adequados e em grande quantitativo, o sistema utilizou-se da expropriação de famílias camponesas, artesãs e dentre outras.

Ou seja, o capitalismo não se constitui apenas pela divisão do trabalho, mas também de um processo que perpassa pela perda dos direitos dos camponeses as suas terra e consequentemente dos meios de produção.

Esse processo foi o responsável pelo estabelecimento histórico das classes antagônicas, diante da sociedade capitalista, emergiu assim a burguesia e o proletariado. Para o autor a servidão havia sido quase totalmente extinguida no final do século XIV, principalmente, durante o século XV em que grande parte dos cidadãos era composta por camponeses livres e

⁴ Marx (1998, p. 861) destaca que: “[...] antes, a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias-primas, que eram, na sua maior parte, consumidos por ela mesma. Esses meios de subsistência e matérias-primas transformam-se agora em mercadorias; o arrendatário vende - se no mercado gerado pelas manufaturas.”

proprietários de suas próprias terras. Ainda perante os resquícios do feudalismo, tais camponeses em toda a Europa deteve o seu direito a terra, pois a produção feudal é construída para Marx (1998, p. 831) por meio da “[...] repartição da terra pelo maior número possível de camponeses”.

O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de seus súditos, ou melhor, do número de camponeses estabelecidos em seus domínios”. Porém, a partir do final do século XV e início do século XVI, o senhor feudal encantou-se por uma nova produção, a manufatura da lã, o poder trazido pelo dinheiro provocou consequentes ataques violentos aos antigos camponeses, em decorrência disso, essas famílias sofreram com as expulsões de sua própria terra, até mesmo casas foram derrubadas para a ampliação da área de pastagem.

Segundo William Harrison (1587, *apud* por Marx, 1998, p. 832),

[...] Os velhos inventários dos senhores, verificamos que desapareceram inúmeras casas e pequenas lavouras, de modo que a terra alimenta muito menos gente, muitas cidades decaíram, embora floresçam algumas novas. [...] Poderia falar de cidade e de aldeias transformadas em pastos de ovelhas e onde apenas se encontram as mansões senhoriais.

Nesse processo não havia importância se os antigos donos detinham direitos integrais, pois com a ocupação dos senhorios, a única opção dos trabalhadores eram aceitar a sua atual condição, como consequência desse descaso criou-se uma legião desproporcional de cidadãos sem casa, sem terra para lavrar, e assim, sem meios de prover o seu próprio sustento.

Além disso, havia também o cerceamento e a forte pressão para submeter-se aos burgueses em modo de servidão que se realizariam com a venda das suas forças de trabalho, tornando-se trabalhadores remunerados, embora o quantitativo fosse muito menor do que estavam acostumados a lucrar com as colheitas em suas terras.

A partir disso, passaram a gerar uma grande produtividade ao mercado econômico, construindo aos poucos o sistema capitalista, esse ciclo construído por táticas de expropriação e exploração foram às verdadeiras responsáveis pela formação do capitalismo. É importante ressaltar que a ascensão capitalista em alta velocidade bem como o seu estabelecimento, só foi possível devido aos próprios capitalistas que emergiram nesse cenário a partir do declínio dos agricultores rurais, já que automaticamente tornaram-se “[...] grandes proprietários de terras” (Marx, 1998, p. 856). Junto com os possuidores de terras revelou-se também os arrendatários que conquistaram o seu espaço ao longo dos séculos, mas que obtiveram a consolidação, a partir do século XVI devido a Revolução Agrícola.

O arrendamento rural consiste em um contrato agrário, o qual o proprietário do imóvel rural cede a sua terra para o arrendatário utiliza-la para fins de exploração agrícola, entretanto, isso só ocorre mediante o pagamento de aluguel da terra a ser utilizada, além disso, o acordo pode ter tempo determinado ou não, em alguns casos poderiam durar até 99 anos, com isso o seu posicionamento no meio rural foi modificado, já que propiciou um aumento nas pastagens e conseqüentemente ampliou o seu gado garantindo produtividade e aquisição de lucro.

Apesar de os arrendatários terem enfrentado condições de servidão no período feudal como bem destaca Marx (1998, p. 856) “sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado”, todavia, esse sistema foi transformado socialmente, uma vez que os valores dos produtos agrícolas aumentaram de modo desenfreado, enquanto o custo do aluguel da terra permanecia fixo, portanto, recebiam mais e custeavam aluguéis com valores abaixo do mercado, assim, os arrendatários enriqueceram.

Para Marx, antes de delimitar quaisquer questões é importante compreender que o processo de trabalho é apartado de estruturas sociais determinadas isso porque a força de trabalho por si só é a representação do que é o trabalho, o adquiridor da força de trabalho a consome por meio do trabalhador que vende o seu trabalho (a sua força), portanto, o trabalho ressurge em produtos/mercadorias e nelas são impregnadas os respectivos valores de uso, independente da sua natureza, com tanto que satisfaça a necessidade humana.

Além do mais, Marx (2013, p. 210) destaca que “[...] o que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor de uso particular, um artigo especificado. A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle”.

O processo de trabalho é uma ação que detém a participação do homem e da natureza, isso porque durante a realização do trabalho, o homem satisfaz as suas necessidades e produz os instrumentos necessários para serem utilizados com o intuito de executar o seu trabalho, porém esse ato faz com que haja novas necessidades sociais e conseqüentemente novas produções e motivações de consumo. O processo de criação, do ponto de vista do sujeito, é um processo de autocriação humana, ou seja, o trabalho modifica também o indivíduo, já que o trabalho faz com que o indivíduo acione o seu consciente, o que exige algum conhecimento (pode assumir as formas de: costumes, hábitos e tradições) mesmo que mínimo sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, com o intuito de induzir o sujeito a efetuar os propósitos desejados.

Além disso, evidencia também a capacidade humana em projetar mentalmente o resultado que deverá ser obtido através do seu trabalho, o diferindo dos animais que trabalham, porém, sem projetar o resultado. Conforme Marx (2013, p. 212):

[...] a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Portanto, o processo de criação e produção faz com que o homem acumule novas capacidades e qualidades humanas durante o aprendizado e desenvolvimento de novas necessidades, sendo assim, a dimensão do trabalho é constitutiva do ser social, pois é através do trabalho que o homem modifica o seu mundo e a si mesmo.

Diante deste contexto, Marx (2013, p. 212) delimitou os principais elementos componentes do processo de trabalho que são: “1) a atividade adequada a um fim, isto é, próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”.

No que se refere a natureza, pode-se compreender que além de prover os meios de subsistência do homem (a terra e a água) para a utilização de forma imediata, ela existe independente do surgimento do homem ou de quaisquer ações que ele possa ter sobre ela, já para o homem a natureza torna-se apenas o seu objeto de trabalho.

Por isso, Karl Marx (2013, p. 212) destaca que “[...] todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza.”. Tais coisas que são obtidas através de um trabalho realizado anteriormente é intitulada de matéria-prima. Como, por exemplo, Marx (2013, p. 212-213) ressalta: “[...] assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões. [...] o minério extraído depois de ser lavado”.

Nota-se que o capitalismo em todo o seu processo de construção, aprimoramento e consolidação acarretou transformações severas para a população, desabrigou cidadãos, converteu a terra e a produção agrícola que anteriormente tratava-se de trabalho familiar habitual e passou a ser um âmbito de exploração incontido, a fim de garantir o monopólio da

propriedade e assim assegurar o pleno funcionamento do capitalismo. Conforme Marx (1998, p. 861) explicita em um trecho de “O Capital”:

Assim, a expropriação dos camponeses que trabalhavam antes por conta própria e ao divórcio entre elas e seus meios de produção correspondem a ruína da indústria doméstica rural e o processo de dissociação entre a manufatura e a agricultura. E só a destruição da indústria doméstica rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a solidez exigidas pelo modo capitalista de produção.

As modificações realizadas na agricultura familiar arruinaram as produções agrícolas que ocorriam de modo tradicional, as terras que anteriormente eram cultiváveis tornaram-se um amplo espaço de pastagens, não havia grandes produções alimentícias. Sendo assim, o sistema econômico que estava apenas no início, aniquilou as diversas formas de existência da agricultura, pois as atividades industriais apropriaram-se da fabricação dos alimentos.

Conclui-se que as irregularidades contidas no processo do surgimento do capitalismo contribuíram e assim permanecem no que tange as problemáticas do meio rural, é notório que a perpetuação do modo de produzir atualmente é tão semelhante quanto no século XVI, pois ainda há expropriação de terras, os monopólios de terras não obtiveram um fim.

Estamos vivenciando o século XXI, mas ainda assim existem poucos proprietários privados de terras e um excedente de camponeses em busca de seu espaço no campo tanto para trabalhar, quanto para estabelecer sua moradia.

2.2 A ADESÃO DO NEOLIBERALISMO EM UM ESTADO CAPITALISTA E OS SEUS IMPACTOS NO CAMPO

Na década de 1970, houve um período em que constantemente havia o aumento da inflação, gerando alta instabilidade de preços e isso fez com que o comércio de petróleo entrasse em colapso formando assim uma nova crise para o capitalismo, resultando, inclusive, na queda da bolsa de valores de Londres. Por conta da desestabilização econômica, as discussões com relação ao Estado de Bem-Estar Social voltaram à tona, surgiu nesse período também debates sobre o Neoliberalismo, modelo econômico que emergiu politicamente com o intuito de barrar as teses do Keynesianismo (sendo que esta foi desenvolvida após a crise de 1929).

Com a grande depressão de 1929 a crise do Capitalismo alastrou-se e surgiram consequências como, o desemprego em massa, redução das exportações e importações, houve colapso na produção básica de alimentos e matérias-primas por conta da queda dos preços destes produtos, além das falências de bancos e empresas. Perante a esse grave cenário, o

economista John Maynard Keynes, empenhou-se em compreender e obter soluções para a crise de 1929, a sua teoria econômica tinha como base a defesa de uma maior intervenção do Estado na economia, opondo-se ao Liberalismo, tendo como objetivo a conquista do pleno emprego e o retorno do desenvolvimento econômico.

Ademais, o Keynesianismo defendia ações políticas voltadas para o protecionismo econômico e buscava proteger o papel fundamental de que o Estado deveria desenvolver ao estimular a economia em momentos de crise e recessão. Porém, no intuito de barrar o estabelecimento do Keynesianismo, assim como o de impedir a série de crises cíclicas do capital, o modelo Neoliberal foi instaurado, renovando a esperança dos âmbitos político e econômico como o principal instrumento de reorganização financeira mundial.

Esse modelo ficou conhecido a partir do governo de Margaret Thatcher em 1979 adotado pela Inglaterra. Behring e Boschetti (2008, p. 86) destacam que:

O Estado [...] passa a ter um papel ativo na [...] produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças.

Já no Brasil, o Neoliberalismo foi introduzido por meios dos presidentes, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, embora Collor tenha iniciado o processo, foi FHC que de fato implementou o sistema econômico no país, havia um forte discurso de que o Brasil necessitava enquadrar-se nas tendências mundiais e precisava adotar a globalização.

No documentário “Privatizações: A Distopia do Capital” Lessa (2014) afirma que: “Os Fernandos, comprometem o Brasil num projeto de inserção na globalização mundial e ao mesmo tempo subpriorizando o desenvolvimento das forças produtivas internas.”

Com base na perspectiva estrutural Marxista, compreende-se o neoliberalismo como uma estratégia política que tem a pretensão de reforçar a hegemonização de classe e a sua ampliação de forma global, então a partir da década de 1970, emerge um novo patamar do capitalismo. Conforme Duménil e Lévy (2014, P.11) citados por Andrade (2019), “o neoliberalismo se caracteriza por uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital”.

O Neoliberalismo é um projeto político/econômico que tem atuado regularmente reconfigurando as ações do Estado a favor dos interesses do capital, beneficiando o mercado

estrangeiro e para tal, utilizam métodos que contribuem para concretizar a acumulação financeira que atualmente podem ser identificados por meio de: privatizações dos setores públicos, a financialização que é demarcada pelo aspecto especulativo e muitas vezes também por fraudes e há também a flexibilização do trabalho (particularmente é uma demanda do próprio sistema capitalista) no intuito de reforçar a garantia de lucro para a classe burguesa, por meio da exploração da classe “oponente”, a trabalhadora.

A intensa adesão ao neoliberalismo por parte de FHC, trouxeram consequências ao país, devindo a uma crescente dívida externa e a manifestação dos “efeitos perigosos” do *Welfare State* que são: concorrências desleais, a desmotivação dos trabalhadores, sobrecarga de demandas, baixa produtividade e a burocratização. Por isso, o Brasil passou a adotar algumas medidas de enfrentamento a este cenário, para tal, o governo conta com a idealização de uma reforma gerencial, comandada pelo economista Bresser Pereira, essa reforma trouxe os três “E”: Eficiência, Eficácia e Efetividade.

A partir dessa reforma, o governo passou a perpetuar a ideia do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, de que o Estado estava em colapso e mais, perpetuava a ideia de que o grande problema do Brasil, era o próprio Estado, sendo lento e arcaico, assim ampliou-se a discussão da modernização e globalização, as quais necessitavam de mudanças para que ocorressem. Essa reforma foi pensada para construir uma política de Estado que conseguisse dar uma ampla legitimidade aos governos no que se refere aos consecutivos ajustes fiscais duradouros, a renovação dos instrumentos de política social, reforma da previdência, privatização dos serviços, ampliação das organizações não-governamentais, aumento de publicização e a reforma do Estado. Assim, o Estado conseguiria obter a redução pretendida e conseguiria recuperar o seu campo financeiro.

A gestão gerencial é delimitada a partir do momento em que houve trocas na organização de um novo modelo de trabalho para a gestão social, pois a gestão é demarcada pela racionalidade, razão e finalidade, mas quando há a adesão de recursos, esse tipo de gestão fica conhecido como gestão gerencial, pois liga-se diretamente ao sistema capitalista durante um período específico, o neoliberal.

O Brasil em toda sua história não viveu um momento de pleno emprego isso porque o Estado de bem-estar nunca ocorreu, apenas, pequenos ensaios, na década de 1990 predominava o pacto social com políticas sociais amplas, juntamente com ideais universalistas e então houve a instauração do Neoliberalismo. As expressões da questão social se intensificaram, pois por meio da austeridade fiscal, foram feitas contenções nos programas sociais, com a justificativa

de que os atuais problemas econômicos decorriam do excesso de gastos públicos com a sociedade, tornando as políticas sociais seletivas, fragmentadas e minimalistas diante das necessidades sociais, inclusive, tornaram-se também focalizadas em um grupo de extrema vulnerabilidade social, não considerando a heterogeneidade da classe trabalhadora, resultando em retrocessos para os direitos sociais e de cidadania.

Para Druck (2011, p. 39), a precarização social auxilia na institucionalização da precarização do trabalho, sendo também um processo que alcança todos os âmbitos da vida dos trabalhadores em geral. Druck (2011, p. 39) destaca ainda que a precarização do trabalho no Brasil é na realidade um dos elementos que fomentam o seu processo histórico, para a autora, a precarização social do trabalho:

renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem.

A perspectiva do Estado mínimo era a grande esperança de progresso do país e para tal utilizava-se das privatizações para a iniciativa privadas, um exemplo disso foi à venda da Companhia Vale do Rio Doce em 1997. As seguintes privatizações ocorridas no país contribuíram para desmantelar os serviços brasileiros, trazendo aumento de impostos nas contas dos brasileiros.

Além disso, a privatização trouxe como consequência também a precarização do trabalho, pois com o desenvolvimento do capitalismo cresceu também o setor tecnológico e industrial, com isso progrediu a substituição da mão de obra humana. Portanto, houve a necessidade de ampliar a qualificação para suprir as vagas de emprego que são poucas e quando isso ocorre, a população que não possui critérios suficientes para ocupar a vaga de emprego, encontra a oportunidade de manter o seu próprio sustento através da informalidade, resultando na precarização.

O desemprego também se trata de uma consequência, já que as medidas tomadas encolheram os gastos públicos e assim retirou a capacidade do Estado de contratar mão-de-obra. O economista Pochmann (2014, p. 1) ao conceder uma entrevista para o documentário “Privatizações: A distopia do capital” diz:

Um processo de desconstrução do estado, não foi uma reorganização, não houve um planejamento estratégico, na verdade foi uma interpretação de que o Estado era o problema do país e a resolução desse problema passava pela destruição, desconstrução do Estado. Nesse sentido, nós tivemos um processo de privatização que, segundo os nossos estudos, foi o segundo maior processo de privatização da década de 90 que foi apenas menor quando comparado com a desconstrução da União Soviética, da transição do regime socialista para o regime de mercado. (Pochmann, 2014, p. 1).

Dentro dessa lógica, não há perspectiva de sobrevivência para a classe trabalhadora em meio ao ramo da competitividade, pois sem conseguir garantir a própria subsistência vê-se necessitado de políticas sociais. O sistema neoliberalista faz com que haja restrições nos gastos públicos que são voltados para a área social, pois emerge a delimitação ao acesso da população empobrecida, já que as políticas públicas se tornaram focalizadas e isso faz com que as políticas sociais percam o seu caráter universal.

Ademais, entende-se essas políticas como focalizadas e fragmentadas porque para que isso ocorra é necessário condições de vulnerabilidade socioeconômico para que garanta o acesso, a exemplo disto, a falta de bens ou uma renda abaixo de um valor estipulado, transformando os direitos sociais em um modelo de exclusão para que depois o cidadão seja incluído, de acordo com Netto e Braz (2011, p. 237) trata-se de um “Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro”.

Behring (2003) afirma que há uma tendência de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social, causando cortes bruscos em políticas sociais, além do mais, é feito um apelo à sociedade ao voluntariado, desqualificando o trabalho técnico, isso contribui para acumulação do capital, visto que não precisará pagar pela força de trabalho.

Os serviços e programas anteriormente fornecidos pelo Estado passaram a ser privatizados, sobretudo com a abertura para o capital internacional. Com isto, os serviços necessários para reprodução na sociedade deixam de ser direitos dos cidadãos e passam a ser mercantilizados, cabendo aos cidadãos pagarem para terem acesso a estes.

Ainda de acordo com a autora, esse processo, comumente denominado de “reforma” do Estado, configura-se como uma verdadeira contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988. Trata-se de uma contrarreforma no sentido contraditório do discurso vigente, de que a reforma traria melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, sendo que a reforma ampliou os problemas e sendo assim, a mudança proposta nunca foi efetivada, se transformando de forma irônica em algo contrário, a contrarreforma.

O governo de Fernando Henrique Cardo seguiu os passos da moderna política econômica mundial no intuito de obter pleno desenvolvimento econômico, porém esse processo se deu de modo acelerado, o que resultou em graves consequências, as quais já foram citadas anteriormente. Outro âmbito que sofreu com o sistema neoliberal foi o do campo, a política agrária durante a gestão de FHC espelhou-se no modelo agrário desenvolvido pelos Estados Unidos. De acordo com Loureiro (2002, p. 3) esse modelo de agricultura detinha algumas características, tais como:

a) abertura para o mercado externo, com aumento das exportações de *comodites*, aumento das importações dos mais diferentes produtos; b) ausência do setor público na agricultura, ou seja, a nacionalização do mercado; c) o estímulo às grandes fazendas; d) a integração seletiva dos pequenos agricultores na agroindústria; e) o desaparecimento da agricultura familiar de subsistência; f) maior atenção ao capital e à tecnologia, menos preocupação com a terra, entre outras.

Ao aderir tais particularidades o governo não analisou detalhadamente às consequências que poderiam trazer aos campos brasileiros, o que era intitulado de Reforma Agrária pelo governo na realidade não visava qualquer tipo de mudança estrutural que propiciasse a democratização da terra como de fato é proposto por uma reforma agrária.

Como já explanado, a terra é conhecida universalmente por sua utilidade e os benefícios econômicos que as mesmas trazem, especificamente no Brasil, nota-se que a terra jamais foi voltada para a perspectiva social, ao contrário, desde o descobrimento do país no século XV, a terra foi cultivada para favorecer uma pequena parcela da população visando garantir a manutenção de suas respectivas riquezas.

Atualmente, no século XXI, o cenário não teve tantas modificações, como é destacado pelo economista Thomas Piketty, o qual realizou uma pesquisa sobre a desigualdade mundial (2018) com dados coletados entre o período de 2001 a 2015, de acordo com as informações, quase 30% da renda do Brasil está concentrada nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, sendo este tipo a maior concentração já registrada no mundo.

A desigualdade social exposta em seu modo mais cruel e violento, evidenciando que o conflito entre maiorias e minorias ultrapassa o espaço rural, afinal, o quadro de exploração da classe trabalhadora é perpetuado em todos os âmbitos. No caso da população do campo a disputa por sua terra os coloca em um cenário de degradação social e miséria absoluta.

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 1985, 1995 e 2006, os locais com mais de mil hectares ocupavam 43% da área total dos âmbitos agropecuários do país, já os com menos de 10 hectares ocupavam 2,7% da área total.

Sendo assim, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, evidenciando a permanência da concentração da posse de terra existente historicamente no Brasil. Além disso, todo esse processo ainda ganhou respaldo e legitimação por parte do Estado, principalmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Loureiro (2002, p. 3) os anos em que FHC presidiu o Brasil foram voltados para:

[...] um conjunto de políticas agrícolas que estimularam a concentração da terra, a oligopolização da produção, a marginalização econômica e social da agricultura familiar, o desemprego rural crescente, a dependência do país aos produtos agrícolas importados, a prioridade para a produção de produtos de exportação como grãos e carne bovina, a compra de terras pelo capital estrangeiro, a devastação da floresta tropical e dos cerrados.

Para além da adesão de política neoliberalista os dois mandatos de FHC foram marcados pela assustadora ampliação da violência no espaço rural, foi durante o governo de FHC que ocorreram dois dos maiores massacres agrário do país, o de Corumbiara e o de Eldorado dos Carajás.

A partir da análise de todo o processo da adesão do neoliberalismo no país e as suas consequências para a população como um todo, partindo da perspectiva social, mas principalmente, da população rural, pode-se perceber que, sobretudo o que move o capitalismo, é a concentração da propriedade da terra, independente de como a mesma será tratada, tanto pelo viés político ou pelo social, a terra é fundamental para a manutenção econômica do país e o agronegócio é a comprovação disto.

O agronegócio consiste em um conjunto de atividades industriais e comerciais que envolvem as produções agrícolas e pecuárias do ponto de vista econômico. Conforme divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018, p. 1), “entre 1975 a 2016 [...] a produção de grãos passou de 40,6 milhões de toneladas para 187 milhões de toneladas, [já] a pecuária aumentou de 1,8 milhão de toneladas para 7,4 milhões de toneladas.”.

Atualmente, o desenvolvimento econômico no Brasil está diretamente associado ao agronegócio e a sua hegemonia, de acordo com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2022) o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial de exportações agropecuárias, aproximadamente 100,7 bilhões de dólares, ficando atrás apenas da União Europeia, os Estados Unidos e a China, comparado ao período de outubro de 2020 com o de 2021 houve um aumento de 20,6%.

Este intenso crescimento só foi possível devido à intensificação de produtividade, segundo o MAPA (2018, p. 1), “[...] O salto da produção é atribuído em boa parte a melhoria no uso de insumos com efeitos diretos sobre a produtividade. O consumo de fertilizantes passou de dois milhões de toneladas, em 1975, para 15 milhões de toneladas, em 2016.”

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2010), o mercado nacional de agrotóxicos cresceu nos últimos dez anos de modo exorbitante chegando a 190%, enquanto todo o restante do mercado mundial possui o registro de crescimento de 93% referente ao mesmo período.

Com relação à área do agronegócio, tratarei neste trabalho, em específico, sobre os produtos que são alimentícios, os quais são apresentados como *commodities*⁵ no âmbito da exportação, como é o caso do milho, da soja, arroz e do café. A escolha por mercadorias alimentícias se deu pela utilização massiva de agrotóxicos e conseqüentemente por produzir um número maior de cidadãos atingidos, podendo ser de forma direta ou indireta. Além disso, se faz necessário distinguir as classificações existentes, pois ocorre a produção de mercadorias agrícolas que não são alimentos como: a plantação de árvores com foco na celulose ou biocombustíveis como o etanol, esses poderiam facilmente confundir os leitores.

Os agrotóxicos são caracterizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como produtos e agentes de processos biológicos, físicos e químicos, com a finalidade de alterar a composição da flora ou até mesmo da fauna para preservação, considera-se agrotóxicos não apenas os produtos destinados para o uso agrícola, mas também os de uso domésticos, como os produtos popularizados para combater insetos. Os produtos utilizados na saúde pública, como aqueles utilizados para controle de vetores, os de uso veterinário e os raticidas também são considerados agrotóxicos.

Tratam-se de substâncias ou produtos químicos utilizados no âmbito da produção agrícola, os quais garantem a produtividade das lavouras, essas substâncias podem ser classificadas de diversas formas como, por exemplo, os fungicidas que tem como função principal combater fungos, já os inseticidas agem contra insetos, já o herbicida é voltado para

⁵A terminologia “*commodity*” originalmente da língua inglesa possui o significado de mercadoria. As *commodities* (plural em inglês) são em geral produtos tidos como matéria-prima e que são produzidos em grandes proporções, podendo ser estocados sem qualquer perda de qualidade e por isso detém tanto sucesso na área de exportação.

as ervas daninhas, as pesticidas visam eliminar qualquer tipo de praga, e, por fim, os fumigantes que são utilizados para combater as bactérias no solo.

No artigo 2º da Lei nº. 7. 802/89, a qual rege sobre produção, rotulagem, transporte, comercialização, importação, utilização, classificações, controle, inspeções de agrotóxicos e seus respectivos componentes, consta algumas definições. Vejamos:

I - agrotóxicos e afins: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento; II - componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins (Brasil, 1989, p. 1)

Sabe-se que a utilização excessiva dos agrotóxicos pode acarretar problemáticas em diversos setores que afetam diretamente a saúde dos trabalhadores rurais, a saúde dos consumidores de produtos agrícolas, mas atinge também todo o meio ambiente, o solo, florestas, fauna e flora. Para os pesquisadores Cibelle Mello, Silviomar Camponogara, Marta Regina, Valdecir Zavares e Carmem Lúcia Colomé (2015, p. 1), “os pesticidas estão entre os produtos com fatores de risco mais relevantes para a saúde dos trabalhadores rurais e para o meio ambiente” (p.1) e continuam a afirmar que “essas condições interferem na qualidade de vida, impactando, negativamente, na saúde do trabalhador rural e no meio ambiente”.

A excessiva exploração agrícola tem sido associada a graves problemas de saúde, isso porque há uma excessiva exploração agrícola em prol da utilização dos agrotóxicos, que pode contagiar com muita facilidade e rapidez. O contágio é possível desde a ingestão, com o contato do produto diretamente na pele, assim como também por mucosa e inalação.

Esse abuso, inclusive, ganhou destaque na edição de outubro de 2015 do jornal francês “Le Monde” um dos jornais mais importante, aclamado e respeitado no mundo, devido ao seu compromisso em oferecer análises e opiniões contundentes e diplomáticas, divergindo dos demais jornais que prestam serviços de registro, além disso, as reportagens possuem uma característica muito específica, pois tem titulações com caráter denunciativo. O “Le Monde” publicado em 29 de outubro de 2015, ironizou ao afirmar que “Au Brésil, « le condiment préféré, c’est le pesticide »”, o que pode ser traduzido como: No Brasil, o tempero favorito são

os pesticidas, a reportagem emergiu após uma visitação a fazenda Santa Adelaide, conhecida por ser uma das raras fazendas de produtos orgânicos do Brasil, fica localizada em São Paulo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), cerca de 500 mil pessoas são contaminadas por agrotóxicos a cada ano no Brasil. Marina Rossi do El País (2015, p. 1) reforça esses dados e o traduz em quantitativo, além de afirmar que basicamente os brasileiros tomam “[...] um galão de cinco litros de veneno a cada ano.”. Esse consumo pode ocorrer de diversificados modos, inclusive, pela alimentação como já foi pontuado.

Em 2016, representando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Karen Friederich (2016), apresentou informações cruciais com relação ao consumo desses tipos de substâncias no Brasil. Segundo Friederich (2016) “[...] 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos”, o que notoriamente ocasiona doenças transmitidas por alimentos, a DTA.

A OMS classifica as DTAs como as doenças causadas pela ingestão de alimentos e/ou água contaminados, além disso, afirma que existem mais de 250 tipos de DTAs em todo o mundo, sendo que a maioria delas são infecções causadas por bactérias, parasitas, vírus e substâncias químicas. Para Isabelle Maria Mendes e Ângelo Giuseppe (2015, p. 118):

[...] o aumento da produtividade agrícola, associado às monoculturas e ao agronegócio de exportação, tem sido responsável por inúmeros impactos socioambientais e à saúde pública, tais como: a concentração de terras, renda e poder político em grandes produtores; o desemprego; a migração campo-cidade; e o não atendimento às demandas de segurança e à soberania alimentar dos países.

A recorrente incidência de intoxicação por agrotóxicos tem crescido cada vez mais a ponto de o Ministério da Saúde aprovar o desenvolvimento das “Diretrizes para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos”, esse documento tem como função principal orientar os profissionais de saúde a como intervir adequadamente nos atendimentos aos pacientes intoxicados.

Para tal se fez necessário a criação de um Comitê Elaborador pelo Ministério da Saúde (MS) que contou com a participação de profissionais que possuem conhecimentos em Toxicologia, Saúde Pública e Medicina do Trabalho, o primeiro capítulo foi publicado em 18 de outubro de 2018, abordando os aspectos gerais sobre o paciente com suspeita de exposição a qualquer agrotóxico, mas possui também informes sobre prevenção, diagnóstico e tratamento.

O crescimento de intoxicações pode ser traduzido também por números, por exemplo, na Região Sudeste, como é explanado pelo Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (2016), havia um quantitativo de 2,02 com incidência de intoxicações por 100.000 habitantes, entretanto, em 2013, esse número aumentou para 8,04.

Através dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan do Ministério da Saúde, entre 2007 e 2017, cerca de 40 mil pessoas já foram assistidas pelo SUS após a exposição aos agrotóxicos, ainda segundo os registros do Ministério da Saúde que foram levantados pela Agência Pública, desse total, “[...] 26 mil pacientes tiveram intoxicação confirmada por médicos, com náuseas, diarreias ou problemas respiratórios, ou ainda alterações no sangue e na urina detectadas por exames laboratoriais” (Fonseca, 2018, p. 1).

Apesar dos grandes esforços no combate a utilização e intensificação dos agrotóxicos por parte do Ministério da Saúde ao longo dos anos, bem como de trabalhadores rurais e movimentos sociais, principalmente, os que exercem a agricultura orgânica, ainda assim, em 2019, o uso das pesticidas bateram “*record*”. Apenas no mês de setembro, na gestão Bolsonaro, foram liberados 63 novos agrotóxicos, totalizando então 325 produtos liberados em apenas sete meses de governo. De acordo com a Carta Capital (2019, p. 1), desse total divulgado são: “[...] sete produtos inéditos no mercado brasileiro. Os demais 56 são genéricos de pesticidas que já estão à venda”.

Anualmente são utilizados aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos no mundo, enquanto isso, no Brasil, a consumação anual tem ultrapassado 300 mil toneladas de produtos, para os autores Cláudio Aparecido e Marco Gomes (2021) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) esta quantia exacerbada de consumo ocorre através da quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), os quais são consumidos anualmente 130 mil toneladas em todo país, representando um aumento 700% no consumo de agrotóxicos nos últimos quarenta anos.

Sobrinho (2019) após ter acesso aos levantamentos realizados pelo Greenpeace publicou através do site UOL que durante os primeiros quatro meses em que Jair Bolsonaro geriu o país, houve um aumento de 42% no quesito a liberação de agrotóxicos, se comparado com o mesmo período do ano anterior (2018). Sobrinho (2019, p. 1) afirma que “[...] Trata-se do maior volume de liberação de pesticidas da história no país, em relação ao mesmo período de 2010, a alta é de 92,2%”.

Através dos dados expostos é possível observar os malefícios da utilização em excesso dos agrotóxicos, apesar do papel exercido na agropecuária e sendo assim, contribui com a

economia brasileira, mas os agrotóxicos apresentam altos índices de ocorrência de doenças de diversificadas tipificações, pondo em risco a sociedade como um todo.

Os trabalhadores podem ser afetados diretamente por conta do contato diário, mas há riscos também para os consumidores dos produtos agrícolas, já que o agrotóxico pode ser encontrado em pequenas partículas de resíduos nos alimentos, geralmente, a substância química poder ser encontrada na casca do produto, em contrapartida pode ser retirada na lavagem correta ou podem agir diretamente no organismo devido à ingestão de plantas e/ou de seus frutos, sendo este uma das formas mais agressivas de intoxicação porque não há garantia de retirada completa da substância após o contato e/ou ingestão.

3 A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA

Desde que os europeus chegaram no país, o Brasil enfrenta problemáticas que envolvem a posse do solo brasileiro, portanto, esse capítulo objetiva descrever e discutir todo o processo que o país enfrentou até chegar a primeira legislação sobre terras do país e o que se sucedeu

posteriormente, já que o envolvimento do capitalismo acirrou a disputa pela posse de terras e encaminhou o Brasil para uma dinâmica que vai de contra a mão ao que poderia ser benéfico para todos, visto que o direito a posse da terra impede a acumulação do capital e dessa forma os trabalhadores, especificamente, os rurais, permanecem condicionados a exploração mediante os percalços vivenciados pela correlação de forças entre capital e trabalho em meio ao sistema capitalista.

3.1 A PRIMEIRA LEGISLAÇÃO DE TERRA DO BRASIL

As expedições portuguesas chegaram ao solo brasileiro em 22 de abril de 1500 concretizando o “descobrimento”⁵ do Brasil. Inicialmente a rota a ser realizada pelo navegador Pedro Álvares Cabral objetivava adquirir ainda mais especiarias (conjunto de condimentos, temperos, ervas e plantas obtidos pelos europeus no Sudeste asiático, na África e Índia). Entretanto, as terras vastas, deslumbrantes e ricas em fertilidade, alimentos, plantações, os rios, mares e lagos, despertaram velozmente o interesse econômico na “Terra de Santa Cruz”, ultrapassando a busca por condimentos, o que resultou na colonização do país.

Pode-se notar que o Brasil emergiu e ganhou visibilidade para o mundo a partir dos interesses financeiros, em 2 de maio do mesmo ano do “descobrimento”, Pedro Álvares Cabral dividiu a sua equipe e permaneceu em busca de suas especiarias nas Índias. Enquanto isso, o Gaspar de Lemos retornou imediatamente para Portugal com a carta de Pero Vaz de Caminha, a qual continha um relato detalhado e preciso com informações importantes sobre a nova terra, principalmente, com relação a uma árvore (Ibirapitanga, termo em tupi que faz referência a madeira vermelha) a qual chamou bastante a atenção dos portugueses.

A árvore em questão chama-se Pau-brasil (termo que deu origem ao nome do país), esta possui características específicas, tais como: uma espécie de corante em tom avermelhado que de imediato tornou-se o foco dos portugueses, pois era possível ser utilizado para tingir tecidos, substituindo especiarias caras e de difícil acesso para eles.

Além disso, a madeira servia também para confecção de móveis e instrumentos musicais devido a resistência da madeira, sendo assim, iniciou-se com intensidade a exploração dessa matéria-prima, principalmente, por conta da disponibilidade da madeira vermelha em abundância no solo brasileiro, para além disso, havia um quantitativo incontável de riqueza natural.

De acordo com os autores Aguiar e Pinho (2007), a partir de 1503, os portugueses já haviam estabelecido um complexo de exploração do Pau-brasil. Todo o trabalho braçal de extração da matéria-prima foi realizado pelos indígenas que já habitavam o país, oprimidos com muita violência e a prática da modalidade de escambo (conhecido pela troca de mercadorias e/ou serviços sem utilizar necessariamente o dinheiro).

O sistema tornou-se lucrativo a ponto de a coroa portuguesa conceder permissões para explorar a árvore mediante algumas exigências. Tais como: todo interessado tinha como obrigatoriedade contribuir na exploração da terra encontrada, era necessário custear todo o processo de extração e por fim o explorador deveria empenhar-se em manter todo o território em segurança, já que a região recém-descoberta por possuir riquezas naturais chamaria constantemente a atenção do resto do mundo gerando disputas econômicas pela terra.

Apesar das restrições, pode-se notar que elas eram irrisórias, já que mesmo diante de esquemas de segurança, o Pau-brasil foi explorado ilegalmente até a exaustão. A raridade das maravilhas concedidas pela árvore foi altamente valorizada, mas exatamente por conta disso que em meados do século XIX, essa matéria-prima tornou-se praticamente inexistente devido à exploração desenfreada.

Com o intuito de amplificar a exploração econômica do Brasil e conseqüentemente adentrar nos terrenos desconhecidos do novo território, os portugueses adotaram as capitânicas hereditárias, para que garantissem a manutenção da colonização, pois possuíam o objetivo de manter o domínio sobre todo o território da América.

As capitânicas hereditárias tratam-se de um modelo desenvolvido durante o período feudal da Idade Média, que funcionava basicamente a partir do título permanente, pois os representantes da monarquia portuguesa confirmavam a posse (na maioria das vezes as terras eram doadas a nobres portugueses) dos donatários aos seus respectivos descendentes. No cenário brasileiro, historicamente a primeira doação de terra conhecida foi realizada a Fernando de Noronha em 1504.

Durante os séculos XVI e XVII foram criadas 18 capitânicas, entretanto, no que se refere à economia, elas não foram rentáveis, principalmente, por conta do espaço ganho pela França, pois embora houvesse o Tratado de Tordesilhas ⁶que manteve o afastamento dos espanhóis sobre o território brasileiro, não ocorreu o mesmo com os franceses que exploraram ilegalmente o Pau-brasil por longos anos.

Sendo assim, D. João III iniciou uma nova fase para a colonização, em 1548 quando resolveu unificar politicamente o país e pôs Salvador como a capital. Outra prática bastante

similar às capitâneas hereditárias já vinha sendo realizada em Portugal desde 1375, período em que o rei português Dom Fernando I, criou a Lei de Sesmarias⁷. Essa legislação trata-se de mais um marco histórico com relação à expropriação da terra, ela passou a integrar um conjunto de medidas do governo com o intuito de combater uma crise de abastecimento, fazendo com que o direito a terra tivesse ligação direta a sua real culturação.

Desde a instauração da lei, a terra passou a ser utilizada como moeda de troca, pois uma das principais finalidades era obrigar os donos de terras a cultivarem o seu solo e caso o mesmo não ocorresse, o reino então passaria a ter o direito de anular a utilização da terra e doa-la em sesmaria a outro cidadão. Para Mônica Diniz (2005, p. 2),

No contexto das descobertas marítimas, Portugal almejou ampliar suas fontes de riqueza. A obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição de terras, que se configurava como o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de promover a cobiça das riquezas de exportação.

Embora essa legislação possuísse um caráter arcaico ela perpetuou-se ao longo dos anos, sofrendo algumas modificações, mas mantendo o seu principal foco que era o cultivo da terra, tanto é que essa legislação foi implementada no Brasil a partir de 1530, pois a coroa portuguesa possuía pretensão de incentivar a colonização do país através das sesmarias.

Com a instauração das capitâneas hereditárias no país, a Sesmarias contribuíram na perpetuação de concessão de terras, sendo esse sistema um modo de propiciar ocupações da terra sem sobrecarregar financeiramente o reino, já que os gastos eram de inteira responsabilidade dos donatários. Segundo Diniz (2005, p. 3) “a ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização”.

Entretanto, os donatários não tinham a possibilidade de transferir terras para os seus familiares e/ou herdeiros, ou seja, tal condição inviabilizava o auto beneficiamento dos donatários, além de que esses só poderiam adquirir uma sesmaria por compra.

Somente em 17 de julho de 1822, por meio da Resolução n. 76 assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva, a concessão de terras foi terminantemente proibida, como consta na resolução: “Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa”. (Brasil, 1822, p. 1). No mesmo ano da suspensão da lei Sesmarias, o Brasil, tornou-se independente da corte portuguesa, em 7 de setembro, mas até isso ser aplicado na prática perdurou por longos anos, sendo o país demarcado por consequentes atrasos em sua emancipação no que se refere a

um país colonizado, até mesmo no quesito de terras, pois somente 28 anos depois o Brasil promulgou a legislação de terras.

A primeira legislação de terras do Brasil ocorreu em 1850, período em que a coroa portuguesa recebia forte pressão dos ingleses em mudar o tipo de mão-de-obra, pois o Brasil, a escrava, ocorre que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, enquanto a Inglaterra em 1807 já havia instituído a proibição do tráfico de escravos no país e em 1833, aboliu por completo. Sendo que a assinatura da Aliança e Amizade em 1810 entre a Inglaterra e Portugal propiciou ao Brasil o ingresso de novos produtos ingleses, pondo fim ao pacto colonial e reduzindo o custeio de vida, garantido benefícios aos ingleses (aumento de lucro e autonomia no Brasil), caracterizou-se como uma etapa prévia para o fim da escravidão, já que constava no tratado a imposição da Inglaterra ao governo brasileiro com relação a abolição de maneira gradual, porém, desde a independência do Brasil em 1822, as pressões com relação à escravidão aumentaram, posteriormente, em 1926, a Inglaterra impôs ao país a abolição.

Tais medidas como o Tratado de Aliança e Amizade e as pressões constantes dos ingleses em busca de aprimoramento nas relações comerciais resultaram na Lei Feijó de 1831, essa legislação tornou proibido o tráfico de pessoas e tinha como objetivo a libertação de todos os escravos que chegassem ao Brasil.

A partir desse mesmo ano, a medida caracterizou-se como ineficiente, pois não libertava a todos que já se encontravam escravizados, sendo uma legislação apenas para demonstrar aos ingleses o comprometimento (parcial) do país com o acordo assinado entre Portugal e Inglaterra, tal legislação ficou conhecida nacionalmente como “lei para inglês ver”, já que na realidade não houve grandes efeitos para de fato concretizar o fim da escravidão.

Ao longo dos anos as pressões dos ingleses se intensificaram, pois havia a pretensão em substituir a escravidão pelo trabalho assalariado no intuito de garantir que os futuros ex-escravos não tomassem posse das terras existentes, além de garantir a concentração da riqueza, sendo esta essencial para a acumulação capitalista, portanto, antes mesmo de abolir a escravidão, o país antecipou a Lei de Terras, configurando-se como um grande marco jurídico para o período.

A legislação fez com que o país se adaptasse ao sistema econômico vigente e conseguisse se preparar para a crise no mundo do trabalho, pois uma grande parte dos países adeptos a mão-de-obra escrava estava em processo de abolição ou já tinha o feito.

Portanto, a Lei nº 601 de 1850 tinha como objetivo principal instituir pela primeira vez na história do país a incorporação de terras ao capital por meio da propriedade privada da terra,

como dispõe o primeiro artigo, “art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850, p. 1).

De acordo com a cartilha “Programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”, escrita para o VI Congresso Nacional, “a água e as florestas nativas são bens da natureza e eles devem ser tratados como um direito de todos os trabalhadores. Eles não podem ser tratados como mercadorias e nem ser objeto de apropriação privada” (MST, 2014, p. 36). Assim como a água e as florestas, a terra também se enquadra como um bem natural, portanto não deveriam se encaixar como uma mercadoria de valor ou ser apossada como instrumento privativo.

A partir da normatização da lei, toda a perspectiva com relação aos bens da natureza foi aniquilada, nesse caso em específico foi a terra. Ainda de acordo com o MST (2014, p.35), “a terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras”.

Com a legislação estabelecida todo e qualquer cidadão brasileiro poderia vir a tornar-se proprietário privado de terras, mas para que isso ocorresse deveria converter a sua concessão de uso da terra com a adição de direito, tanto de compra quanto de venda, somente se pagasse o valor estipulado pelo governo vigente no período. Como consta nos artigos abaixo,

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o domínio público do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução às autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais, os quais procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e dúvidas de facto, e dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o Governo. [...] Esses títulos serão passados pelas Repartições provinciais que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outro tanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$ de feito, sem mais emolumentos ou sello (Brasil, 1850, p. 3).

Sendo assim, nota-se que tal medida tinha como principal objetivo impedir que os futuros ex-escravos viessem a se tornar possíveis proprietários de terras, pois ao não possuírem recursos suficientes, logo, não poderiam comprar as suas próprias terras e é por isso que não conseguiram tornar-se oficialmente emancipados, não puderam trabalhar como camponeses e assim, plantar, colher, vender e comer.

Por isso, Nakatani, Faleiros e Vargas (2012, p. 219) afirmam que “na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso à terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra.”

Já que com o direito a terra, a população escravizada conseguiria sobreviver dignamente, mas ao serem libertos e sem direito a terra, os ex-escravos seriam obrigados a permanecer trabalhando como assalariados para fazendeiros e muito embora recebessem pelos trabalhos prestados, os pagamentos não eram suficientes para o sustento do trabalhador, muito menos para adquirir uma terra.

Para João Pedro Stédile (2012, p. 25), “a Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”. Somente em 1888, houve a abolição de escravatura com a promulgação da Lei Áurea assinada pela princesa Isabel mediante a fortes repressões, sem contar que o trabalho escravo não trazia a mesma rentabilidade que em períodos passados, especialmente, porque o mercado mundial estava se modificando, sendo o Brasil o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão, não estava conseguindo enquadrar-se com os demais países.

Após a Lei nº. 601, foi somente a partir de 1930 que houve mais uma inovação com relação ao histórico da terra no Brasil., esse período foi demarcado pela intensificação do modelo industrial nos grandes centros urbanos durante a gestão de Getúlio Vargas, o que propiciou a saída de muitas pessoas do campo para as cidades em busca de emprego. Esse período foi demarcado pela agroindústria (indústria beneficiava-se dos produtos agrícolas com a terra expropriada), portanto, ainda havia submissão econômica da agricultura para a indústria, nesse período houve ampliações com relação à exploração agrícola, pois a oligarquia rural permaneceu vigente, detentoras de terras e produtoras para o mercado exterior.

Diante desse cenário, a perspectiva de industrialização brasileira atraiu milhares de cidadãos já que havia uma forte promessa de que os mesmos receberiam salários suficientes para a sua sobrevivência, além de direitos básicos como saúde, educação e habitação, mas na prática isso não ocorreu. Os cidadãos que conseguiram seus respectivos empregos tornaram-se apenas uma mão-de-obra barata para as grandes indústrias, não tinham acesso a nenhum dos direitos que imaginaram que teriam, a exemplo disso, a falta de infraestrutura para receber um alto quantitativo de pessoas nos centros urbanos resultou na favelização, já que não havia espaços para novas construções, portanto, as pessoas migraram para as favelas urbanas.

A população que enfrentou o êxodo rural pode rapidamente perceber os efeitos da pobreza estrutural que se encontravam, exploração da mão-de-obra, vulnerabilidade e crescimento da massa burguesa que se mantinha como a classe dominante e pondo os trabalhadores em regime de subserviência. Nesse período de industrialização os únicos

trabalhadores que tinham os direitos assegurados eram os trabalhadores das grandes indústrias devido à legislação trabalhista.

A junção da reforma trabalhista proposta por Vargas, o êxodo rural e a marginalização dos camponeses foram algumas medidas que se perpetuaram até a década de 1960 com o período da ditadura militar, mesma época em que a agricultura se modernizou após submeter-se ao mercado industrial. De acordo com o portal do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (2014, p 2),

[...] A ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura.

A população camponesa ganhou grande visibilidade a partir de 1981, quando a população sem-terra foram às ruas de Porto Alegre e protagonizaram um ato político com mais de 15 mil cidadãos, conhecida nacionalmente como a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul, a partir dessa mobilização a população sem-terra ampliou-se por todo o país e ganhou apoiadores contra a ditadura militar.

No Brasil, especificamente, é possível perceber que desde o processo de colonização até os dias atuais, a maioria das terras de todo o país ainda permanecem a uma pequena parcela da população, ou seja, propriedades da classe dominante, os quais são chamados no século XXI de latifundiários.

De acordo com os resultados encontrados pelo Censo Agropecuário de 2017, as propriedades rurais com até 50 (cinquenta) hectares (propriedade de altíssima extensão) os quais equivalem a 70 (setenta) campos de futebol cada, representam 81,3% do total de estabelecimentos agropecuário do país, chegando a equivaler a 12,8% do total da área rural produtiva do Brasil. Por outro lado, 2,4 mil fazendas com mais de 10 mil hectares ou 14 mil campos de futebol cada, equivalem apenas 0,04% das propriedades rurais do país.

Com isso, constata-se que o Brasil permanece com uma alta incompatibilidade em relação à distribuição de terras, já que um quantitativo mínimo da população possui altos quantitativos de terras, enquanto os outros possuem muito pouco ou nem sequer uma, evidenciando assim a política de concentração fundiária do Brasil e a desigualdade social.

O “latifúndio” refere-se a uma propriedade agrícola extensa e que normalmente pertence a um único dono, empresa ou família, o latifúndio caracteriza-se também pela improdutividade, servindo apenas para especulação imobiliária, porém, quando se trata de uma terra produtiva é

utilizada para a cultura de um único produto (monocultura) e transforma a sua produção para a exportação, além disso, é caracterizada também pela ampla exploração dos seus recursos, diferindo do Minifúndio, o qual é demarcado pela baixa extensão rural, é geralmente voltado para a agricultura familiar, trabalhando corriqueiramente com a política de importação, abastecimento interno e para a subsistência.

Apesar de sua relevância, a pauta sobre o latifúndio passou a ser discutida no Brasil, somente, a partir de sua inserção na legislação do Brasil, precisamente, através do Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504 de 1964), que surgiu para tratar questões com relação à distribuição de terras, o uso social e a sua produtividade, mas também estabeleceu que:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se: [...] V - "Latifúndio", o imóvel rural que: exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural (Brasil, 1964, p. 2).

Para, além disso, há outras categorizações do próprio latifúndio como o Latifúndio por dimensão que se refere a uma área que possui dimensões pequenas e que servem para assistir as necessidades de uma família camponesa, podendo ser explorada em modos adequados.

Há também o Latifúndio por Exploração, conhecido por sua improdutividade e que serve basicamente para manter as terras na esperança de que o valor de mercado aumente com o tempo (especulação imobiliária).

Esse alto índice de acumulação de terras tem sua origem desde o período de Sesmarias e Capitania Hereditárias, mas que atualmente ganhou uma nova roupagem a qual se intitula de expropriação de terras, fazendo referência à venda de pequenas propriedades rurais para os grandes latifundiários. Tal processo geralmente ocorre por ser um meio mais viável em pagar dívidas adquiridas com empréstimos de bancos, já que os pequenos proprietários enfrentam a forte concorrência tecnológica dos grandes latifúndios, devido aos custos elevados para realizar a manutenção da propriedade e conseqüentemente não adquirem uma importante produtividade, sendo assim, não obtém lucro mediante a competição no mercado financeiro.

Sem lucro não há formas de manter o pleno funcionamento da pequena propriedade e muito menos pagar os empréstimos cedidos, por isso, um dos principais meios de sanar o problema é vendendo o seu pequeno espaço de terra. Além da venda da terra, é importante discutir também qual a função social que a terra passa a exercer a partir dessa transferência de proprietários. A Função Social da Terra é definida pela Constituição Federal de 1988 como:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; I - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988, p. 115).

A definição constitucional da função social indica que a terra deverá ser destinada a produção de bens que possam vir beneficiar o trabalhador rural e o seu empregador, a utilização adequada deve abranger os interesses da sociedade em geral, visando uma articulação que contribua para o equilíbrio entre o capitalismo e a política social, trazendo desse modo a redução das desigualdades, promovendo a equidade e dignidade humana.

3.2 RENDA DA TERRA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Com base nos capítulos destrinchados anteriormente é possível ter apreendido até este momento da discussão que o modo de produção capitalista teve como circunstâncias propícias e verdadeiramente significativas, as mudanças nas relações produtivas e sociais que possibilitaram, ou melhor, que reforçaram a situação do trabalhador como um ser isento ao acesso e ao direito a terra, assim como a qualquer instrumento de produção também.

Lima (2009) destaca que “[...] as significativas mudanças nas relações sociais produtivas, que iniciaram ainda no sistema feudal [...] transforma-se em um meio de produção destinado a acumulação de capital” (Lima, 2009, p. 104).

Com isso, Marx destaca que: “Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos” (Marx, 2005, p. 847). Isso porque o modo de produção capitalista não age em um único âmbito, é possível estar presente na agricultura como também em atividades fabris que são as mais conhecidas popularmente.

A ocupação do modo de produção capitalista pode ser identificada em diversificadas esferas de produção e em toda a sociedade, já que o domínio da propriedade da terra é a base de funcionamento desse modo de produção, com foco na exploração da classe trabalhadora. Entretanto, o que chama atenção, principalmente a de Marx (2008, p. 826) é que “[...] a forma de propriedade fundiária que o sistema capitalista no início encontra não lhe corresponde. Só ele mesmo cria essa forma, subordinando a agricultura ao capital”.

Assim como também chama a atenção do autor Lima (2009, p. 105) que constata sobre:

[...] o capitalismo, como condição de sua expansão, procura subordinar a agricultura aos imediatos desejos do capital, reconstruindo uma relação social no campo que permita a permanência da propriedade privada da terra, divorciando-a do uso exclusivo para a consumação do trabalho, ao tempo que a explora, diretamente, sob o regime de assalariamento ou coexiste, ora conflitando, ora pactuando com o proprietário fundiário, que exige o pagamento de um tributo para o uso da terra.

O pagamento de um tributo ao proprietário da terra no intuito de garantir a utilização dela que é citada por Lucas Lima é o que se constitui como a renda da terra, independentemente de como essa terra seja composta, com tanto que possua dono e que ele realize as cobranças. Marx (2004, p. 61) destaca que “os proprietários fundiários gostam, como todos os homens, de colher onde não semearam e exigem renda inclusive pelo produto natural da terra”.

A renda da terra é demarcada por dois personagens, por assim dizer, o arrendatário (esse deverá utilizar a terra) e o proprietário fundiário (fornece a terra em troca do lucro), as definições dos tramites para a concretização da renda da terra parte do proprietário da terra, o que garante o controle também da renda que será produzida, garantindo assim, que as produções sejam altamente vantajosas para ele mesmo.

Por conseguinte, é possível apreender que para a efetivação do sistema capitalista, no ramo da agricultura é fundamental antes de qualquer outra ação, a organização de um contrato com o proprietário da terra, demonstrando total comprometimento com o dono por utilizar as suas terras, como também garantindo a renda do mesmo e é essa quantia produzida e repassada ao proprietário que é intitulada por Marx de renda fundiária.

Em suma, pode-se definir que, para Marx, a renda fundiária – em qualquer de suas formas – “tem como denominador comum ser a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, [...] a renda da terra pressupõe a propriedade fundiária, que haja a propriedade privada de determinadas parcelas do globo terrestre” (Marx, 2008, p. 845).

Já sobre o que concerne a questão agrária, nesse caso, a do Brasil, é preciso antes ressaltar a sua relação com a estrutura fundiária, como também as relações de trabalho inseridas nesse contexto, discutidas nesse item, pois a questão agrária está relacionada com o sistema capitalista, com a terra, os meios de produção como também com a mão de obra.

As discussões acerca da “questão agrária⁶” no Brasil, tem sua inicialização a partir da chegada dos portugueses no território nacional em 1500, período que é conhecido como o princípio do povoamento no território nacional. Stédile (2005, p. 21), no entanto, destaca que

⁶ João Pedro Stédile (2015, pp.17-18) a define como: “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.”

“há diversas teses e registros históricos de que missões de outros povos, seja de fenícios, dos árabes, dos africanos e até mesmo de europeus, haviam chegado ao nosso continente antes de 1500.”

O autor busca frisar também que os portugueses obtiveram liberdade o suficiente para se apossar das terras brasileiras devido o apoio econômico advindo do sistema capitalista europeu que acabara de nascer. Com relação à vinda dos portugueses, Stédile (2005, p. 21) afirma:

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalista comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa. [...] adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão.

A política de permanência territorial só foi possível com a exploração dos bens naturais aqui encontrados, João Pedro revela que “todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender as necessidades de sobrevivência social do grupo” (Stédile, 2005, p. 21).

Ou seja, tudo que era produzido no Brasil tinha a finalidade em tornar-se mercadoria que posteriormente seria exportada para Portugal para concretizar o processo de “[...] realização e de acumulação capital” (Stédile, 2005, p. 22).

Conforme relatado por historiadores, sabe-se que o objetivo principal da coroa portuguesa era o enriquecimento, ao chegarem ao Brasil à busca central era pelo ouro, porém, com o passar do tempo observaram que havia outros meios de enriquecimento e essa nova forma de ascensão econômica se deu pela abundância das terras e o potencial para a cultivação por trás delas. Stédile (2005, p. 22) reitera que “os colonizadores, então organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava”.

A produção era voltada para o suprimento do mercado europeu, para tal, os portugueses adotaram o modelo agroexportador⁷ evidenciando a influência direta que o capitalismo exercia sobre toda a Europa. A produção era realizada nos moldes da monocultura (modelo focalizado na fabricação de um único produto) com a utilização de mãos de obra escrava, inicialmente, as dos indígenas que aqui já habitavam e que posteriormente foram substituídos pela população africana que foi trazida a força em um contexto extremamente violento e que se perdurou ao

⁷ Consiste na exportação de produtos agrícolas para outros países.

longo de 300 (trezentos) anos, sendo fundada apenas em 1888. João Pedro Stédile (2005, p. 26) então resolve abordar os resultados do período pós-abolicionista:

Com a liberação dos trabalhadores escravizados – oficialmente pela Lei Áurea, de 1888 – e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho. Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navio. E, pela mesma lei de terras, eles foram impedidos de se apossar de terrenos e, assim, de construir suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. Esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas nas cidades brasileiras.

Para de fato concretizar o processo de agroexportação, a coroa portuguesa, instaurou o sistema de monopólio territorial, ou seja, a propriedade da terra era pertencente de forma única e exclusiva da coroa portuguesa, mas no intuito de adotar o sistema de exportação agrícola e atrair os investimentos do setor capitalista para que esses pudessem investir na produção das mercadorias.

Por isso, a coroa portuguesa escolheu realizar a “concessão de uso”, a qual garantia o direito a heranças (descrito por Stédile como direito hereditário), entregando “[...] enormes extensões de terra – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos” (Stédile, 2005, p. 23-24).

Deste modo é que o Brasil se constituiu enquanto país, construindo sua perspectiva econômica, política e social com base no sistema latifundiário e com o auxílio da mão de obra escrava e majoritariamente negra, um país demarcado pelo derramamento de sangue, altos índices de violência e com focalização no capital contribuindo para o enriquecimento de minorias.

Ao final da escravidão, junto com a decadência do modelo colonial e conseqüentemente o encerramento da hegemonia portuguesa no Brasil, o país passou pela transição que instalou a República como a nova forma de governo. A partir disso emergiram grandes modificações que transformaram os rumos do país, por exemplo, o surgimento e o respectivo desenvolvimento da indústria no Brasil entre 1808 e 1930, a qual anos mais tarde obteve destaque com a revolução industrial brasileira durante o governo varguista.

O fim da escravidão aliado à crise do modelo agroexportador ⁸ fizeram com que a burguesia pensasse em diferentes alternativas sobre a mão de obra a ser utilizada, cabe citar João Pedro novamente, pois ele revela que “a saída encontrada pelas elites para substituir a mão-de-obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa” (Stédile, 2005, p. 27).

A propaganda de fato funcionou, os cidadãos estrangeiros (lê-se camponeses) que aqui chegaram traziam consigo a esperança de um padrão de vida melhor, principalmente, pela notoriedade que o Brasil obteve desde o seu “descobrimento” pelas extensas áreas de terra, a riqueza contida na fertilidade do solo que conseqüentemente garantiria a produção em massa.

Entretanto, chegando ao Brasil não receberam as terras prometidas e ainda se viram obrigados a trabalhar para prover o seu próprio sustento e conquistar um imóvel próprio, evidenciando também como o sistema econômico vigente é construído a base de ciclos viciantes que deterioram as possibilidades de ascensão da classe trabalhadora.

Alguns imigrantes conseguiram comprar lotes de terra, Stédile (2005, p. 27) revela que eram “lotes de 25 a 50 hectares; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigadas a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado colonato”. O colonato é o nome vinculado ao processo histórico de importação da mão de obra estrangeira.

Esse cenário possibilitou a criação do campesinato no Brasil, para Stédile (2005) o campesinato sucedeu-se por meio de duas vertentes, a primeira está relacionada com a vinda dos camponeses europeus, já o segundo veio originou-se “[...] nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes” (Stédile, 2005, p. 29).

A população que nascera em solo brasileiro, se recusava a submeter-se em condições escravistas, em contrapartida não possuía terras e por falar em terras, sabe-se que as que sobraram e tinha condições ideais para a população produzir de uma maneira mais adequada já estava sobre o domínio dos capitalistas, portanto, a alternativa encontrada foi direcionar-se ao interior do país. Então, o autor descreve como ocorreu o processo de formação do campesinato:

[...] A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se

⁸ Stédile (2005, p. 26) revela que esse modelo tem uma brusca redução no que tange as exportações dos produtos agrícolas devido à “[...] eclosão da I Guerra Mundial, de 1914-1918, que interrompeu o comércio entre as Américas e a Europa.” Sendo assim, o modelo se tornou cada vez mais desgastante, caro e sem retorno lucrativo.

dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades (Stédile, 2005, p. 29).

Nota-se que a história da luta pela terra é demarcada pela força e resistência da população, desde o período da colonialidade até o século XXI que ainda sofrem com expropriações, pessoas que tem que lidar cotidianamente com a negação de seus direitos e também dos meios necessários para a manutenção de sua sobrevivência.

A luta existe e a sua principal função é justamente o combate as problemáticas que envolvem os empecilhos postos pela burguesia, os quais possuem o intuito de barrar os avanços políticos, econômicos e sociais propostos pelos camponeses, esse cenário pode ser observado ao longo das décadas desde o advento industrial no país na década de 1930 até os anos 2000.

3.3 BREVE RELATO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL E NA BAHIA

Para compreender a construção histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na Bahia é preciso captar e analisar o que antecedeu a história do movimento no Brasil. De acordo com as declarações postas no site do MST, acredita-se que o princípio do movimento talvez já existisse desde o período de invasão por parte dos portugueses, ao expor o exemplo dos indígenas que lutaram contra a colonização, pois “[...] se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza”.

Nesse item, irei avançar na passagem de tempo e discutirei a história do movimento a partir da década de 1960, pois é a partir desse período em que ocorre o primeiro grande debate de ideias e teses através de vieses diferentes sobre as origens e características da posse, da propriedade e do uso da terra no Brasil e muito embora as universidades tenham também sido envolvidas por esse debate, não foi através da esfera universitária que ganhou visibilidade, mas sim, pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos.

A partir da década de 1960, foi estabelecido um cenário em que apresentava-se uma agricultura modernizada e capitalista, além de um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial, inclusive, é entre o período de 1960 e 1964 que eclode a primeira crise cíclica desse modelo de industrialização dependente, foi também em 1964, que ocorreu à tomada de poder pelos militares, instaurando a Ditadura Militar no Brasil, nesse

mesmo momento o país ainda estava colhendo alguns frutos que foram "plantados" (investidos) na década de 30, referentes à industrialização no país.

Nos anos 60 o capitalismo aprofundou-se e passou a gerar lucro cada vez mais, além de objetivar a estabilização da dívida externa, pois o cenário mundial ainda era de pós-guerra, sendo assim, o golpe militar garantiu e enraizou o capitalismo, gerando a modernização econômica e a produtividade do trabalho (produzir mais em menos tempo), dando continuidade ao sistema.

Então, foi apenas na década de 1970 que houve diversas publicações de diversos estudos sobre a evolução da questão agrária no Brasil, construindo-se uma interpretação quase consensual do que havia sido a evolução da posse, da propriedade e do uso da terra, desde o início da colonização.

Ao final da década de 1970, com as contradições do modelo agrícola postas diante da sociedade e o sofrimento com a violência repressiva por parte do Estado, ressurgiram as ocupações de terra. Por exemplo, em 1979, centenas de agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul (RS), dois anos depois, outros agricultores formaram um novo acampamento no mesmo estado, na Encruzilhada Natalino que, posteriormente, tornou-se um símbolo da luta de resistência à ditadura militar, por junto a sociedade civil lutar e exigir um sistema democrático, por isso, as ocupações se transformaram em uma grande expressão camponesa contra o autoritarismo.

Ao longo da luta dos trabalhadores rurais sem terra do acampamento Encruzilhada Natalino, muitos momentos obtiveram grande repercussão tanto nacional, quanto internacional, isso porque os trabalhadores resistiriam as precariedades das suas respectivas condições de vida, como também à repressão militar, enfrentaram e sobreviveram e, por fim, obtiveram uma grande conquista em 1982, quando foi anunciada na 5ª Romaria da Terra que a igreja católica adquiriria uma área de 108 hectares em Ronda Alta (RS) para montar um abrigo provisório para as famílias.

Após a inspiradora luta da Encruzilhada Natalino, em 1984, os trabalhadores rurais (alguns deles eram meeiros, posseiros, pequenos agricultores e migrantes) que lutavam cada vez mais pela democracia na sociedade civil e, principalmente, pela democracia da terra, reuniram-se na cidade de Cascavel (PR) e juntos definiram a fundação de um movimento camponês nacional, conhecido atualmente como MST, tendo como pauta três objetivos: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

Um ano depois, ocorreu o congresso nacional do MST, o qual buscou delimitar os princípios do movimento e definir a ocupação como a principal e única solução para os seus objetivos, ademais o movimento conseguiu chegar à conclusão de que para o seu pleno funcionamento seria necessário ser politicamente autônoma a partidos e governos.

Neste mesmo ano, houve a eleição indireta de um novo presidente da república após a ditadura militar, portanto, havia grandes expectativas de uma nova era e, claro, a esperança da Reforma Agrária, especialmente porque o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa uma aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assim assentar mais de 1 milhão de famílias, entretanto, o plano não obteve sucesso.

Já com relação ao estado da Bahia, conforme divulgado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a história do MST na Bahia teve início em 1987, especificamente na cidade de Itamaraju que fica no extremo sul do estado, além disso, ainda em sua inicialização o MST conquistou a sua primeira ocupação de terras mais de 600 famílias na fazenda 4045.

Para Jaime Amorim (2021), colunista do Brasil de Fato “a ocupação na Bahia inspirou, do ponto de vista político e metodológico, uma rápida expansão e massificação da luta pela terra no Nordeste, a consolidação de um movimento de massas forte na região. De 1987 a 1990, todos os estados do Nordeste consolidaram a implantação do MST”.

O historiador Leonardo Dantas D’Icarahy escreveu para o VIII Encontro Estadual de História (2016) sobre os Trabalhadores Rurais e o surgimento do MST na Bahia, no período de 1978-1989 e destacou que muito embora o MST tenha tido participações em diversos Estados com intermédio de sindicalistas e alguns agentes pastorais de igrejas cristãs, ainda assim, a sua maior concentração estava focada nos estados da região Centro-Sul. Visto isso, D’Icarahy (2016, P.7) evidenciou que:

A vinda do MST para a Bahia, estava dentro da estratégia da organização de se expandir para o Nordeste. Ademar Bogo, dirigente do Movimento em Santa Catarina, foi o primeiro militante a vir ao estado. Ele estabeleceu contatos com sindicalistas, agentes da Igreja diocesana e freis da ordem dos capuchinhos e foi iniciado o trabalho de organização de famílias. As duas primeiras ocupações foram feitas em áreas em que já se sabia estarem destinadas a desapropriação pelo I PNRA no ano de 1987 (D’Icarahy, 2016, p. 7).

Desde então até o ano de 1989, foram feitas oito ocupações, neste cenário, o MST já havia estabilizado o seu funcionamento em todo o estado da Bahia, caracterizado pela conquista

de dois assentamentos, assim houve a garantia da força entre as lideranças do movimento em todo o estado, além de garantir também a visibilidade na imprensa.

4 A SAÚDE DO TRABALHADOR

Esse capítulo tem como foco principal debater a temática da saúde do trabalhador, trazendo relevantes informações sobre as políticas públicas voltados para este meio, para logo depois aprofundar-se no quesito saúde-doença dos trabalhadores rurais, no intuito de compreender como as circunstâncias que esses trabalhadores estão submetidos e como essas condições podem interferir diretamente em sua saúde, ou como podem contribuir para o agravamento de suas condições sociais quanto do seu bem-estar físico. Ademais, possui o propósito de apreender como se dá o acesso desses cidadãos à saúde pública.

4.1 A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

A saúde do trabalhador, historicamente, tem sido abordada por via das condições de vida, intoxicação por agrotóxicos, a relação saúde-doença, cidadãos pauperizados, é notório que a saúde da população trabalhadora rural possui especificidades, pois envolvem também a fiscalização de ambiente e condições de trabalho que envolvem direta e indiretamente a saúde dos mesmos, mas, além do quadro clínico, é preciso ter atenção integral com relação ao processo de trabalho que é responsável também por adoecimentos.

Pode-se observar que a partir do século XX o país passou a direcionar suas atenções para a efetivação da política pública de saúde no país, buscando também implementar a assistência médica e esse contexto é legitimado com o desenvolvimento das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) devido a Lei Eloy Chaves, publicada em janeiro de 1923, consolidando o sistema previdenciário brasileiro, pois já haviam algumas iniciativas advindas de organizações por parte dos trabalhadores que objetivavam garantir benefícios sobre a segurança dos mesmos, no sentido de resguardar-se, caso ocorresse algum acidente, assim seria possível assegurar um afastamento e/ou aposentadoria, foi a partir dos CAPs que o país passou a direcionar seu olhar para a classe trabalhadora e as suas respectivas necessidades.

Já em 1932, período de governabilidade do então presidente Getúlio Vargas (durante o Estado Novo) foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que tinha como função assegurar o aproveitamento dos benefícios previstos pela legislação, que eram custeados pelos municípios, entidades e segurados.

Já um pouco mais tarde, a partir da década de 1980, com o fim da ditadura militar (período em que houve redução de verbas da saúde, as quais foram redirecionadas para as políticas de segurança e desenvolvimentismo), surgiram pequenas movimentações em prol de

melhorias na assistência médica do país, objetivando a sua descentralização como também a hierarquização dos serviços de saúde, a partir disso, é que o movimento sanitário vai ter com outros setores o propósito comum de racionalizar os gastos com saúde. Com a publicação da Constituição Federal de 1988 foi instituída a seguridade social como o principal padrão de proteção social no país, e, neste caso, a saúde passou a ter políticas discutidas e definidas como um fundamental cumprimento da constituição.

Nota-se que as políticas públicas e os debates políticos que elas acarretam foram inseridas recentemente na história do país, principalmente, no âmbito da saúde que se apresenta com a implementação, financiamento e organização do Sistema Único de Saúde, o SUS, além das suas possibilidades e limites de efetivação que só podem ocorrer com base nos princípios e diretrizes constitucionais.

As políticas públicas de saúde no Brasil são ações governamentais que visam regular e organizar as funções públicas do Estado, tais intervenções podem ser atividades do governo executadas diretamente pelo Estado, mas podem ser também atuações que são relacionadas à regulação de serviços realizados por agentes econômicos.

Temos como um dos exemplos das políticas públicas perante a organização federativa, o Plano Plurianual (PPA), desenvolvido pelo MAPA, o qual geralmente, possui o tempo médio de 4 anos de duração e objetiva o aperfeiçoamento das ações governamentais, sendo que a cada renovação, há mudanças nas temáticas a serem discutidas pelo PPA.

Analisando o Plano Plurianual, é possível observar que o MAPA desempenha a sua atuação por meio de políticas regulatórias utilizando-se de fiscalizações, avaliações, distribuição de informações e disponibilização de diversificadas ferramentas para acelerar o processo de análises.

Outra exemplificação de política pública ocorre no âmbito da segurança, saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, tais políticas são desenvolvidas com o objetivo de incentivar investimentos nos setores da saúde e segurança no trabalho para que assim possa ocorrer um efetivo combate a acidentes e doenças ocupacionais. Por exemplo, o Ministério da Previdência Social (MPS), desenvolveu algumas políticas por meio do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, como o desenvolvimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) no ano de 2002 e o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PLASAT), em 2012. Segundo a secretaria de previdência (2014) o PPP trata-se de:

[...] um formulário que possui campos a serem preenchidos com todas as informações

relativas ao empregado, como por exemplo, a atividade que exerce, o agente nocivo ao qual está exposto, a intensidade e a concentração do agente, exames médicos clínicos, além de dados referentes à empresa. O formulário deve ser preenchido pelas empresas que exercem atividades que exponham seus empregados a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física (origem da concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição) (MPS, 2014, p. 1).

Já o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho foi desenvolvido em 2011, emergiu com o objetivo de instaurar ações que propiciassem a redução no número de acidentes e mortes de funcionários em serviço, além é claro, do fornecimento de assistência aos acidentados ,como é afirmado na cartilha da política:

I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho (PNSST, 2011, p. 18).

Diante do exposto nota-se que em toda a história do país, é, somente em 2011, que o Brasil estabelece a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), ou seja, após 23 anos da publicação da carta constitucional, através da Portaria nº 2.866, como é destacado em seu primeiro artigo:

Art. 1º Esta Portaria institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com o objetivo de promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida (Brasil, 2011, p. 1).

Para além disso, visa a redução de vulnerabilidades relacionadas à saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações associadas à saúde do idoso, da mulher, das pessoas portadoras de deficiência, do homem, do trabalhador, da criança e do adolescente com foco também na saúde sexual e violência doméstica. É possível notar que a política se dispõe a contemplar as particularidades da população que vive nos campos e floresta prestando os serviços do SUS, ademais é importante ressaltar que é a partir dessa política que a população do campo e da floresta conseguiu conquistar visibilidade, principalmente, porque foi constituída com base na participação dos movimentos sociais.

É possível perceber que o surgimento de políticas públicas tanto no setor de prevenção quanto o de promoção a saúde emergiram tardiamente, pois, exemplificativamente as da esfera

federal obtiveram espaço e aprovação a partir dos anos 2000 com o desenvolvimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP, 2002) e o Nexo-Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP, 2007), cinco anos mais tarde.

4.2 O TRABALHO NO CAMPO COMO FATOR DE RISCO A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL: ANÁLISE SOBRE O ADOECIMENTO

Com relação a este subtópico é importante ressaltar que foi utilizado como base de discussão dois aspectos cruciais da desigualdade social: o trabalho e a pobreza. Isso porque a perspectiva ética-política do âmbito da saúde tem sido discutida em diversificadas pesquisas com base na correlação entre as duas dimensões citadas.

Cabe ressaltar que os estudos⁹ pautados na saúde de trabalhadores rurais tem evidenciado que o crescimento agrário das últimas décadas no Brasil, tem sido demarcado pela exportação e consequentemente pela monocultura, o que nos leva a discutir sobre a exploração do trabalho e o uso abusivo de agrotóxicos, além de analisar de que modo esse contexto tem agravado cada vez mais as condições de saúde do país, em especial, dos trabalhadores rurais que estão na linha de frente da produção.

Se faz necessário frisar que dentro desses estudos há abordagens recorrentes dos problemas de saúde que estão atrelados as condições de trabalho – muitas vezes precários - como também a da alimentação, a exemplo disso, temos a perspectiva da psicóloga Ana Silvia Ariza e a socióloga Bader Burihan Sawaia, no artigo intitulado de “A saúde como potência de ação: uma análise do coletivo e de comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)” para a revista Psicologia Política em 2016, há alguns estudos sobre a perspectiva da saúde do trabalhador rural que aborda também a precariedade com relação a saneamento básico, bem como o tratamento de água, sem contar com “ [...] [a] desigualdade entre campo e cidade em relação ao acesso a bens comuns e a serviços públicos relacionados à saúde (IPEA, 2010).” (Ariza; Sawaia, 2016, p. 308).

Nilton Freitas (2018), afirma que tem sido cada vez mais comum os quadros de adoecimento no local de trabalho, para o autor a própria conservação do emprego ou a falta dele é um condicionante para a aparição de estresse, enquadrando o adoecimento no aspecto de sofrimento emocional.

⁹ Condições de vida e saúde: população de assentamentos da reforma agrária. Associação Nacional de Cooperativa Agrícola (ANCA), 2005.

Sabe-se que no modo clínico, uma doença relacionada ao trabalho é diagnosticada pelo médico, isso, a partir da rede de assistência à saúde, como também é possível identificar diante da exposição dos fatores de riscos que advém da rotina do próprio trabalhador, assim pode-se afirmar que algumas das principais queixas por parte dos trabalhadores rurais são conectadas diretamente as diversificadas formas de organização do trabalho, ou seja, algumas enfermidades dos trabalhadores se dão por conta das atividades exercidas na atividade laboral.

Alguns exemplos são: Movimentos que exigem bastante esforço físico devido ao excesso de peso que carregam e caminhadas extensas pela plantação, são exercícios que podem se caracterizados como os principais responsáveis pelo maior índice de desenvolvimento de problemas motores, tais como as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) que atualmente é intitulada de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). De acordo Corrêa (2018, p. 3), "o LER dá a entender que a repetitividade é o único fator que leva a essas alterações, quando na verdade é apenas um deles".

Para além do estado físico, o mundo do trabalho também pode trazer prejuízos à saúde mental, cidadãos de modo geral podem ser vítimas desse conjunto de problemas, podendo ser pelo adendo da pressão sofrida por parte dos seus patrões e em muitas situações são acometidos com a falta de autonomia, imposição de decisões e o não reconhecimento, todo esse contexto pode propiciar a ocorrência de depressão, estresse e ansiedade, porém, o mais perigoso desses adoecimentos mentais surgem de uma forma que os sintomas apresentam-se como comuns e provenientes da própria jornada de trabalho tais como: o cansaço, nervosismo e insatisfação, mas que na verdade também são algumas das características de Distúrbios Psiquiátricos Menores (DPM).

Em 2011, através da pesquisa "Condições psicossociais adversas no trabalho, transtorno mental, qualidade de vida e autoavaliação de saúde entre trabalhadores de uma instituição financeira" organizada pelo médico Luiz Sérgio Silva da Faculdade de Medicina da UFMG com cerca de 2,5 mil trabalhadores sorteados aleatoriamente, constatou-se que dentre os participantes, 43% apresentaram algum tipo de DPM, associadas principalmente às más condições de trabalho, esse dado demonstra como os transtornos mentais estão cada vez mais comuns na esfera do trabalho, podendo surgir de diferentes modos, desde o assédio moral ou até a própria jornada de trabalho que geralmente são esgotantes, ademais, na medida em que crescem os episódios traumáticos, em contrapartida a autonomia e o reconhecimento tem sido reduzidos, contribuindo ainda mais com o aumento de transtornos psiquiátricos e/ou doenças mentais no trabalho.

Para contextualizar ainda mais a gravidade da situação, é importante destacar que em 2016, a Previdência Social identificou que 75,3 mil trabalhadores foram afastados do seu trabalho devido a quadros depressivos, através da disponibilização do auxílio-doença (agora nomeado de benefício por incapacidade temporária), esse quantitativo de trabalhadores representou cerca de 37,8% de todas as licenças médicas promovidas por transtornos mentais.

A saúde no sentido geral já carrega consigo o peso da sua importância para o homem, ao analisar a saúde do trabalhador, é necessário compreender a problemática de que o mesmo ambiente que eleva o cidadão perante a sociedade pode ser o mesmo a adoecê-lo, criando assim a dicotomia entre função e prazer, dignidade e descrédito.

O trabalho em geral pode propiciar o adoecimento dos trabalhadores, como os ruídos que a depender do tempo de exposição podem ocasionar alterações danosas, já que atua sobre o sistema nervoso, ocasionando fadiga nervosa, alterações mentais, hipertensão, além da possibilidade da perda temporária ou definitiva da audição, o que tem se tornado cada vez mais comum, os trabalhadores rurais, por exemplo, tem sido exposto ao caos sonoro de veículos de carga, empilhadeiras, automotores de tração animal, alto falantes e microfones.

Outro exemplo são as temperaturas em níveis altos, como o calor excessivo, principalmente, para os trabalhadores rurais que se expõe ao sol diariamente, o que pode provocar desidratação, inflamação da pele, fadiga física e insolação, já em período de inverno em que há constância em temperaturas frias, essas podem ocasionar rachaduras na pele, agravamento de doenças reumáticas e respiratórias, e por falar em questão respiratória há ainda o adendo da preocupação com a constante inalação de poeira, independentemente da estação do ano.

Um dado alarmante foi emitido pelo relatório de Agrotóxicos no Pantanal, o qual foi divulgado pela Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), esse relatório destaca que o estado do Mato Grosso é o estado brasileiro que mais realiza utilização de substâncias tóxicas no setor da agropecuária, por exemplo, somente, em 2020, em todo o estado foi comercializado 142.738,855 kg de agrotóxicos e como não é novidade para ninguém, esses produtos podem ocasionar tanto a poluição ambiental, quanto a intoxicação de humanos, animais e o ecossistema como um todo.

Conforme publicado pela Revista Radis n. 240 em setembro de 2022, esse relatório foi desenvolvido em três municípios rurais centrais do Mato Grosso, o Poconé, Mirassol D'Oeste e Cáceres, o resultado desse mapeamento apontou a extensa contaminação das águas, resíduos de produtos tóxicos em leite materno, como também na corrente sanguínea de trabalhadores.

Em maio de 2021, foram realizadas coletas de águas da chuva, rios, córregos, cachoeiras, poços artesianos, caixas d'água de escolas rurais e tanques de piscicultura (modalidade comercial conhecida pela criação de peixes, utilizada comumente para alimentação), as amostras foram coletadas em um único mês nas comunidades quilombolas de Jejum e Chumbo, no município de Poconé, onde vivem aproximadamente quatrocentos e cinquenta famílias, as amostras apresentaram até oito tipos de agrotóxicos, sendo eles: Atrazina, Picloram, 2,4D, Fipronil, Clorimurrom-etílico, Tebuconazol, Clomazone e Imidacloprido, destas oito tipagens de agrotóxicos, sete foram encontrados em tanques de piscicultura

Além de que, dos princípios ativos detectados, cinco deles se encontram banidos em países como a Austrália, Canadá e alguns países da União Europeia, justamente, por representarem riscos extremos à saúde humana e ao meio ambiente.

O uso de agrotóxicos, seja para o cultivo de lavouras, hortas ou para jardinagem e controle de pragas em ambiente doméstico contamina o ar, a água, o ambiente e desencadeia doenças nas pessoas. Sabe-se que o modelo de cultivo com o intensivo uso de agrotóxicos pode gerar consequência à saúde humana, como poluição ambiental, intoxicação de trabalhadores e da população em geral (FASE, 2022, p. 21).

Com base nas informações desse relatório, é importante pensar como a exposição a produtos químicos sintéticos podem atingir também os trabalhadores rurais que atuam no cotidiano com esses produtos, a exposição pode ser ainda mais intensa, já que as formas de contaminação podem acontecer diretamente na manipulação de agrotóxicos para a aplicação e conseqüentemente pode ocorrer a ingestão acidental, inalação ou contato com a pele e/ou mucosa. Se há contaminação através da água e dos alimentos, é possível imaginar o tamanho da gravidade para quem trata diretamente com o produto.

De acordo com o relatório FASE, as intoxicações por agrotóxicos advindas de contatos diretos com o agente químico se intitulam de intoxicação aguda e podem ser altamente agressivas, pois,

[...] na exposição aguda, caracterizada pelo curto prazo entre o contato e os sintomas, o contato ocorre em um período de tempo não superior a 24 horas (INCA, 2012) e vão desencadear efeitos como irritação da pele e olhos, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, espasmos, dificuldade respiratória, convulsões, podendo levar à morte (FASE, 2022, p. 21).

Outra modalidade de intoxicação por agrotóxicos é conhecida como intoxicação crônica, quando a exposição ocorre de modo prolongado o que pode gerar dosagens cumulativas

de diferentes agentes tóxicos/químicos no organismo, essa modalidade se torna ainda mais perigosa devido as formas que podem afetar a população, podendo ser por meio do consumo de alimentos e de águas intoxicadas. Além das contaminações chamadas de derivas (agentes tóxicos que são migrados através do vento, temperaturas elevadas ou por chuvas). Independente da forma de exposição, tanto na modalidade aguda, quanto na crônica, o fato é que como destacado pelo relatório da FASE (2022, p. 22):

[...] o processo de interação química e a capacidade de acumulação dos agrotóxicos nos tecidos humanos, sabe-se que não há limite seguro de ingestão de agrotóxicos, sendo que a soma de diversas exposições, ainda que em pequenas quantidades, pode desencadear processos de intoxicação [grave], tais como câncer, malformação fetal, doenças endócrinas e metabólicas, infertilidade, aborto, mutações, doenças neurológicas e psiquiátricas e doenças renais.

Verificando a possibilidade de resolutividade desse cenário extenso de contaminação (para além áreas citadas acima, mas sim de todo o território brasileiro) não é difícil de constatar que o caminho inicial para tal seria a proibição de registros destes tipos de produtos, o que é, inclusive, recomendado pela Lei nº. 7.802/1989 - lei referente aos agrotóxicos no Brasil. Vide artigo 5º da Lei (Brasil, 1989, p. 2):

Art. 5º Possuem legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação, em nome próprio, do registro de agrotóxicos e afins, arguindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais: I - entidades de classe, representativas de profissões ligadas ao setor; II - partidos políticos, com representação no Congresso Nacional; III - entidades legalmente constituídas para defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do consumidor, do meio ambiente e dos recursos naturais. § 1º Para efeito de registro e pedido de cancelamento ou impugnação de agrotóxicos e afins, todas as informações toxicológicas de contaminação ambiental e comportamento genético, bem como os efeitos no mecanismo hormonal, são de responsabilidade do estabelecimento registrante ou da entidade impugnante e devem proceder de laboratórios nacionais ou internacionais. § 2º A regulamentação desta Lei estabelecerá condições para o processo de impugnação ou cancelamento do registro, determinando que o prazo de tramitação não exceda 90 (noventa) dias e que os resultados apurados sejam publicados. § 3º Protocolado o pedido de registro, será publicado no Diário Oficial da União um resumo do mesmo.

Ademais, há a necessidade também de que haja a regulamentação de leis nas três esferas: Federal, Estadual e municipal para que possam contribuir com a redução do uso de agrotóxicos, como também no combate ao seu uso de forma desenfreada, sem segurança e conscientização e, portanto, buscando uma produção sustentável, segura e precavida, visando a agroecologia.

4.2.1 O acesso da população rural ao Sistema Único de Saúde

O processo de reestruturação produtiva que tem se desenvolvido desde a década de 1990 no Brasil apresenta-se como um efeito colateral da globalização e refletido também na área rural, como, por exemplo: explorações trabalhistas, desigualdade social, há também o estabelecimento da precarização social e do trabalho. Para Druck (2011, p. 39), a precarização social auxilia na institucionalização de outra precarização, a do trabalho, sendo também um processo que alcança todos os âmbitos da vida dos trabalhadores em geral.

Druck (2011, p. 39) destaca ainda que a precarização do trabalho no Brasil é na realidade um dos elementos que fomentam o seu processo histórico, para a autora, a precarização social do trabalho:

renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem.

É importante pontuar que as políticas públicas que deveriam permear neste âmbito se tornaram focalizadas e fragmentadas, isso porque o Estado tem como obrigação assumir as políticas fundamentais para as pessoas que estão em situação de pobreza extrema e fornecer segurança devida que, geralmente, ocorre por meio da coerção realizada por suas instituições legitimadas.

Os demais serviços são comercializados, com a justificativa de que o Estado é ineficiente para conseguir ofertar a todos por completo, repassando assim a responsabilidade para a iniciativa privada. Então, há abertura de espaço para o capital internacional, gerando desgaste da soberania nacional, elevando a priorização do capital em detrimento do trabalho.

Podemos colher como exemplo (na prática) sobre o malefício da abertura e priorização do capital, a atuação de planos de saúde privados ao longo do período pandêmico, ocasionado por uma infecção respiratória aguda motivada pelo coronavírus SARS-CoV-2, conhecida também como COVID-19, ao longo da pandemia, pode-se observar que a cobertura de planos privados, na realidade, é fornecida de forma regular devido a relação com o âmbito financeiro, principalmente devido a capacidade das pessoas em realizar pagamentos, sem qualquer associação com a proteção social. Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

o IBGE divulgou em 2021, dados colhidos em entrevistas que foram realizadas ao longo de 2019 para a Pesquisa Nacional de Saúde que conseguiram identificar que mais de 70% da população brasileira depende diretamente do Sistema Único de Saúde.

Sendo assim, pode-se dizer que em cada quatro brasileiros, três dependem de forma exclusiva do SUS para os seus respectivos cuidados em saúde, não apenas porque ocorre a transferência de responsabilidade por parte do Estado com relação a população brasileira, mas também porque os planos de saúde limitam o acesso a serviços, especialmente, os de alta complexidade, já que são os mais custosos.

A médica sanitária, Bernadete Perez (2022), docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), concedeu entrevista para a Revista Radis (n. 234) e resgatou a lembrança do auge da pandemia em que “[...] não houve uma requisição administrativa do leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ou de enfermaria” por parte dos planos privados, e complementa “a balança sempre está desvantajosa para o público”.

A fala da docente Bernadete é referente ao atendimento de pacientes de COVID-19 em leitos da Unidade de Terapia Intensiva, os pacientes que possuem planos de saúde só tiveram acesso a UTI devido a obrigatoriedade judicial, pois, desde a chegada da covid no Brasil e consequentemente com as elevadas taxas de contaminação que em sua grande maioria resultaram em internações, os planos de saúde passaram a alegar que os atendimentos não poderiam ser realizados por questões contratuais, neste caso, citava m o período de carência para a utilização do serviço e, como resultado, não poderiam fornecer e/ou custear o atendimento de pacientes graves (e podemos dizer que ocorriam em massa) de forma emergencial nos leitos de UTI.

Freire (2021, p. 1), conhecido por atuar profissionalmente em ações contra operadoras de saúde, destaca que:

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, [...] considerando que há norma do CREMERJ sobre o assunto. A Resolução Conjunta SES/SOTIERJ/CREMERJ 147, de 10/7/13, que informa que a UTI/CTI se destina a PACIENTES GRAVES OU COM RISCO DE MORTE. Sendo assim, jamais uma internação do consumidor em UTI deveria ser negada pelo plano de saúde, considerando que a carência para a cobertura dos casos de urgência e emergência é de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.656/98.

Em contrapartida, o SUS comprovou mais uma vez a sua importância e eficácia, cotidianamente o SUS tem grande destaque por ser a principal política pública de inclusão social, mas no cenário de pandemia reforçou a sua relevância, especialmente, por se tratar de um sistema de saúde universal e público que garante o acesso de todos que a dela precisarem, indo de contra as ações de instituições privadas. Assim, o SUS, garantiu a abertura em massa de leitos, apresentou aprimoramento do sistema de vigilância sanitária, além de ter organizado e divulgado guias de orientações (por parte de profissionais de saúde) com relação a doença, auxiliando os brasileiros nos cuidados pessoais de combate à doença.

Sem contar com as inovações que auxiliaram todo o mundo no combate à doença, a exemplo disto, temos a pesquisadora Jaqueline Goes de Jesus, graduada pela Universidade Federal da Bahia, que liderou a equipe responsável pelo mapeamento dos primeiros genomas do novo coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no país, evidenciando a relevância do sistema público de educação e de saúde, sendo pioneira nesta atuação, pois outros países tiveram uma média de quinze dias para conseguir concluir o mapeamento, sendo que o diferencial de sequenciar os genomas puderam possibilitar a diferenciação do vírus que infectou o paciente brasileiro do genoma identificado em Wuhan, o epicentro da epidemia na China, sendo um grande exemplo de como o sistema público de saúde pode garantir qualidade, principalmente, tratando-se do âmbito da saúde.

Ainda assim, tal feito é apenas um dos exemplos dos benefícios que o Sistema Único de Saúde pode trazer a sociedade, atualmente, por conta do SUS, 82,7% da população tem cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), ademais, o Brasil é o segundo país que mais realiza transplantes no mundo e o único que o faz através de um sistema público, sendo, neste caso, o primeiro.

Para Rückert (2018, p. 46), por exemplo, “[...] tanto as necessidades de saúde, quanto as respostas construídas para respondê-las carecem de ser compreendidas a partir da totalidade social da qual integram”. Deve-se considerar que o trabalho em saúde teve origem a partir do momento em que as pessoas buscaram suprir as suas dúvidas e necessidades, independente do período histórico, então, assim como há variação nas necessidades humanas, há também intervenções e modificações no processo saúde-doença.

A exemplo disso, temos o estado da Bahia, o qual mostra historicamente como a saúde do trabalhador possui uma forte e evidente relação com os ciclos econômicos, principalmente,

por conta do sistema escravista que se constituiu no Recôncavo Baiano com base em atividades açucareiras que pôs a Bahia em um status econômico e político elevado no cenário nacional.

Em 1960, a refinaria Landulfo Alves (RLAM) e o Centro Industrial de Aratu (CIA) surgiram como os dois principais marcos na história do setor industrial baiano, demarcando um novo período econômico, ocasionando também a concentração dos trabalhadores na cidade de Salvador (BA) e conseqüentemente uma inflação no setor da saúde devido aos acidentes industriais, fazendo com que emergisse o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador (CESAT), devido à precarização da estrutura de prevenção, atendimento de doenças e acidentes do trabalho na Bahia.

Esses cenários em que há o surgimento do CESAT, assim como a obrigatoriedade por meio da justiça para que pacientes graves com covid pudessem ter o devido acesso aos serviços de saúde não são mera coincidências, mas sim reflexos de que o contexto de acesso ao básico e que é garantido pela constituição brasileira ainda seguem a passos lentos, muito embora haja evoluções, mas na prática, não há grandes alterações, seja em 1960 ou em 2019, o trabalhador permanece sendo exposto e em seguida, ignorado, não somente se tratando de trabalhadores rurais que é o foco principal do trabalho, mas sempre se tratando do trabalhador, pois de modo geral é o que se expõe.

A exposição pode ocorrer por meio do agrotóxico, ou de refinarias, indústrias que utilizam máquinas sem a segurança mínima, ao estresse do cotidiano por conta da carga horária excessiva, a poluição do ar, a sonora e visual, além da dor física diante do cansaço ou até mesmo pela exposição a covid, não importa o cenário em que está inserido, o trabalhador é quem fica na linha de frente, já que para garantir o equilíbrio financeiro é necessário trabalhar, garantindo o sustento da família, além de buscar a manutenção do básico para sobreviver, mas repito, é sempre o trabalhador, os quais em sua maioria são inseridos em contextos que ao final são penalizados, pois seguem arriscando a sua vida e a sua saúde.

É evidente que a saúde do trabalhador possui legalmente a sua proteção, pois existe política pública que abrange o acesso dos trabalhadores sejam rurais, informais ou regulamentados, porém, diariamente é possível observar que em sua grande maioria seguem sem a devida assistência, isso se dá porque o SUS é administrado de forma tripartite, em que os gestores responsáveis pelo funcionamento presam pelo funcionamento descentralizado entre a União, o Estado e o Município, sendo assim, o sistema é dependente dos recursos provenientes dessas esferas governamentais.

Para o SUS pôr em prática a Política Nacional de Saúde do Trabalhador (a) é necessário articular mudanças nos processos de trabalho em saúde, principalmente, na organização da rede de atenção e na atuação de equipes multiprofissionais que possam garantir a aplicação da política, desde a atenção primária, passando pela vigilância em saúde e encaminhando-se à assistência e reabilitação, para assim contribuir com as ações coletivas, visando cuidar da promoção, vigilância e prevenção dos ambientes, dos processos e das atividades de trabalho, inclusive, sobre os determinantes da saúde dos trabalhadores.

Ainda tratando-se do âmbito administrativo, é possível observar que os principais componentes do SUS são de recursos do sistema público, tanto os da seguridade social quanto os recursos fiscais, há também os recursos do sistema privado complementar que são os das empresas de planos e seguros de saúde e até mesmo recursos dos usuários que são pagos diretamente para o acesso aos serviços médicos. Entretanto, esses repasses de verbas públicas para investimentos na saúde em geral estão cada vez menores e por conta disso há uma dificuldade latente em efetivar o funcionamento do SUS por completo e conseqüentemente fazer valer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador.

Conforme as informações divulgadas no site do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CREMEB) referente aos investimentos em andamento a serem feitos pelos governantes no setor da saúde do Estado da Bahia, evidenciam que os investimentos na saúde por parte do Estado não estão alcançando a real necessidade que a saúde exige, de acordo com os dados divulgados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), na Bahia, os recursos do governo em 2014 chegaram aos 12,94%, já em 2015 ficou com 12,45% e em 2016 com 12,26%, fazendo com que o Estado da Bahia ocupe a 21ª posição no ranking de investimentos na saúde, assim pode-se notar que a Bahia tem investido apenas a porcentagem mínima assegurada pela Lei Complementar nº 141/2012 que garante a porcentagem de 12% para investimentos.

Caso haja descumprimento dos percentuais mínimos por parte dos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, a Lei Complementar prevê algumas penalizações, por exemplo, exigência da aplicação mínima exigida mais o valor que faltou para atingir o percentual de 12% que por algum acaso não tenha sido investido anteriormente, assim, há a devida correção.

As ações dos governantes em garantir apenas o exigido é bastante analisada pelo promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública (CESAU), Rogério Queiroz, ele afirma que “esses 12% estabelecidos [...] são o piso, ou seja, é o mínimo que deve ser gasto, o problema é que, no Brasil, os gestores estão transformando o piso em teto.

Se nós quisermos um plus para a saúde, precisamos ampliar os investimentos” (Queiroz, 2017, p. 1).

Sendo assim, é notório que a gestão governamental é a grande influência para o funcionamento do sistema público de saúde e essa situação pode se agravar ainda mais quando se trata do maior provedor de recursos, a esfera Federal, temos como exemplo, a gestão de quatro anos de Jair Bolsonaro, o qual se desenvolveu em meio a pandemia da COVID- 19. Ao longo da sua gestão, Bolsonaro ficou conhecido mundialmente como um governante incompetente, tal intitulação pode ser brevemente esclarecida através da reportagem da Nara Lacerda (2022, p. 1), jornalista do Brasil de Fato que, evidenciou a gestão do setor de saúde de Bolsonaro da seguinte forma: “em quatro anos de Bolsonaro, área da saúde perdeu verba, qualidade e capilaridade”, ainda acrescentou que a nova gestão (governo Lula) assumiu o âmbito da saúde com bilhões de reais a menos e ainda precisará encarar o desafio de restituir a atenção primária.

O cenário abordado logo acima não é uma surpresa para nenhum brasileiro, isso porque antes mesmo de assumir a presidência, ao longo de suas entrevistas em período de candidatura eleitoral, Bolsonaro já evidenciava a sua preferência pela privatização, o financiamento privado sempre foi um dos seus projetos cruciais para o SUS, até porque dentro do próprio programa de governo do agora, ex-presidente, jamais, em qualquer momento houve menção ou abordagem que pudessem garantir ampliação no financiamento da saúde pública.

Ao longo do governo de Jair, a justificativa abordada em alguns momentos pela gestão orçamentaria seria de que a Emenda Constitucional (EC) estabelecida no pós-golpe (tornando o Michel Temer, do PMDB, o presidente) contra a presidente Dilma Rousseff (PT) advinda da extrema direita, conhecida como teto de gastos, havia comprometido o orçamento do setor da saúde.

Em 2017, ano seguinte ao golpe, o investimento no SUS por parte da esfera federal era de 15,77% da receita líquida, porém, em 2019, durante a gestão Bolsonaro, essa quantia foi reduzida para 13,54%. Ainda há a complementação no texto da EC de que a verba deverá permanecer sem qualquer reajuste acima de questões inflacionárias por cerca de vinte anos, por isso, a PEC 241 quando foi aprovada, ficou popularmente conhecida como a PEC da morte.

Somente a partir de 2020 é que foi possível notar movimentações favoráveis a ampliação do setor de saúde pública em termos orçamentários, sendo este o primeiro ano de pandemia, por exemplo, em março deste mesmo ano foi decretado como medida principal o estado de calamidade pública, o que garantiu a permissividade de furar o teto de gastos, podendo assim

garantir recursos financeiros para o setor da saúde, como também para a área trabalhista (havia o temor e previsibilidade de desemprego em alta devido ao fechamento de comércios de modo em geral, empresas, escritórios, em prol da quarentena).

Ademais, como publicado pela agência câmara de notícias, surgiram outras medidas, tais como: Reforço no programa Bolsa Família; desoneração de produtos médicos; linha de crédito pessoal para trabalhadores autônomos em até 24 bilhões, bem como 48 bilhões para empresas; atraso no recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS); fechamento de fronteiras (principalmente a venezuelana) e o socorro à aviação civil.

Ainda assim, o fato principal para a ampliação do setor de saúde e a declaração de calamidade que, posteriormente, foi analisado pela câmara dos deputados, apenas ocorreu devida a lentidão de ações por parte do governo, por exemplo, até o início do segundo semestre (junho), metade dos recursos ainda não haviam sido executados/utilizados. Foi, inclusive, neste mesmo mês em que o Jair Bolsonaro foi posto em última posição do ranking mundial¹⁰ de avaliação no âmbito administrativo de governos em meio a pandemia, a porcentagem de brasileiros que consideraram positiva a direção do gestor no período foi de cerca de 34%, enquanto gestores mundiais (contabilizando em média 53 países em avaliação) receberam em média 70% de aprovação.

Diante de tamanha desaprovação, Bolsonaro, ainda assim, escancarou um posicionamento dispendioso, tornou-se manchete em jornais diariamente por declarações inadequadas¹¹ e, muitas vezes, criminosas, ainda em março de 2020, quando havia precisamente onze mortes por covid registradas, Bolsonaro, minimizou a questão e declarou que: não seria uma “gripezinha” que o derrubaria após o esfaqueamento que sofreu em 2018, durante a pré-candidatura. Através dessa fala, seus apoiadores passaram a acreditar que o vírus não teria potencialidade suficiente para causar mortes, portanto, não precisariam utilizar medidas de proteção (máscara, álcool, álcool em gel, distanciamento, quarentena). Ainda em março, Bolsonaro ironizou a problemática de saneamento básico do país e declarou que o brasileiro precisaria ser “estudado”, pois teria a “habilidade” de pular/brincar em esgotos¹² sem (em suas

¹⁰ Visualizar em <http://https://daliaresearch.com/blog/democracy-perception-index-2020/>

¹¹ O descaso da gestão Bolsonaro tornou-se “alvo” de obra de arte em Paris pelas mãos do artista plástico, Márcio Machado, em praça pública, representando a morte de 121 mil cidadãos brasileiro no período de Junho de 2020, através de uma escultura de ossos no formato de uma cadeira presidencial. Acessar em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/04/escultura-feita-de-ossos-denuncia-em-paris-postura-genocida-do-presidente-brasileiro>

¹² Visualizar em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-a-infeccao-pelo-coronavirus.ghtml>

palavras) que nada acontecesse e não seria o coronavírus capaz de prejudicar o brasileiro em qualquer esfera.

Não muito distante, em 20 de abril de 2020, Bolsonaro estremeceu a maior parte da população brasileira que tem acesso à informação, ao declarar que não seria coveiro ¹³ para contabilizar as mortes de brasileiros por covid que, nesse período, já eram 2.584, essa declaração ocorreu após ser questionado por jornalistas de quantas mortes seriam necessárias para posicionamentos mais efetivos. Ao final do seu mandato, em dezembro de 2022, a gestão Bolsonaro (sem contabilizar oficialmente devido ao recesso de final de ano) já contabilizava mais de 600 mil mortes por COVID-19, precisamente 693.853 óbitos.

Ao longo dos quatro anos do que se chama de governabilidade de Bolsonaro, o âmbito/pasta da saúde teve quatro ministros diferentes, o médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta da União Brasil, o oncologista Nelson Teich, o general de divisão do Exército Brasileiro, inclusive, o qual ocupou a maior parte do tempo nesta posição Eduardo Pazuello ¹⁴ do PL e por fim, o cardiologista, Marcelo Queiroga, a constante troca de profissional trouxe visibilidade negativa com relação ao traquejo com a área da saúde em um momento crucial, bem como trouxe à tona que em meio à maior crise sanitária do século, o Brasil perpassava pela também maior inaptidão de governabilidade.

Diante da barbárie, o então presidente recebeu cerca de 54 pedidos de *impeachment* de modo oficial, os quais foram apresentados pela câmara dos deputados, sendo um total de 1.459 pessoas e também entidades que assinaram protocolos para a efetivação do processo, ainda assim, nenhum pedido sequer recebeu andamento e Bolsonaro conseguiu finalizar o seu mandato, sem qualquer espécie de honraria, respeito e reconhecimento, afinal, findou o ciclo como o chefe responsável pela banalização de uma pandemia e pior, carregou a culpabilização pela morte de famílias inteiras ao ironizar a potencialidade do vírus e veracidade da vacina.

Nota-se que mesmo diante da falta de ampliação na estrutura do SUS, presenciando a falta de respiradores, remédios, oxigênio e equipamentos adequados para a equipe profissional que atuou em hospitais, centro médicos e emergências, ainda assim, o governante optou por relativizar o cenário. O Brasil chegou ao ponto de colapsar a cada sete dias com 20 mil casos

¹³ Bolsonaro diz que não é coveiro para comentar previsão de mortes por coronavírus. Acessar em: <https://www.youtube.com/watch?v=IrKpqx74BWY>

¹⁴ Pazuello deixa ministério investigado pela PF em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/03/pazuello-deixa-ministerio-investigado-pela-pf-e-durante-pior-momento-da-pandemia.shtml>

fatais de COVID-19. Não o bastante, ao longo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁵ um relatório do Ministério Público (de Contas) evidenciou que recursos do Sistema Único de Saúde estavam sendo direcionados para custear despesas de militares¹⁶.

Nara Lacerda (2022) afirma que “a gestão de Bolsonaro termina com o Brasil na lista de países que mais tiveram casos e mortes por causa da COVID-19, falta de dinheiro para investimentos em saúde e dados insuficientes para que se possa entender o tamanho do buraco”. Jair, brincou com situações de aglomeração (e gerou também, em seus passeios de jet ski e motocicletas) e, principalmente, pela falta de humanidade ao não demonstrar sensibilidade com o luto de cidadãos brasileiros.

Redirecionando a temática para o público rural, é importante trazer a pertinente contribuição da pesquisadora da área de macroeconomia, Nicole Rennó Catro (2020), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o CEPEA, ela aborda em seu artigo “Brasil Rural: COVID-19, renda auxílio emergencial” as principais medidas de socorro que foram adotadas para as populações que ficaram expostas na pandemia residindo no meio rural, bem como também a renda financeira disponibilizado pelo governo federal, conhecido como Auxílio Emergencial (AE), este teve tamanha importância porque amenizou os efeitos perversos da crise provocada pelo avassalador Coronavírus aos desempregados, aos trabalhadores informais, microempreendedores, trabalhadores autônomos e trabalhadores rurais.

É importante ressaltar que a implementação do auxílio foi resultado de muita discussão e luta política, pressão da população e do mundo sobre o Brasil para o reconhecimento do direito a Assistência Social via Constituição Federal que é distribuída por políticas públicas. Isso porque bem no início da pandemia, em março de 2020, o governo Bolsonaro, utilizando o então ministro da economia como porta voz, Paulo Guedes, propôs que o auxílio emergencial fosse no valor de duzentos reais por um período de três meses.

Ainda neste mesmo ano, o auxílio foi aprovado pelo congresso “contrariando” a gestão Bolsonaro, visando melhores condições para a população brasileira, foi aprovado no valor inicial de seiscentos reais de forma geral e para as mães chefes de família, o valor era de mil e duzentos reais, que posteriormente, em setembro, foi reduzido para metade do valor respectivamente, sendo que neste período de redução cerca de 64 milhões de brasileiros recebiam o auxílio. Ainda não sendo o suficiente, em janeiro de 2021, antes mesmo de comprar

¹⁵ Trata-se de investigação, comumente, conduzida pelo poder Legislativo, que transforma a própria casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

¹⁶ Verba para combate à pandemia é usada com militares, diz relatório | O Popular - Veja mais em: <https://opopular.com.br/cidades/verba-para-combate-a-pandemia-e-usada-com-militares-diz-relatorio-1.2279614>

e distribuir vacinas para a população (sendo essa a maior e mais eficaz ferramenta de combate, bem como proteção contra o vírus), Bolsonaro cortou o auxílio por completo, deixando milhões de brasileiros abandonados.

Conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o auxílio emergencial chegou para 42% de moradias brasileiras, o que pode ser considerado um feito no comparativo ao Bolsa família, por exemplo, que no período alcançavam 19%, o próprio auxílio trouxe redução nos índices referente ao grau de pobreza do país que, em maio de 2020 chegou a cair para 22%, enquanto que no período de janeiro estava em 25.

Já com relação a população rural, em maio de 2020, o IBGE trouxe à tona por meio dos dados colhidos da PNAD-COVID-19 que:

Entre os residentes em domicílios rurais, 9,9 milhões estavam ocupados em maio, sendo que, destes, 1,8 milhão estavam afastados, dos quais 1,4 milhão (78%) devido à pandemia. Dos afastados em decorrência da pandemia, 930 mil não estavam sendo remunerados. O rendimento médio efetivamente recebido pelos trabalhadores ocupados residentes rurais em maio, de R\$ 1.068, foi 16,4% menor que o habitualmente recebido, de R\$ 1.278 (já bem abaixo da média urbana, de R\$ 2.452) – o que dá uma estimativa do impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalhador residente rural (IBGE, 2020, p. 1)

Ainda com relação aos dados do IBGE, há exposição de que dos 9,4 milhões de residências rurais, 5,3 milhões foram os que tiveram acesso ao auxílio emergencial, alcançando uma média de 56% destes, em comparação a área urbana atendida, a quantia de acesso da população rural foi bastante expressiva, pois na cidade o alcance chegou em 36,4% (de 61,4 milhões de domicílios, apenas 22,3 milhões receberam o auxílio), porém, essa diferença não se trata de um favorecimento a população rural, mas sim porque cotidianamente é a mais atingida pela desigualdade social brasileira, visto que a ampliação de renda devido ao auxílio no período abordado (maio de 2020) teve uma média de novecentos e trinta e quatro reais para o meio rural, isso porque uma média de 93% dos domicílios rurais possuíam uma renda domiciliar per capita ainda inferior ao valor citado, portanto, o impacto da econômico da pandemia evidenciou o efeito da política de proteção social sobre a condição de vida no meio rural.

5 O PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ EM DIAS D'ÁVILA (BA)

Este capítulo é como crucial, pois trata-se da concretização de toda a escrita desenvolvida até aqui, é o objeto geral desta dissertação e o foco do estudo, portanto, inicialmente, é importante trazer algumas informações relevantes para que o leitor tenha total compreensão do está sendo abordado ao longo deste capítulo, pois não se trata apenas do resultado da investigação, aqui também se trata da vida de famílias.

Inicialmente, a nível de compreensão, é de fundamental importância destacar que um assentamento de reforma agrária é caracterizado por um conjunto de unidades agrícolas, essas unidades recebem os nomes de parcelas ou lotes e são destinadas a família de agricultor ou trabalhador rural que não possua condições econômicas necessárias para adquirir um imóvel rural, tais unidades são introduzidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Incra é um órgão federal que tem a responsabilidade legal de pôr em prática as ações que tendem a assegurar a oportunidade de acesso a propriedade da terra, a qual atua na implantação dos assentamentos rurais.

A partir da criação do assentamento, são publicadas portarias que estabelecem dados importantes do imóvel, como: a capacidade de receber as famílias (quantia), o projeto em si e o que será feito a médio e longo prazo, em seguida, as famílias recebem o lote para exploração

e para a moradia, partindo então para a estruturação, já que após a instalação das famílias, é iniciado o investimento em obras de infraestrutura dos assentamentos, com demarcação dos lotes, construção de habitações, implantação ou recuperação de estradas, já com relação a eletrificação rural, essas são executadas comumente por concessionárias locais. Enquanto as famílias se estabelecem no assentamento, já é possível adquirir e receber os primeiros créditos, por meio das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para investimento em infraestrutura e atividades produtivas.

Com isso, emergem as atividades agrárias para os assentados e/ou pré-assentados, as quais possibilitam a produção e comercialização do que é investido em suas terras, ainda é possível que os trabalhadores participem de políticas de aquisição de alimentos da agricultura através de programas, tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desenvolvido em Julho de 2003 com o intuito de incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação, assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido em Junho de 2009, mas, atualmente, está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar que visa o repasse de recursos financeiros federais para atender estudantes que estiverem matriculados na educação básica, podendo ser: rede municipal, distrital, estadual e a federal. Assim como também em entidades filantrópicas, contribuindo para a ampliação e desenvolvimento da aprendizagem e consequentemente um bom rendimento escolar, além de desenvolver hábitos positivos e saudáveis dos alunos.

No que se refere a quantia de lotes dentro de um assentamento, pode-se dizer que é delimitada a partir de um estudo com relação a capacidade de geração de renda do imóvel, pois as famílias que são beneficiadas com os lotes devem residir e explorar o terreno por meio de atividades produtivas em prol do seu sustento, utilizando a mão de obra familiar, e estas atividades são feitas a partir da viabilidade econômica da exploração da terra e da disponibilidade da água. Além disso, o estudo tem foco também no destino da agropecuária dos lotes e para isso precisa delimitar através da geografia do terreno quais as condições produtivas que o local pode oferecer e assim, definir a quantidade de famílias que devem ser assentadas.

Um assentamento também possui áreas de utilização de modo comunitário, tais como: igrejas, centros comunitários, agroindustriais e escolas, como ocorre no pré-assentamento que tem a sua razão social intitulada de “Associação dos pequenos produtores rurais da Fazenda Ouro Negro acampamento Recanto da Paz (MST) do município de Dias D’Ávila (BA)”,

comumente chamada apenas de Recanto da Paz. A terminologia “pré-assentamento” é utilizada para se referir aos grupo de agricultores que já tiveram as áreas desapropriadas, porém, ainda não tiveram acesso aos lotes, então sem a posse total do lote, ainda não é considerado assentamento e sim um pré, ou melhor, uma prévia.

Como exposto anteriormente, cada parcela em um assentamento representa uma unidade familiar, demandando alguns direitos das esferas de governo, como a saúde, educação, assistência social, créditos e estradas e a consolidação do assentamento ocorre com os recursos do Incra (os assentados devem pagar pelo lote que recebem e os créditos contratados), bem como através da parceria com governos locais (municipais) e algumas outras instituições públicas.

Para, além disso, os assentamentos de reforma agrária de modo em geral proporcionam condições de moradia e produção familiar, ou seja, é muito mais do que uma distribuição de terras, busca também garantir a segurança alimentar das zonas rurais, principalmente, das quais possam estar em risco alimentar e social.

Partindo da perspectiva de que o trabalho pode ocasionar a fragilização da saúde do trabalhador rural, é que emerge a necessidade de compreender esta relação, por isso, esta pesquisa possuía o objetivo de entrevistar cerca de 12 trabalhadores rurais, porém, com o contexto pandêmico gerando limitações para tal realização, já que interferiu diretamente nas atividades habituais, inclusive, as de comunicação por conta das medidas restritivas, não foi possível realizar nenhum contato presencial e nem mesmo de forma remota, pois ainda não havia um contato próximo com a comunidade ao ponto de trocar números de telefone com antecedência ao período da pandemia para tentar até mesmo realizar videochamadas e assim concretizar as entrevistas de modo online, sem contar que em meados de 2021, o foco estava direcionado para os seminários de qualificação, disciplinas obrigatórias e optativas, sendo assim, a atenção estava voltada para a construção teórica da pesquisa.

Posteriormente, em contato com alguns trabalhadores foi possível perceber que mesmo que ocorresse alguma tentativa de atividade remota, tentando realizar a experiência de entrevistas, especialmente, a online, talvez, não resultaria em informações tão relevantes, isso porque percebeu-se que a conexão com a internet para os trabalhadores rurais não é considerado essencial, utilizam o celular para manter comunicações breves por via de ligações, mas não possuem o costume de utilizar o celular para toda e qualquer atividade, sendo assim, provavelmente e dificilmente seria possível realizar as entrevistas.

Ao final de 2021, foi feito o contato presencial com uma das integrantes (a organização trabalha com o princípio de horizontalidade, portanto, não tem uma liderança delimitada ou alguma espécie de coordenação, mas sim pessoas de modo geral que compõe o coletivo ao longo dos anos e das atividades) do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), da área da pedagogia, buscando ampliar o laço com os trabalhadores, isso porque o NEPPA é uma organização política e popular de assessoria de movimentos sociais que atua na Bahia desde 2006, em prol de uma construção consolidada do poder popular através da organização da classe trabalhadora em busca de uma sociedade anticapitalista, que possibilitou a abertura de caminhos para contatar os trabalhadores rurais.

Então, em meados de 2022 iniciei as visitas de forma quinzenal a feira agroecológica que ocorre na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), todas as quintas-feiras, bem como a da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que ocorre as sextas-feiras, ambas recheadas de produtos naturais plantados diretamente da terra, artesanatos, sebo de livros, atividades culturais, tais como: aulas de yoga, palestras, rodas de conversa com agricultores, atividade de produção de suco verde e dentre outros.

Como citado, por conta do período de pandemia, não foi possível uma visitação regular ao Assentamento devido as medidas de higiene e conseqüentemente a quantia de entrevistas que foram pensadas e poderiam serem feitas seria de doze trabalhadores, mas não foi a quantia de trabalhadores que de fato cederam as entrevistas, mas a atividade seguiu, então houve, inicialmente, abordagem de três trabalhadores homens, porém um não se sentiu confortável em responder as perguntas, já o segundo estabeleceu contato apenas uma única vez e o terceiro solicitou o adiamento da entrevista algumas vezes devido a ocupação na atividade da feira, portanto, a coleta de doze entrevistas foram reduzidas para nove, subdividido entre seis mulheres e três homens.

Dos nove entrevistados, apenas um permitiu que fosse identificado por seu nome muito embora seja importante trazer a identidade das pessoas que trabalham para que o campo e a cidade comam bem, não seria justo revelar apenas a identidade de um, sendo que todos os outros oito entrevistados também foram relevantes e importantes para este projeto, porém optaram por anonimato e foi respeitado, então para não destacar apenas um ou transparecer uma exclusão e/ou invisibilidade de outros oito trabalhadores, optou-se por revelar o gênero e a idade dos entrevistados, enquanto os nomes serão fictícios (de flores, em homenagem a minha avó Tereza que amava a primavera).

As mulheres entrevistadas possuem as idades de: 42 anos e será chamada de Flora, a Camélia de 40 anos, Rosa de 38 anos, a Margarida 38 anos também, a Dália de 41 e a Íris 36. Já os homens, serão chamados de: Cosmos, este possui 49 anos, o Áster de 47 anos e o Jacinto de 43. Apenas um homem optou por revelar a sua crença, quando questionado se seguia algum tipo de religião e foi breve ao citar: “*acredito em Deus*” (Cosmos, 49 anos).

O pré-assentamento Recanto da Paz fica localizado no município de Dias D’Ávila, divisa com Mata de São João no estado da Bahia, possui uma associação dos pequenos produtos rurais da fazenda e possui vínculo com o Movimento Sem Terra, com isso, desde 2008 as seis famílias que residem no pré-assentamento lutam de maneira incansável em prol de oficializar o assentamento, o que em 2024, ainda não ocorreu.

Por isso, mantém-se a nomenclatura de pré-assentamento, o atraso no reconhecimento do Recanto da Paz reflete diretamente na vida de cada família que ocupa esse espaço, por exemplo, a energia elétrica foi instalada em 2011, após três anos, ainda de 2024 enfrentam problemas com a distribuição de água, pois não tem força o suficiente para subir para o tanque, o que conseqüentemente acarreta em problemas básico de sobrevivência, para a higiene, alimentação, bem como o de manutenção das plantações e dos cuidados com os animais.

Com relação ao trabalho de agricultura que envolve o pré-assentamento, cada família prefere manter a sua plantação individual, muito embora haja a horta coletiva, a mesma não é cuidada com forte dedicação por todos, muitas vezes o mato fica alto a ponto de impossibilitar a passagem e, por isso, é necessário a utilização do trator, isso ocorre normalmente porque o foco tem se mantido nos quintais das casas dos moradores.

Com relação a atividade coletiva, no Recanto da Paz, eles exercem a atividade do galinheiro que, majoritariamente, tem a atuação das mulheres, elas ficam a frente das principais funções, tais como: alimentação, limpeza do recinto, troca de palha, investem tempo em reuniões para pensar em diferentes manutenções da segurança do galinheiro contra predadores, observam e manejam com muito cuidado a produção de ovos, quais e quantas aves foram abatidas para consumo próprio e/ou venda externa, se ocorreu algum falecimento e o que pode ter ocasionado, e em alguns momentos até realizam cuidados veterinários.

Normalmente, a organização para as funcionalidades exercidas no galinheiro advém do que é discutido nas reuniões, sendo assim, delimitam, dias e horários para os cuidados, a depender das demandas pessoais de cada uma, essa organização é recente, pois inicialmente, de modo individual, as mulheres faziam anotações em suas cadernetas, mas não compartilhavam entre si, até que após algumas reuniões e até mesmo para expandir o funcionamento do

galinheiro, optaram por construir um único caderno, algumas tabelas com informações concretas do que foi realizado e como foi realizado, assim emergiu facilidades na comunicação e trouxe melhorias no ambiente de trabalho.

O galinheiro é uma das vias de renda para o Recanto da Paz, a outra é a agricultura, a qual já mencionei anteriormente, porém, a horta coletiva não tem sido trabalhada, os agricultores têm optado constantemente em cuidar de suas hortas individuais que ficam nos quintais das casas, como já mencionado anteriormente, sendo assim, eles se organizam de modo individual para executar as suas funções de produção, portanto, fica a cargo de cada família qual o melhor horário de produzir, o que será plantado, quais os cuidados com a terra deverão exercer ao longo da plantação até a sua conclusão e como será feita a colheita,

As plantações são diversas, desde hortaliças, tais como: coentro, salsinha, cebolinha, couve, alface e manjericão. Há também, tomate, maracujá, jaca, amora, manga e aipim. Toda essa produção tem como base a agricultura familiar que nada mais é do que o cultivo da terra manejado por pequenos proprietários rurais que tem como principal mão de obra, o núcleo familiar.

Os moradores do pré-assentamento Recanto da Paz, seguem produzindo a sua própria alimentação, mas assim como a grande maioria dos produtos de agricultura familiar, eles também plantam para vender e, nesse caso, vendem na feira agroecológica da UFBA, no bairro da Ondina, em Salvador (BA), levam do campo para a cidade produtos inteiramente naturais, livres de agrotóxicos, divergindo dos produtos expostos em grandes redes de hipermercados.

Também há organização na coleta de lixo, o que auxilia na preservação do meio ambiente, bem como a manter as casas organizadas, sendo também um exemplo de cuidado entre eles, pois o Recanto da Paz tem um certo distanciamento do ambiente urbano, pois o centro da cidade é distante e isso ocasiona transtornos para serviços básicos, tais como: acesso a farmácias, hospitais, escolas, inclusive, a coleta de lixo etc.

5.1 O EXERCÍCIO LABORAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA (BA)

Visto que a relação saúde-doença possui associação com as condições em que as pessoas vivenciam em seu cotidiano, se faz necessário compreender também a influência que é exercida no ambiente de trabalho, além disso, é imprescindível uma participação em conjunto com setores do poder público, com os próprios trabalhadores e com o Sistema Único de Saúde.

Sabe-se que há uma insuficiência no que se refere a estudos sobre a saúde da população rural e quando é realizado o recorte para a temática associada ao trabalho, é possível perceber ainda mais o esvaziamento das discussões. Normalmente, quando há publicações referente a saúde versus trabalho rural, os apontamentos são direcionados aos problemas de audição por conta de ruídos pela ação do maquinário, como também por problemas respiratórios devido aos agrotóxicos e a poeira, que também são relevantes, mas não são os únicos.

Os costumes e hábitos brasileiros foram considerados pela ONU (CÚPULA, 1995) como inapropriados para a saúde, por conta de problemáticas que envolvem a insalubridade habitacional, pobreza, ausência e/ou precariedade de saneamento básico, que são características que compõe a desigualdade social.

Fernando Carneiro, Anamaria Tambellini, José da Silva, André Búrgio, Waltency, Francisco Viana e Valéria Bertoin (2007, p. 210) destacam que:

Os dados do censo de 2000 são expressivos das condições de saúde de cinco milhões de famílias rurais que vivem com menos de dois salários mínimos mensais e possuem os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo, caracterizando uma situação de pobreza decorrente das restrições ao acesso (CARNEIRO; TAMBELLINI, SILVA, BÚRGIO; VIANA; BERTOIN, 2007, P.210)

A exemplo disso, temos a Maria Inês Bravo (2009) que analisa os anos 2000 com bons avanços, mas que ainda assim, não conseguiram garantir um grande fortalecimento do Sistema Único de Saúde, ela traz o exemplo do primeiro governo Lula e exemplifica sobre a estruturação do Ministério da Saúde:

[...] a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde que tem como função formar recursos humanos para a saúde e regulamentar as profissões e o mercado de trabalho na área. A criação desta secretaria busca enfrentar a questão de recursos humanos para o SUS que é um grande problema de estrangulamento do sistema. Ressalta-se, entretanto que, uma das medidas fundamentais para a questão de recursos humanos refere-se a NOB de Recursos Humanos e esta ainda não foi implementada. Outro aspecto inovador na estrutura do Ministério refere-se à criação da Secretaria de Atenção à Saúde que visou unificar as ações de atenção básica, ambulatorial e hospitalar integrando as atribuições das extintas secretarias de Política de Saúde e de Assistência à Saúde (BRAVO, 2009, p. 16).

É importante destacar também sobre a desigualdade no aspecto da saúde entre a zona rural e a urbana, em 2010, por exemplo, o censo demográfico do IBGE revelou que 72,2% da população rural ainda acessa água apenas por meio de poços, cacimbas, açudes e barreiros.

Esse cenário potencializa o surgimento de doenças, a situação ainda pode piorar nas regiões em que o clima semiárido é predominante, pois o acesso à água se torna ainda mais difícil, já que os rios normalmente são intermitentes, o qual é classificado pelo comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco como: “[...] aqueles cujos leitos secam ou congelam durante algum período do ano” (CBHSF, 2014, p. 1). Ou seja, no período de chuva, a água permanece em curso porque toda a sua extensão está preenchida, mas quando ocorre a estiagem, o rio desaparece temporariamente, e com altos níveis de evaporação o sistema hidrológico torna-se insuficiente.

Com relação ao Pré-assentamento Recanto da Paz, com base em observações foi possível notar que a infraestrutura em geral do assentamento é favorável para a saúde dos trabalhadores, mas com algumas adversidades que persistem no cotidiano dos trabalhadores, por exemplo, em alguns espaços há bastante buracos o que em alguns momentos dificulta a locomoção, principalmente, se estiver carregando algum peso, além disso, é importante relatar que apesar da existência da água potável, a estrutura não proporciona plena distribuição e uma das alternativas utilizadas pelos trabalhadores é o auxílio do mototaxista que leva em modelo de *delivery* alguns garrafões de água e isso só é possível, pois um dos trabalhadores construiu um bar, sendo essa, sua segunda alternativa de renda, então ao levar os produtos que são comercializados no bar, o trabalhador aproveita também para garantir água mineral, porém, não são todas as vezes que isso é possível por questões financeiras.

Além do mais, é notório que as atividades exercidas pelos trabalhadores são pré-definidas, eles já sabem o que vão realizar a cada dia, é um trabalho exaustivo por ser praticado embaixo de sol e por ser um trabalho braçal que exige força, dedicação e paciência, com a utilização de ferramentas que também são pesadas, por isso, é correto afirmar que as atividades exercidas são parcialmente adequadas para os trabalhadores, devido à baixa utilização de equipamentos de proteção individual para plantação e colheita, o ideal seria o uso regular de luvas, máscaras, óculos de proteção, macacão de segurança, chapéu de proteção, avental e botas, porém, utilizam apenas chapéus e botas.

A agricultura familiar é uma das maiores responsáveis pela geração de emprego nos campos e representa também a maior parte das propriedades agropecuárias do Brasil, conforme aponta o levantamento do Censo Agropecuário de 2017, em que foi constatado após a avaliação de mais de cinco milhões de propriedades rurais no país, que 77% de estabelecimentos agrícolas são classificados como agricultura familiar, portanto, 67% do total de cidadãos que atuavam no

setor da agricultura, em 2017, eram advindos da agricultura familiar, o que soma uma média de 10 milhões de trabalhadores.

Perante as perspectivas metodológicas adotadas nesta pesquisa, verifica-se que a prática de agricultura, principal exercício laboral dos moradores do Recanto da Paz, podem interferir na saúde do trabalhador rural a médio e longo prazo, são: problemas de coluna (ou costas), isso porque há o trabalho diário com enxada que é utilizado com a força e o movimento de todo o corpo, muitas vezes, precisam se abaixar para plantar, outras vezes para segurar ou levantar alguma carga.

Há o risco de adquirir tendinite que é uma inflamação dos tendões, nome que a medicina direciona para as estruturas fibrosas, que são responsáveis por conectar os músculos aos ossos, além de transmitir a força fundamental que promove a movimentação de determinadas partes do corpo, a tendinite pode afetar, por exemplo, os punhos pelo uso das ferramentas pesadas e por movimentos repetitivos de forma intensa, o que nos leva também a possibilidade da câimbra que atinge os músculos exercitados.

Ainda há a queimadura solar devido a exposição excessiva ao sol, sem contar na possibilidade de adquirir câncer de pele ao longo dos anos, pois a exposição solar é cumulativa e uma das principais causas desse tipo de câncer, ademais, a exposição solar também pode trazer a exaustão que gera pulsação frágil e rápida, redução da pressão arterial, ou vertigem, em resumo, uma fraqueza geral.

Outro risco, mas que não tem a grande visibilidade que merece diante da sua importância, são os problemas de saúde mental, podendo ocorrer por situações atípicas relacionadas ao emprego e até mesmo ao desemprego, pelas condições difíceis de trabalho, intensidade da jornada de trabalho trazendo esgotamento e estresse, ou até mesmo transtornos mentais advindos do uso abusivo do álcool.

Por fim, o acidente de trabalho que é o modelo de acidente que ocorre pela prática de trabalho/serviços com o segurado empregado, trabalhador avulso no exercício de suas atividades que podem gerar lesões corporais ou até mesmo algum infortúnio funcional que cause a perda ou a redução da capacidade de trabalhar, de modo temporário ou permanente, ou até mesmo que pode levar a morte.

Podem ser considerados acidentes de trabalho: A doença do trabalho que pode ser compreendida a partir do desencadeamento da doença em função do trabalho realizado, assim conforme o Anexo II do Decreto nº 6.957 publicado em 09 de setembro de 2009 que alterou o regulamento da Previdência Social aprovada em 1999, são elas: Tuberculose, Carbúnculo,

Brucelose, Leptospirose, Tétano, Dengue, Psitacose, Ornitose, Doença dos Tratadores de Aves, Febre Amarela, Hepatites Virais, HIV, Leishmaniose Cutânea ou Cutâneo-Mucosa.

Já as que não podem ser consideradas como doenças de trabalho são: doenças degenerativas, doença que não causam incapacidade laborativa, doenças específicas a um grupo etário e, por fim, doença endêmica adquirida na região onde a doença desenvolve-se habitualmente, mesmo que o trabalhador habite na região, exceto, se houver comprovação de que a doença foi adquirida a partir da exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Com isso, entendemos que o objetivo específico da pesquisa foi alcançado, pois pode-se conhecer verdadeiramente o exercício laboral dos trabalhadores do pré-assentamento do Recanto da Paz, para além disso, foi possível notar as consequências que o trabalho rural pode ocasionar aos moradores do pré-assentamento, abrangendo, inclusive, o objetivo geral da pesquisa que se trata, justamente, da análise de como o trabalho no campo afeta a saúde desses trabalhadores rurais.

5.2 COMPREENDENDO A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO DO PRÉ-ASSENTAMENTO RECANTO DA PAZ NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA (BA)

Ao longo da realização das entrevistas, foi possível observar a satisfação dos entrevistados com as suas atividades laborais e também em ter o seu próprio pedaço de terra, (ainda que não esteja oficializado), em contrapartida, demonstraram o quanto sentem-se chateados com a forma em que têm sido tratados ao longo dos anos por parte do Estado, no que se refere a falta de investimento em recursos para a agricultura familiar, enquanto ocorre o favorecimento financeiro de maneira desproporcional ao agronegócio.

Dois exemplos que podem evidenciar o esquecimento desse público em específico (trabalhadores rurais) é o estabelecimento da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, a PNSIPCF, que ocorreu após 23 anos da publicação da carta constitucional, por meio da portaria nº 2.866 de 2 de dezembro de 2011, instituída no campo do Sistema Único de Saúde conforme é destacado em seu primeiro artigo:

Art. 1º Esta Portaria institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com o objetivo de promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de

ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. (BRASIL, 2011, p. 1).

Outro exemplo é o 2º Congresso Mundial de Saúde Rural, em 1997, no decorrer da conferência de Durban, a qual tinha o objetivo de garantir melhores condições na admissão da população rural ao setor da saúde, portanto, os profissionais de saúde rural de todo o mundo que estavam reunidos na África do Sul, propuseram que houvesse uma ampliação mundial no setor da saúde com relação ao povo rural e buscaram reafirmar que:

Nós reconhecemos as contribuições significativas e o progresso de poucos países e organizações, porém expressamos nossa profunda preocupação e consternação em relação à negligência continuada com as pessoas que vivem em zonas rurais. Estamos profundamente entristecidos pelo fato de, em muitas partes do mundo, a maioria da população viver em absoluta pobreza sem os benefícios da educação ou atenção à saúde, com terríveis consequências à saúde dessas pessoas. (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 10).

Com essa conferência, as discussões sobre o modo de vida da população rural ganharam visibilidade, entretanto, ainda não o suficiente para sanar o conjunto de problemas que permanecem cercado essa população, como já foi exposto ao longo da pesquisa.

O modo de vida do trabalhador rural tem uma direta associação com o seu exercício laboral, já que eles vivem no ambiente de trabalho, logo, se faz necessário delimitar algumas posições e, especialmente, organização do trabalho. No recanto da paz, a organização do trabalho ocorre da seguinte forma:

- a) Com relação ao plantio, há uma organização unilateral, ou seja, individualmente cada trabalhador opta por realizar a própria plantação, no quintal de casa, escolhem as hortaliças, as frutas e as verduras que plantam, optam também sobre o que será vendido para o público externo e o que será consumido em casa, cabe a cada núcleo familiar escolher até mesmo a forma de arar a terra, o único ponto em comum, é a prática da agroecologia.
- b) Para a manutenção do galinheiro, sendo esta, uma atividade coletiva, há uma equipe composta por três mulheres (Rosa, Íris e Dália) que alinham conjuntamente as atividades, desde a alimentação ao abate das aves, a definição da equipe se deu pelo interesse das três trabalhadoras em praticar a atividade, além disso, a partir do momento

em que a Rosa se tornou responsável pela associação, intensificou a união do trio para que em conjunto pudessem exercitar o interesse comum: produzir renda.

- c) Utilização de instrumentos que ocasionalmente melhoram as condições de trabalho, não se trata apenas das ferramentas para a plantação, mas sim de instrumentos que auxiliam no trabalho que por muitas vezes é intelectual, como, por exemplo: utilização de cadernos com tabelas e informações precisas para a manutenção do galinheiro.

Com isso, tanto pelas entrevistas realizadas, quanto pela observação, foi possível compreender como cada família consegue organizar o seu modo de produção, compreender os seus objetivos, além de conhecer um pouco mais da realidade da agricultura familiar, a que tem em seu núcleo o objetivo de manter o próprio sustento, bem como a de geração de negócios, conquistando o lucro que mantém outros serviços básicos, como a saúde e a educação.

Para, além disso, abriu espaço para uma outra perspectiva, a relação dos trabalhadores entre eles, já que ao mesmo tempo em que há uma organização e luta comunitária para estabelecer o recanto da paz como um assentamento e garantir a busca por reconhecimento e dignidade, pode-se notar também um individualismo quando trata-se do trabalho, a própria organização do trabalho destaca como impera a vontade individual, ao ponto de ocorrer o abandono da horta coletiva que tem uma quilometragem maior de terra e traria assim um retorno lucrativo maior também, porém, para funcionar, é necessário a atuação coletiva, o que não ocorre, estando a horta coletiva abandonada e com o matagal extenso, já que rege a percepção individual com relação ao trabalho e com as suas próprias condições com o modo de vida e trabalho que praticam.

5.3 A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SOBRE O ADOECIMENTO VINCULADO AO TRABALHO NO CAMPO

A entrevista semiestruturada (Apêndice B) possibilitou conhecer um pouco mais da realidade dos trabalhadores, não só as questões de saúde, pois mesmo com as perguntas, os trabalhadores ficaram abertos e falaram um pouco mais do seu cotidiano, ou seja, não ficaram focados apenas a responder o que estava sendo perguntado. Por exemplo, ao questionar sobre um vínculo empregatício, a grande maioria dos entrevistados afirmaram que não possuem algum tipo de vínculo trabalhista ou uma renda mensal fixa, sendo assim, dependem 100% da renda advinha do trabalho no campo, apenas um trabalhador, o Cosmos, montou o próprio

negócio, um bar, para manter uma renda extra, ainda assim, ele afirma que não possui uma renda fixa, há períodos de movimentação no bar e outros não, portanto, o valor mensal é incerto, o que põe em evidência a informalidade que o trabalhador rural está inserido.

Dos nove entrevistados, cinco relataram problemas de saúde relacionados a hipertensão arterial (conhecida popularmente como pressão alta), dos cinco, apenas Flora, Dália e Margarida utilizam medicamentos de forma regular para manter a doença controlada, enquanto a Rosa afirma que utiliza medicamento apenas quando os sintomas se apresentam, o Áster de 47 anos afirma não tomar em momento algum.

A hipertensão não tem uma relação direta com o trabalho ou o esforço que se faz em qualquer trabalho, isso porque trata-se de uma doença crônica e que surge por diversas causas, podendo ser uma questão genética, pode ser causado por obesidade, sedentarismo, consumo excessivo de sal e/ou álcool, tabagismo e a diabetes, mas ainda é possível considerar um dado alarmante que em cada nove trabalhadores, cinco possuem uma doença crônica que geram consequências graves (se não tratada), tais como: insuficiência cardíaca, derrames cerebrais, insuficiência renal, paralisação dos rins e até mudanças na visão que podem levar a cegueira. Tornando-se um cenário preocupante para os trabalhadores, especialmente, com relação ao Áster que não utiliza nenhum medicamento e a Rosa que consome os medicamentos de forma irregular.

Nenhum dos nove entrevistados possuem diabetes, ressalto isso, pois é comum a diabetes estar associada as pessoas que possuem problemas com a hipertensão, e é importante destacar que a diabetes é normalmente causada por obesidade, sedentarismo e também por hábitos alimentares e neste ponto é relevante e oportuno dizer que os nove entrevistados ressaltaram o bom hábito alimentar, já que consomem os produtos que plantam, produtos naturais, diretamente da terra, sem agrotóxico, apenas seguindo a agroecologia.

Inclusive, o Jacinto destacou a importância da parceria entre o Assentamento e a Universidade, sobre o espaço que é aberto para eles e as relações que constroem com os professores, alunos e profissionais de modo geral, relata que essa conexão auxilia bastante na plantação deles, destaca que em contato com os professores conheceram o Biogel¹⁷ e que desde então tem conseguido melhorar o seu plantio.

¹⁷ Polímero que mantém as plantas sempre hidratadas, promovendo plantio sustentável sem agredir o meio ambiente.

A agroecologia ganhou ainda mais força nos assentamentos do recôncavo baiano, a partir de 2012, com um intercâmbio de experiências realizado no Recanto da Paz com a implementação do Programa de Formação de Tutores em Agroecologia em uma parceria do NEPPA com o MST, foi a partir disso que não apenas o Recanto da Paz, mas os assentamentos de Bento, Nova Panema e Santa Maria começaram a realizar a produção agroecológica em suas respectivas áreas.

Dos nove entrevistados, a situação da Camélia em específico chamou bastante atenção, pois o problema de saúde relatado por ela foi a labirintite que é um distúrbio desenvolvido no ouvido que causa a inflamação do labirinto (parte interna do ouvido) que está associada a noção de equilíbrio, a audição e até mesmo a percepção de posição do corpo, essa doença pode surgir por infecção bacteriana ou viral, comumente, atinge pessoas após os 40 anos e a idade é um dos fatores que podem desencadeá-la, outro fator ocasionador pode ser também a redução drástica ou o excesso de açúcar, a hipertensão, o tabagismo, o abuso excessivo de álcool, de café e há também o estresse e ansiedade.

Esta situação em específico nos alerta, pois devido a labirintite, o seu trabalho diário de plantação foi afetado, ela relata que a labirintite junto com as atividades feitas embaixo do sol quente (mesmo com chapéu ou lenço para proteção), as tonturas e vertigens se intensificam, ela sente de modo mais constante. Em suas palavras: *“tem vez que é três ou até quatro vez que fico tonta, uso o boné como o médico lá falou na consulta que fiz em setembro que a irmã da professora aqui da faculdade conseguiu vaga lá pra mim, o médico mandou usar o boné para proteger só que ainda sinto as tonturas é mesmo que nada de usar o boné, não tem diferença”*.

Por diversas vezes um dos principais sintomas da labirintite se apresenta ao longo de sua jornada de trabalho, a senhora Camélia associou a recomendação do chapéu como o principal aliado para a melhoria do sintoma que mais a aflige, porém, a orientação recebida é para proteção do sol que muitas vezes pode ser exaustivo e ocasiona em calor que consequentemente pode propiciar ou intensificar o mal-estar, a tontura e até mesmo uma taquicardia (aceleração de batimentos cardíacos), sendo assim, pode-se visualizar como uma precaução e não como um tratamento.

Neste cenário, para que a senhora Camélia tenha melhoria no seu quadro de saúde, precisaria de muita hidratação, repouso, sono de qualidade (regular) e o uso da medicação quando necessário, porém, a rotina exaustiva de trabalho e os movimentos bruscos, impedem que o seu quadro de saúde tenha estabilidade, tanto é que a própria Camélia confirma a informação, ao relatar que: *“até falei com a professora para perguntar a irmã dela que trabalha*

lá com o médico o porquê do boné não resolver e ela disse que é que o boné só não resolve, que eu tenho que descansar, mas como descansa? temos que trabalhar todo dia pra ter comida na mesa”.

Quando questionada sobre o diagnóstico, a senhora Camélia citou que sentiu à necessidade de ir até o médico em um dos quadros de tontura, ela destacou que sentia tontura, mas pensava que isso acontecia devido aos movimentos rápidos ou por carregar peso, porém, o que realmente chamou a sua atenção e acendeu um alerta foi o episódio de desmaio, quando chegou a cair no chão, por cima da enxada, ela sentiu uma tontura forte que posteriormente trouxe um desequilíbrio e o mal-estar ocasionou em desmaio. Por fim, destacou que além da tontura, em alguns momentos, uma ou duas vezes na semana sente também ânsia de vômitos e um zumbido no ouvido, relatou também sudorese em excesso, mas destaca: *“desde que venho sentindo essas coisas percebi também que o suor aumentou muito, não sei se é da doença ou é do sol nunca reparei antes se já suava assim, aí não tenho certeza”.*

Ainda sobre este cenário, questionei se o médico trouxe mais alguma dica para melhorar a sua saúde, então senhora Camélia citou algumas recomendações médicas que em resumo foram: ingestão de álcool com moderação, evitar o tabagismo, manter o colesterol e a glicemia equilibrados (o que tem sido bom de seguir, já que é uma das trabalhadoras que não tem hipertensão), ingerir bastante água, manter uma boa alimentação e evitar grandes intervalos entre uma refeição e outra (essa é basicamente uma das principais prevenções para esta doença, mas a maior dificuldade de Camélia), ao longo da entrevista ela já havia relatado que costuma tomar café da manhã e em seguida iniciar as atividades, enquanto o almoço é feito no final do dia, pois apesar de realizar algumas pausas ao longo do dia, acostumou a comer nestes horários, então pode-se perceber como a relação do trabalho pode interferir na saúde do trabalhador, mesmo que parcialmente.

Os trabalhadores Flora e Cosmos são casados, possuem 42 e 49 anos respectivamente, quando questionados com relação a saúde, ambos relataram como doença o período em que foram infectados com a febre amarela que é transmitida por mosquitos, comumente em pessoas não vacinadas, tanto em áreas urbanas, quanto nas áreas de mata. A febre amarela tem como o maior aliado para a proteção da doença, a vacina que é própria para o combate à febre amarela que com uma única dose consegue garantir imunidade ao longo da vida.

O problema da febre amarela é que quando ocorre a infecção, não há um tratamento específico contra a doença, apenas ações que possam amenizar e controlar os sintomas e as suas possíveis complicações, sendo estes: febre alta, hemorragia, icterícia (a cor amarelada na pele

e nos olhos, que nomeia a doença) e até mesmo choque e insuficiência de múltiplos órgãos (de forma eventual).

De acordo com o Ministério da Saúde (2023), cerca de 20% a 50% das pessoas que desenvolvem febre amarela grave podem morrer. Portanto, assim que surgirem os primeiros sinais e sintomas, é fundamental buscar ajuda médica da maneira mais imediata possível.

O casal, relatou a febre alta, indisposição e náusea, destacam que não chegaram a ir a nenhum posto médico ou unidade de pronto atendimento (UPA), mas sim que o Cosmos foi até a farmácia, relatou os sintomas e foram orientados a tomar medicamentos para reduzir a febre. Ao decorrer da entrevista, a Flora lembrou a situação:

sabe aquelas febre de arrepiar que a pessoa até delira, foi assim, eu tremia de febre de um jeito que nunca vi na vida, uma dor no corpo todo, onde tocava ardia, só não foi pior porque não vomitei como o Cosmos, ele vomitou o feijão todo que tinha feito fresquinho, foi comer não deu uma hora e botou tudo pra fora, eu não estava sentindo tanto até pegar o sereno da noite e a febre chegar, não dormi um minuto na primeira noite (Flora, 42).

Já o senhor Cosmo foi objetivo em suas palavras e citou apenas o que chamou a sua atenção, o vômito: “*nossa, eu e Flora pegamos a mesma doença, aquela febre lá, a amarela, ruim demais, vomitei a boia todinha, fique sem nada na barriga de tanto que botei pra fora, até o olho amarelo ficou*”. Destacando uma das reações que teve após ter sido infectado com a febre amarela.

Questionei ao casal com relação a vacinação, sendo essa uma das poucas vacinas que possui dose única, ou seja, tomando apenas uma dose da vacina não é necessário tomar nenhuma outra vez ao longo da vida, não importando o estágio da vida em que o indivíduo receba a imunização, sendo criança, adolescente, adulto ou idoso, a partir da imunização é garantido a imunização até o final da vida, então eles destacaram que foram vacinados alguns meses depois.

É importante frisar que a imunização só ocorreu diante da orientação de uma colega da feira, isso porque no período em que ficaram adoecidos, não participaram da feira agroecológica, ao retornarem, os colegas questionaram a ausência e explicaram, como o senhor Cosmos citou, que ficou com os olhos amarelos, então houve a sugestão de visita ao médico porque não era algo comum, então a senhora Flora ficou preocupada e optou por ir em uma UBS, mais ou menos quinze a dezessete dias depois do cenário de adoecimento, foi então que

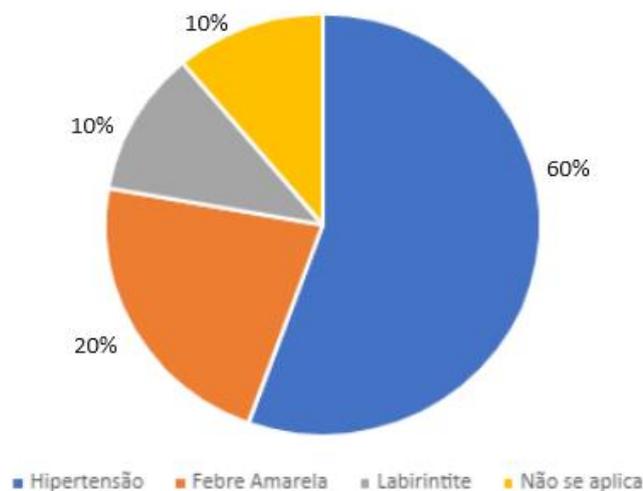
recebeu o diagnóstico e a recomendação da vacina, mas não entraram em detalhes em quanto tempo concluíram a imunização ou se foram realizados exames.

Por fim, apenas o senhor Jacinto de 43 anos, não apresentou nenhuma questão de saúde, afirma não ter nenhum tipo de problema, nem tão pouco alguma doença crônica. Ainda assim, questionei se ele tem realizado consultas médicas ou algum acompanhamento periódico, mas ele negou, confirma que não tem ido ao médico e nem se recorda a última vez que fez algum exame, foi a alguma consulta ou até mesmo quando foi vacinado, sendo assim, não há como relatar nenhuma característica sobre a saúde de senhor Jacinto ou algum quadro de doença, por isso, foi enquadrado como “não se aplica” na coleta de dados e no gráfico da página 89, pois sem informações, não é possível designar diagnósticos e muito menos possibilidades, essa pesquisa traz apenas os fatos, então como não há informações, é necessário considerar como inexistente qualquer quadro de adoecimento.

Perante esse cenário pode-se concluir que o senhor Jacinto faz parte dos 3% da população brasileira que não possui acesso a saúde no país, conforme destacado na pesquisa da Patrícia de Paula da Agência Saúde do Ministério da Saúde, publicado no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS¹⁸). Porém, no caso de Jacinto, mostra-se uma opção dele mesmo de não ir até o médico, pois quando questionado se ele teria alguma dificuldade em conseguir vaga para as consultas médicas ou se haveria algum outro motivo, ele destacou: *“eu não preciso, deixo lugar para quem precisa, da vez que fui disse que estava tudo bem e de lá pra cá nada mudou, eu não sinto nada, uma dor, nada, só cansaço do trabalho que é normal que já é muitos anos trabalhando então não tem porque de ir até lá pra ouvir a mesma coisa do doutor que eu estou bem”*. Portanto, perante a coleta de dados por meio da observação e das entrevistas realizadas, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 1: Porcentagem geral das doenças que mais acometem os trabalhadores rurais do Pré-assentamento Recanto da Paz

¹⁸ PAULA, P. **71% dos brasileiros têm os serviços públicos de saúde como referência**. Disponível em: <



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Com base nas informações relatadas acima, foi possível concluir que cerca de 60% dos trabalhadores entrevistados possuem a doença de hipertensão arterial, enquanto 20% possuem febre amarela, 10% detêm labirintite e 10% dos entrevistados não possuem nenhum tipo de doença ou problema de saúde.

Além disso, percebe-se a dificuldade de acesso desses trabalhadores ao SUS, pois quando questionados com relação as consultas médicas para exames de rotinas ou para tratamentos contínuos, relataram dificuldade em consegui-los, normalmente, realizam contato com alguém que trabalhe na UBS por intermédio de algum conhecido, que geralmente trabalha na universidade e assim tentam realizar as marcações, mas não é algo com certeza, comumente, são tentativas de encaixe para consultas.

Mesmo diante de quadros como a febre amarela em que a infecção se deu no local de trabalho, nota-se que, ainda assim, alguns moradores do Recanto da Paz chegam a considerar as atividades laborais adequadas, por acreditar que tais ações ajudam a manter-se forte e saudável, essa percepção em específico se dá porque nem todos os moradores do Recanto da Paz estão associados ao MST, como é a situação de Jacinto, residente do Recanto da Paz por circunstâncias diversas, por um desamparo em algum momento da vida e junto aos demais encontrou a oportunidade certa de vivenciar uma vida digna através da agricultura familiar, porém, sente-se diferente dos outros, pois carrega consigo a sensação de não pertencimento, logo, gerando também uma forte desmobilização entre os próprios trabalhadores, esse cenário dificulta a organização em prol do estabelecimento do assentamento e enfrentamento de questões contundentes que podem vir a beneficiar toda a comunidade do Recanto da Paz.

O distanciamento não é apenas do trabalhador ao MST, mas mantém distância da consciência de classe, portanto, longe de conhecimentos relevantes sobre o capitalismo, o agronegócio e quais as consequências para a classe trabalhadora rural, sendo assim, não consegue visualizar a relação direta de impacto em sua saúde e na dos demais em decorrência do trabalho e tão pouco de como a união poderia fortalecer as atividades coletivas do Recanto da Paz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, depararam-se com os habitantes nativos, os indígenas, mas em busca de dinheiro e poder, optaram por dominar e construir as suas respectivas riquezas apropriando-se das nossas, mediante a extrema violência, exploração da força de trabalho da população indígena e negra que aqui fora escravizada com muito

derramamento de sangue e suor do trabalhador camponês. Esse processo é discutido nesta pesquisa porque reflete o Brasil, a temática por si só já é relevante por retratar o país e como ele foi constituído com as mãos externas que moldaram o país conforme as movimentações que já ocorriam na Europa e que resultaram na criação e estabelecimento do capitalismo.

Portanto, não é possível compreender a luta pela terra, a agropecuária, a relação de adoecimento devido ao trabalho, se não houver interação e conhecimento básico do sistema econômico que gere o mundo, nem tão pouco sobre a forma como o país foi construído, por isso, a introdução pincela brevemente sobre as motivações de realizar a presente pesquisa, enquanto que o segundo capítulo é direcionado ao Capitalismo e os seus elementos fundamentais, traçando a rota de sua construção, as suas características que normalmente sobrepõe a sociedade, o seu funcionamento e é claro, as suas consequências, para tal, se fez necessário abordar brevemente a acumulação primitiva com base nas contribuições deixadas por Marx, e em seguida, abordando a ligação do Capitalismo com o Neoliberalismo, pois ambas possuem como base a exploração da classe trabalhadora, gerando impactos relevantes no campo.

Então, com as contribuições de Marx, é feita uma análise sobre o trabalho, sendo este o principal componente da sociedade, conforme a perspectiva marxista é por meio do trabalho que o homem consegue interagir, pensar, manter uma boa comunicação nas relações sociais e até mesmo desenvolver consciência, em contrapartida, quando trata-se de uma sociedade capitalista que tem como base fundamental a plena organização do trabalho, abrindo espaço para classes sociais opostas, o cenário muda completamente, já que para ambas existirem, uma precisa ser explorada por meio do trabalho, enquanto a outra adquire o lucro, tornando a mão de obra o novo meio de exploração.

Tal exploração apresenta-se como a modernidade que deve ser alcançada, objetivando a industrialização da agricultura, sendo assim, a partir dela emergiram ampliações em produções de campo que fizeram com que a terra tenha adquirido valores exorbitantes, cada vez mais e é justamente por isso que a cobiça pelo pertencimento dela continua a ocorrer.

Já no capítulo seguinte, o terceiro, a pesquisa busca evidenciar a discussão rural, pois muito embora o Brasil tenha o reconhecimento externo pela exuberante natureza e quilômetros de terras ainda disponíveis, nem todos possuem o acesso e para compreender como isso ocorre, se faz necessário retornar ao primeiro capítulo da história do país: a invasão portuguesa ao Brasil. Pois, através dela emergiu no país a cultura da propriedade privada e da posse de terra apenas para quem pudesse financiar/pagar, então, a discussão desse capítulo é voltado para a

primeira legislação de terra, a renda da terra, bem como o funcionamento da mesma no sistema agrário brasileiro, para além disso, indica também a relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Brasil, para tal, foi descrito alguns fatos históricos do MST visando contribuir para que as pessoas possam conhecer verdadeiramente a história do movimento, a sua missão e contribuições, desmistificando possíveis pré-conceitos.

Então, após a contextualização sobre a história do Brasil, a terra, a relação e a importância de movimentos sociais é que inicia o debate direcionado a saúde, por conseguinte, aborda a saúde do trabalhador de modo geral, as políticas de saúde do país, há também o recorte com relação a saúde do trabalhador rural e como o trabalho no campo pode vir a ser um fator de risco, bem como discute também a questão de acesso a serviços básicos dessa população ao Sistema Único de Saúde.

Por fim, o quinto e último capítulo, que é o resultado de toda a pesquisa, traz a caracterização do pré-assentamento Recanto da Paz, sendo este o objeto de pesquisa, mas também destrinchando os três objetivos específicos, abordando o exercício laboral dos moradores do pré-assentamento, a forma como eles organizam este trabalho e enfim, a percepção própria dos trabalhadores referente a relação saúde e trabalho.

Com a pesquisa foi possível perceber que a agricultura familiar não possui tantos investimentos/incentivos financeiros, logo há uma maior dificuldade em produzir com regularidade e garantir uma alimentação mais saudável na mesa dos brasileiros, muito embora haja bastante luta dos movimentos sociais, a terra para muitos ainda não é uma realidade, por exemplo, na Bahia, o MST ainda luta fortemente para transformar acampamentos em assentamentos promissores, atualmente, cerca 31.208 famílias estão acampadas e 13.000 estão assentadas, o que deixa em evidência como a Reforma Agrária é o caminho certo a ser seguido, mas tem se mostrado cada vez mais distante de ser concretizado.

Em suma, através das observações e das entrevistas realizadas, nitidamente, a saúde do trabalhador pode sim ser afetada pelo seu exercício laboral e/ou pelo ambiente e contexto que estiver inserido, entende-se também que a atividade laboral não pode ser resumida em causas e efeitos do uso de insumos agrícolas, não que esse debate não tenha a sua importância, entretanto, como já dito, não seria essa a única possível causa de adoecimentos, é necessário compreender que há algo além dessa perspectiva rasa, sem contar que esse cenário está associado a direitos constitucionais, políticas públicas e atuação de movimentos sociais.

Ainda com relação as entrevistas, estas trouxeram também questões clínicas relevantes que nos leva a compreender que mesmo com um forte envolvimento do NEPPA, a comunidade

acadêmica e o Recanto da Paz, ainda há invisibilidade sobre os costumes, o trabalho e a organização desses trabalhadores rurais, logo, esta pesquisa abre um bonito caminho para entendermos como essa população também precisa de atenção, suporte, financiamento, estrutura, serviços básicos e, sobretudo, dignidade. E muito embora ainda não seja o suficiente, é importante que, em qualquer tempo e independente das circunstâncias em que forem feitas, urge a necessidade de abrir espaços e dar voz a esse grupo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, J, M. **Capitalismo, Questão Agrária e os Movimentos Sociais**. Revista GeoAmbiente , Goiás, n 7 – Julho/Dezembro de 2006.

ARAÚJO, I. M. M.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Agronegócio e Agrotóxicos: Impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro. v. 15, n 1. Rio de Janeiro: **Trab. educ. saúde**, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000100117>.

ANCA. Condições de vida e saúde: população de assentamentos da reforma agrária. **Associação Nacional de Cooperativa Agrícola**, 2005.

A centralidade no Nordeste na história do MST. **Brasil de Fato**. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2021/09/15/a-centralidade-no-nordeste-na-historia-do-mst>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> . Acesso em: 10 out. 2022

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças transmitidas por alimentos**: causas, sintomas, tratamento e prevenção. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos#>>. Acesso em: 14 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Febre Amarela**. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/f/febre-amarela>>. Acesso em: 22 nov 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiente_populacoes_campo_floresta_agua_s.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde do Trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Plurianual (PPA) 2016-2019**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/ppa>>.

BRASIL. **Portaria nº 2.866**, de 2 de dezembro de 2011. Brasília: 2011. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html#:~:text=Institui%2C%20no%20C3%A2mbito%20do%20Sistema,e%20da%20Floresta%20\(PNSIPCF\).&text=Considerando%20a%20natureza%20dos%20processos,Art.](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html#:~:text=Institui%2C%20no%20C3%A2mbito%20do%20Sistema,e%20da%20Floresta%20(PNSIPCF).&text=Considerando%20a%20natureza%20dos%20processos,Art.) >. Acesso em: 05 mar 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>>.

BRASIL. **A Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae> >.

BRASIL. **Decreto nº 6.957, de 9 de Setembro de 2009**. Brasília: 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6957.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.957%2C%20DE%2009,Fator%20Acident%C3%A1rio%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20D%20FAP. >. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de Julho de 1989**. Brasília: 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm >. Acesso em: 13 mar. 2023

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças transmitidas por alimentos: causas, sintomas, tratamento e prevenção. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/doencas-transmitidas-por-alimentos#>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde do Trabalhador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. v. 1. Brasília, 2016. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agrotoxicos_otica_sistema_unico_saude_v1_t.1.pdf>.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRAVO, M. I. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2009.

BORSATTO, R; CARMO, M. **A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. RESR, São Paulo, v. 51, n.4, p. 645-660, Out/Dez 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/5kP8Yd3jWNBdtXcTT98SyVv/?format=pdf&lang=pt>>

DE SOUZA, A.; SAWAIA, B. B. A Saúde como Potência de Ação: uma análise do coletivo e de Comuna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Rev. psicol. polít.**, vol.16, n.37, São Paulo, Setembro/Dezembro de 2016.

DOMINGUES, M. R; BERNARDI, M. C; ONO, E. Y; ONO, M. R. Agrotóxicos: Riscos à Saúde do Trabalhador Rural. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 25, p. 45-54, jan./dez. 2004

D'ICARAHY, Leonardo Dantas. Trabalhadores Rurais e o surgimento do MST na Bahia (1978-1989). *In: VIII Encontro Estadual de História*, 2016.

DIAS, Elizabeth, Costa. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. Saúde do Trabalhador Rural – RENAST. *In: Revista Radis*. ENSP; FIOCRUZ, nº 234, março de 2022.

LIMA, Lucas Gama. A renda da terra. *In: Revista Geonordeste*, Ano XX, n. 2, 2009. (p. 101-120).

LOUREIRO, K. **Neoliberalismo e Questão agrária: as conseqüências para o campo brasileiro**. Espírito Santo, 2002. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/klitia4.htm>>.

GATINOIS, C. **Au Brésil, « le condiment préféré, c'est le pesticide »**. Paris: Le Monde, 2015. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/planete/article/2015/10/29/au-bresil-le-condiment-prefere-c-est-le-pesticide_4799294_3244.html>. Acesso em: 05 nov 2022.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas S.A. 6 ed. São Paulo, 2008

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MARX, K. 1818-1883. **O Capital: Crítica da economia política: livro I, vol.2/ Karl Marx**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. **O capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Karl Marx; tradução Reginaldo Sant'Anna. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MST. **Assentamentos do Recôncavo Baiano iniciam produção agroecológica**. 2012. Disponível em: <<https://mst.org.br/2012/07/31/assentamentos-do-reconcavo-baiano-iniciam-producao-agroecologica/>>.

NETTO, P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Nossa História**, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>> . Acesso em: 06 jul. 2022.

PWC. **O mercado de serviços de saúde no Brasil**. PwC Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/assets/saude/healthcare-port.pdf>>. Acesso em: 30 out 2022.

PAULA, P. **71% dos brasileiros têm os serviços públicos de saúde como referência**. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/71-dos-brasileiros-tem-os-servicos-publicos-de-saude-como-referencia/#:~:text=Apenas%203%25%20n%C3%A3o%20conseguiram%20atendimento,do%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde.>>. Acesso em: 24 fev 2024

PESSOA, V. M; ALMEIDA, M. M; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil?. Rio de Jnaeiro: Saúde Debate, v. 42, n. 1, p. 302-314, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0302.pdf>>. Acesso em: 04 mar 2024.

RISTOW, L.O; BATTISTI, I.D.E; SANTOS, M. **Políticas públicas e saúde dos trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos**. XXI Jornada de Pesquisa, Unijuí,2016.

SANTOS, R. S; MASSON, G. A. **Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político- profissional**. Londrina,2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34817/24657>>. Acesso em: 23 out 2022.

SANTOS, T. V. C. dos; SILVA, L. B.; MACHADO, T. de O. A influência dos determinantes sociais no trabalho do assistente social na saúde. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.16, n.1, p. 117-130, jan./jul.2016.

SOUZA, F.; OSORIO, F; PAIVA,L; SOARES, S. **Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade**: Um Balanço dos Primeiros Quinze Anos. Texto para Discussão 2499. 2019. Ipea. Brasília. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_t_rabalho.pdf>. Acesso em: 17 set 2023.

SCHEFFER, M. *et al.* **Demografia Médica no Brasil 2018**. São Paulo: FMUSP, CFM, Cremesp, 2018. 286 p. Disponível em: < [http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/DemografiaMedica2018%20\(3\).pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/DemografiaMedica2018%20(3).pdf)>. Acesso em: 05 mar 2024.

TENDLER, S. **Privatizações: a distopia do Capital, 2014**. YouTube, 9 out 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU&t=4s>>. Acesso em: 12 Mar 2022.

VILLAÇA, C. **O movimento das mulheres rurais no povoado de Nova Esperança em ICHU-BA**. Monografia – Colegiado de Ensino e graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO

1. Tipo de atividade observada no período da manhã:

2. Tipo de atividade observada no período da tarde:

3. Número aproximado de trabalhadoras mulheres:

4. Número aproximado de trabalhadores homens:

5. O planejamento das atividades exercida pelos trabalhadores é pré-definida ?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

6. As atividades profissionais exercidas são adequadas considerando a condição de saúde dos trabalhadores?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

7. De modo geral, foi possível perceber que os usuários expressavam satisfação com o seu trabalho?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

8. É possível notar que as atividades físicas exercidas no assentamento são realizadas em espaço físico adequado?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

9. A infraestrutura em geral do assentamento é favorável para a saúde dos trabalhadores?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

10. Há disponibilidade de equipamentos sociais (unidades básicas de saúde, associação de moradores, escolas,

creches, centro social e outros) no entorno do local de funcionamento do pré-assentamento recanto da paz?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

15. De modo geral, nota-se que o ambiente onde as atividades são realizadas é livre de fatores físicos (obstáculos, buracos, etc.) que possam representar risco à saúde e segurança dos trabalhadores rurais do pré-assentamento recanto da paz?

Não

Parcialmente

Sim

Não se aplica

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Identificação: Gostaria de utilizar um nome fictício?
- 1.2. Qual a sua cor/raça?
- 1.3. Você segue alguma religião? Se sim, qual?
2. Atualmente, qual a sua renda pessoal?
- 2.1 Possui algum vínculo de trabalho?
3. Você se considera saudável?
4. Como você pode descrever a sua saúde? Isto é, existe a prática de hábitos saudáveis?
5. Você costuma ir ao médico ou realizar exames de rotina (sangue, fezes, urina)? Se sim, quantas vezes ao ano?
6. Você é portador(a) de alguma comorbidade?
A classe médica considera comorbidade toda doença, condição ou estado físico e mental que quando se torna grave pode aumentar os riscos à saúde. Exemplos de comorbidade (Hipertensão arterial; Diabetes tipo 2; Intolerância à glicose; Gordura no Fígado (Doença hepática gordurosa não alcoólica); Colesterol alto.)
7. Se sim, quando e como você descobriu sua doença?
8. Você acha que algo mudou em sua vida desde a identificação da doença?
9. **(Se sim)** Você sente os sintomas dessa doença em seu dia-dia? Se sim, como ela afeta sua rotina?
10. Você conhece alguém que tenha comorbidade? Amigo, familiar, colega?
11. Você acha que a rotina de trabalho prejudica sua saúde? Se sim, como?
12. Você utiliza Equipamento de proteção individual (EPI's) no trabalho?
13. Você considera que o seu trabalho põe em risco a sua saúde?
14. **(Se sim)** O que você acha que poderia aperfeiçoar em sua rotina para melhorar sua saúde?
15. Você mudaria algo no seu trabalho no campo?
16. Você já buscou algum tipo de ajuda para melhorar sua vida no campo?
17. Você acredita que tem alguma responsabilidade sobre o estilo de vida que tem ou pelo trabalho que exerce?